

ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

MAURO LUIZ FERREIRA SILVA

**INSTITUCIONALIZAÇÃO E ADOÇÃO, À LUZ DA TEORIA
BOWLBYANA DO APEGO E DA CARTA DE PAULO A FILEMOM**

SÃO LEOPOLDO

2014

MAURO LUIZ FERREIRA SILVA

INSTITUCIONALIZAÇÃO E ADOÇÃO, À LUZ DA TEORIA
BOWLBYANA DO APEGO E DA CARTA DE PAULO A FILEMOM

Dissertação de Mestrado
Para obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Escola Superior de Teologia
Programa de Pós-Graduação
Área de Concentração: Teologia Prática

Orientador: Prof. Dr. Rodolfo Gaede Neto

SÃO LEOPOLDO

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586i Silva, Mauro Luiz Ferreira
Institucionalização e adoção, à luz da teoria
Bowlbyana do apego e da carta de Paulo a Filemom /
Mauro Luiz Ferreira Silva ; orientador Rodolfo Gaede
Neto. – São Leopoldo : EST/PPG, 2014.
101 p.

Dissertação (mestrado) – Escola Superior de
Teologia. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em
Teologia. São Leopoldo, 2014.

1. Adoção. 2. Adoção – Aspectos psicológicos. 3.
Crianças adotadas – Relações com a família. 4. Apego
(psicologia). 5. Mãe e filhos. I. Neto, Rodolfo Gaede. II.
Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

MAURO LUIZ FERREIRA SILVA

**INSTITUCIONALIZAÇÃO E ADOÇÃO, À LUZ DA TEORIA BOWLBYANA DO
APEGO E DA CARTA DE PAULO A FILEMOM.**

Dissertação de Mestrado
Para a obtenção do grau de
Mestre/a em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Área de Concentração: Teologia Prática

Data de Aprovação: 08 de agosto de 2014

Prof. Dr. Rodolfo G. Neto (Presidente)

Rodolfo G. Neto

Prof.^a Dr.^a Karin Hellen K. Wondracek (EST)

Karin Hellen K. Wondracek

Prof. Dr. Arno Vorpapel Scheunemann (Ulbra)

Arno Vorpapel Scheunemann

RESUMO

Esta dissertação é um estudo sobre institucionalização e adoção de crianças. Encontra-se dividida em quatro capítulos. No primeiro deles, o autor expõe as causas e tipos de institucionalização, o processo legal da adoção e seus entraves. O segundo e o terceiro capítulos constituem o núcleo desta pesquisa; no segundo é enfocada a teoria da vinculação mãe-filho, a possibilidade de substituição desse vínculo natural, e os efeitos da não vinculação da criança a uma figura específica. Ali, nossa referência principal será o psiquiatra e psicanalista John Bowlby. No terceiro capítulo encontramos, através da pena paulina, em especial de sua Epístola a Filemom, o alicerce teológico para a prática da adoção e do protesto em favor das crianças institucionalizadas. No quarto e último capítulo são analisadas algumas histórias de adoção, cujos efeitos são contrapostos aos danos psíquicos da institucionalização.

Palavras-chave: Institucionalização, Adoção, Teoria do Apego.

ABSTRACT

This dissertation is a study of institutionalization and adoption of children. It is divided into four chapters. In the first, the author exposes the causes and types of institutionalization, the legal process of adoption and its obstacles. The second and third chapters constitute the core of this research; the second is focused on the theory of the mother-child bond, the possibility of replacing the natural bond, and the effects of not bonding the child to a specific figure. There, our main reference is the psychiatrist and psychoanalyst John Bowlby. In the third chapter we find, through the Pauline pen, specially through his Epistle to Philemon, the theological foundation for the practice of adoption and protest in favor of institutionalized children. In the fourth and final chapter we analyze some stories of adoption, the effects of which counterpose the psychic damage of institutionalization.

Keywords: Institutionalization, Adoption, Attachment Theory.

SUMÁRIO

INSTITUCIONALIZAÇÃO E ADOÇÃO, À LUZ DA TEORIA BOWLBYANA DO APEGO E DA CARTA DE PAULO A FILEMOM

INTRODUÇÃO	09
1 INFÂNCIA INSTITUCIONALIZADA	11
1.1 Considerações iniciais	11
1.2 Existência negada	12
1.2.1 Quem são essas crianças?	14
1.2.1.1 Solitárias	14
1.2.1.2 Em risco (vulneráveis)	15
1.2.1.3 Pobres	15
1.2.2 Para onde vão essas crianças?	16
1.2.2.1 Instituições de curto prazo	16
1.2.2.2 Instituições de longo prazo	18
1.2.3 Impessoalidade do cuidado institucional	20
1.3 O processo legal da adoção	21
1.4 Entraves à adoção	23
1.4.1 Morosidade sistêmica	23
1.4.2 Subjetividade conceitual: o que é família extensa?	26
1.4.3 Objetificação da pessoa	28
2 NECESSIDADE DE APEGO, E INSTITUCIONALIZAÇÃO	33
2.1 Considerações iniciais	33
2.2 John Bowlby e a Teoria do Apego	33
2.3 Função e constituição do apego	35
2.4 Percepção infantil do apego	38

2.5	Apego natural e apego substituto	41
2.5.1	Autoadaptabilidade do comportamento de apego	42
2.5.2	Apego e influência genética	43
2.5.3	Precocidade do apego substituto	44
2.6	Consequências da institucionalização	45
2.6.1	Incapacidade de reação	47
2.6.2	Atraso na fala	47
2.6.3	Desenvolvimento físico retardado	48
2.6.4	Contínua insatisfação e sensação de deslocamento no mundo	49
2.6.5	Deficiência da capacidade exploratória	50
2.6.6	Dificuldade de se tornar bom pai ou boa mãe	51
3	O CHAMADO À ADOÇÃO	53
3.1	Considerações iniciais	53
3.2	Paulo e a adoção espiritual	54
3.3	A <i>Epístola de Paulo a Filemom</i>	55
3.3.1	Onésimo, o escravo adotado	56
3.3.2	Aspectos gerais da adoção	59
3.3.2.1	Adoção planejada, sonhada	59
3.3.2.2	Adoção como favor divino, libertador	60
3.3.2.3	Adoção e nova intimidade	67
3.3.2.4	Adoção, agonia e protesto	70
3.3.2.4.1	King, e o movimento antirracista	75
3.3.2.4.2	Dietrich Bonhoeffer e o nazismo	76
3.3.2.5	Adoção e investimento da vida	78
4	INFÂNCIA ADOTADA	81

4.1	Considerações iniciais	81
4.2	Os Lopes, e o contato com o mundo	81
4.3	Gabriel: prognósticos revertidos	84
4.4	Gustavo: alegria de viver	86
	CONCLUSÃO.....	89
	Referências	93

INTRODUÇÃO

Uma série televisiva americana, exibida no Brasil em meados da década de oitenta, intitulada “Punk, a Levada da Breca”¹, conta a história de uma garota traquinas e carismática, de oito anos de idade. A menina, abandonada por sua mãe num *shopping center* em Chicago, passa a viver num apartamento vazio, e é encontrada pelo síndico do edifício. Ambos se apegam, e o velho e viúvo Artur Bicudo, aos sessenta anos, vai lutar na justiça pela guarda de Punk, conseguindo, enfim, adotá-la.

Em apenas três dias de convivência, mesmo em meio ao drama de terem de ser separados pelo juizado de menores, que acaba colocando Punk num orfanato, Artur e a garotinha constituem tal vínculo que, no terceiro dia, diante do juiz de família declaram um ao outro, com grande emoção, enquanto se abraçam: “eu te amo”. A impressão que se tem, diante de uma cena tão sensível, é a de que os autores da série querem afirmar que, mesmo o lar mais simples ou inusitado é capaz de fazer uma criança feliz de um modo que qualquer instituição jamais poderá. Uma garotinha e seu velhote podem formar uma díade saudável, um par melhor que uma garotinha e sua instituição.

Este é o assunto desta dissertação: crianças institucionalizadas e o mecanismo da adoção. Iremos nos aproximar do tema de três modos complementares, lançando o olhar: sobre o atual contexto da institucionalização e da adoção no Brasil, sobre os efeitos psíquicos da institucionalização e da adoção, sobre a teologia paulina da adoção.

No primeiro capítulo, contextual, buscaremos responder às perguntas: o que leva uma criança a ser institucionalizada? Quais os tipos de instituições e suas respectivas características gerais? Como se dá legalmente a adoção no Brasil, e quais os entraves mais comuns à sua efetivação?

No capítulo seguinte, psicológico, iremos em busca de respostas complementares: Pode uma criança desfrutar de saúde psíquica sem manter proximidade com sua mãe ou com alguém que desempenhe a função materna, isto é, uma mãe substituta? Quais as necessidades primárias de vínculo apresentadas por

¹ PUNKY encontra uma lar (parte 1 / 6) Punky a levada da breca 1º episódio. [sic]. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=P3qq37IG_vo>. Acesso em: 13 dez. 2013. Os episódios de *Punk, a levada da breca* podem ser encontrados em sites da *internet*.

crianças até os oito anos de idade? E quais os efeitos da não vinculação, nos casos de crianças institucionalizadas? Para auxiliar-nos nessa investigação, lançaremos mão da Teoria do Apego, enunciada pelo notável psiquiatra, psicólogo e psicanalista inglês, John Bowlby. Começaremos pela compreensão dos principais argumentos de sua teoria, evoluindo para o modo como a própria criança percebe o apego. Em seguida, trataremos da equivalência entre apegos natural e substituto, e concluiremos com seis consequências da institucionalização.

Neste ponto convém uma admissão: a experiência da pesquisa se mostrou profundamente transformadora. A análise dos dados psicológicos, o contato com os textos de Bowlby produziu uma marca inapagável no pesquisador, clarificando sua compreensão de fenômenos em sua própria história, tanto em nível pessoal quanto familiar.

A partir do terceiro capítulo, a pesquisa adquire tom teológico, fruto da análise da Epístola de Paulo a Filemom. Deparamo-nos com o desvelar das adoções espiritual e civil enquanto expressões análogas do Evangelho da Graça. Aqui, ao se falar da adoção civil, o pesquisador demonstrará também o valor da adoção de uma causa, e da atitude de protesto frente aos entraves adotivos e às necessidades da criança institucionalizada. Sobretudo, cinco princípios da adoção espiritual serão extraídos da adoção de Onésimo por Paulo, em paralelo com as cinco menções diretas à teologia da adoção constantes dos escritos do apóstolo. A adoção natural ali encontrará alicerce, convocatória e modelo.

Finalmente, o quarto capítulo possui um triplo enfoque. São relatadas belíssimas histórias de adoção, capazes de comover, oxalá mover à ação. Desponta como: exemplificação contemporânea dos princípios da teologia da adoção; retrato em ampliação da “adoção” de Onésimo; resposta à dúvida sobre a possibilidade de retroação dos efeitos da institucionalização.

De volta ao drama televisivo... Nas palavras de Punk, antes da adoção, dirigidas a sua amiguinha Cátia, pulsam uma denúncia e um clamor em milhares de pequenos corações humanos: “[...] você tem uma coisa que eu não tenho: uma família”². De algum modo, queremos ouvir, interpretar e reagir a essa voz.

² PUNKY encontra uma lar (parte 1 / 6) Punky a levada da breca 1º episódio. [sic]. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=P3qq37IG_vo>. Acesso em: 13 dez. 2013.

1 INFÂNCIA INSTITUCIONALIZADA

1.1 Considerações iniciais

- O que foi?

A pequena, não podendo mais conter o choro, desabafou:

- É a noite, sem luz!

A mãe branca levou a princesa negra de volta ao seu pequenino quarto, e ambas se sentaram na cama de Myeisha.

- Você sonhou dor?

- Não, *kidogo mama*, acho que não.

Com os olhos fechados, as bochechas cobertas de lágrimas, Myeisha apontou com a mão direita para fora da janela, e descreveu sua angústia o mais claro que pôde:

- As estrelas pararam... A brisa morreu... A noite sumiu no escuro. Mas *Mungu* me deixou ouvir, *mama*.

- O que você ouviu?

- O choro de uma princesa.

- Então poderemos impedir, *binti!* *Mungu* faz tudo bem!

Myeisha ergueu os olhos aos céus e seu grito profundo cortou o silêncio, explodindo na escuridão:

- *Mungu!!!*³

“Pai de órfãos e juiz de viúvas é Deus, no seu santo lugar” (Salmo 68:5)⁴.

Ao referimos o fenômeno da institucionalização, poucas vezes trataremos de orfandade literal. Mas, em geral, experimentar institucionalização na infância é um orfanar-se de relações contínuas de afeto, cuidado e prazer. Com uma afirmação radical principiamos o capítulo inicial desta pesquisa, e para confirmar sua radicalidade lançaremos mão de certos argumentos, em particular no segundo capítulo desta pesquisa. Poderíamos, é certo, seguir caminho diverso, averiguando se é boa ou ruim a experiência da institucionalização, a partir dos múltiplos contextos em que vive nosso público-alvo, a saber, crianças de zero a oito anos de idade, institucionalizadas.

Pode-se antecipar que, por melhor que seja a estrutura de uma instituição de acolhimento, a vivência familiar se mostra, de longe, a melhor opção, o que será

³ Trecho de um romance no qual venho trabalhando. Nele Myeisha, menina de onze anos, moçambicana (eis por que se usa a língua suaíle), é adotada por um casal de missionários brasileiros. O sentido dos termos em suaíle é: “*kidogo mama*” - mãe pequena ou mãezinha; “*Mungu*” - Deus; “*binti*” - filha (GLOSBE: suaíli-português dicionário. Disponível em: <<http://pt.glosbe.com/sw/pt/Mungu>>. Acesso em: 08 abr. 2014.). O suaíle é o idioma banto mais falado no mundo, em especial no leste africano, aí incluído o norte de Moçambique (Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADngua_sua%C3%ADli>. Acesso em: 07 abr. 2014.).

⁴ A BÍBLIA Sagrada, Edição Contemporânea. Flórida, EUA: Vida, 1995. p. 511. Diversas versões bíblicas foram utilizadas nesta pesquisa, consentâneas com a ênfase almejada em cada caso.

analisado também no capítulo dois. Ainda assim encetamos nossa marcha. Uma cavalgada com olhar afetado pela experiência pessoal, pela escuta de vozes do governo e de organizações que orientam e incentivam a adoção, pela sensibilidade honesta para com a necessidade infantil. Pai de quatro filhos variando dos sete aos quatorze anos, este pesquisador percebe dia após dia após dia a imensa gama de necessidades passíveis de suprimento apenas por meio de tratamento pessoal, individualizado, em ambientes personalizados que remetam essas pequenas pessoas à existência de seu “si”⁵ peculiar.

Entretanto, mesmo pressupondo inadequada a institucionalização em médio e longo prazo, este capítulo se propõe a investigar as seguintes questões: como e onde vivem as crianças abrigadas? A que tipos de instituições são encaminhadas, e mediante quais critérios? De onde procedem esses pequeninos? Que insipientes anseios carregam? Quais estigmas a sociedade lhes impõe ou de que modo percebe sua institucionalização?

Aquilo que naturalmente não é bom, pode sê-lo ainda menos, na medida em que certas peculiaridades da infância sejam ignoradas, como as necessidades constantes de identificação, aceitação e cuidado.

Não se objetiva reconstruir desde seus primórdios a trajetória da institucionalização infantil no Brasil⁶. Trataremos de fatos recentes, ocorridos após 1990, ano da promulgação da Lei 8069: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ao qual aludiremos pela notória sigla ECA).

1.2 Existência negada

Em longo subtítulo de reportagem publicada em 15 de janeiro de 2014, no periódico *on-line* G1, lê-se: “População carcerária atual é de 564 mil; **há 20 anos**⁷, eram 126 mil presos. Levantamento mostra que há 280 detentos para cada 100 mil

⁵ Este “si” é o mesmo “self”, conforme descrito por William James, um dos pais da psicologia moderna: “o conhecimento que o indivíduo tem sobre si próprio (*self as known*)”, e está baseado em dois aspectos distintos: “[...] por um lado, um aspecto descritivo chamado autoimagem e por outro, um aspecto valorativo, a autoestima” (SI MESMO. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Si_mesmo>. Acesso em: 07 jul. 2014.).

⁶ Há trabalhos de grande envergadura sobre esse tema, como a pesquisa publicada em 2004 pelas irmãs Rizzini, do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI) em parceria com o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), intitulada “A institucionalização de crianças no Brasil”; e a dissertação de mestrado de Simone Franzoni Bochnia, aprovada com louvor e publicada pela Juruá Editora sob o título “Da Adoção”.

⁷ O destaque do período visa ressaltar a antiguidade do monitoramento do sistema carcerário.

habitantes”⁸. Por sua vez, em julho de 2013 o Zero Hora publicou reportagem sobre “O colapso do sistema de saúde no Brasil”, e denunciou:

O número de leitos hospitalares no Brasil sofreu uma redução de 10,5% **entre 2005 e 2012**, segundo o Conselho Federal de Medicina (CFM). Em levantamento divulgado quinta-feira, o órgão aponta que, em sete anos, houve uma redução de 41.713 leitos hospitalares no SUS. Hoje são 323.157 leitos públicos, além dos 130.082 privados⁹.

Entretanto, em edição de dezembro de 2007 da Revista Marie Claire, curiosamente é-nos dito que: “Ninguém sabe ao certo quantas crianças e adolescentes vivem hoje em abrigos”¹⁰. De fato, diz a reportagem,

“Não se sabe quantos abrigos existem no Brasil - esse censo está sendo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Também por isso não é possível dizer se todos estão dentro das normas do Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Na revista *Em Discussão!*, publicação *on-line* do Senado Federal, denuncia-se que o “Cadastro Nacional de Adoção (CNA)” foi “criado em 2008”, mas “Nem mesmo o CNJ soube informar à revista *Em Discussão!* quantos processos de adoção foram finalizados no país em 2012”¹¹.

Essa falta renitente de controle por parte do poder público ao menos sugeriria que, apesar de o ECA instituir a criança como prioridade¹² da família, da sociedade, e do próprio Estado¹³, este ainda relega a infância a um plano secundário, ao menos enquanto infância institucionalizada. Estaríamos testemunhando a objetificação, o

⁸ BRASIL tem hoje deficit de 200 mil vagas no sistema prisional. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/01/brasil-tem-hoje-deficit-de-200-mil-vagas-no-sistema-prisional.html>>. Acesso em: 16 jun. 2014. [grifo nosso].

⁹ O COLAPSO do sistema de saúde no Brasil. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/07/o-colapso-do-sistema-de-saude-no-brasil-4199504.html>>. Acesso em: 16 jun. 2014. [grifo nosso].

¹⁰ A VIDA em um abrigo. Disponível em: <<http://revistamarieclaire.globo.com/Marieclaire/0,6993,EML1663061-1740,00.html>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

¹¹ CONTEXTO da adoção no Brasil. *Em discussão!* Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/contexto-da-adocao-no-brasil/o-processo-de-adocao-no-brasil.aspx>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

¹² É digno de nota o argumento de fundo psicológico exposto no caput do artigo 6º do ECA, em favor da priorização da infância: “[...] a condição peculiar da criança e do adolescente como **pessoas em desenvolvimento**” (CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE BERTHOLDO WEBER. *Estatuto da Criança e do Adolescente*: convenção sobre os direitos da criança. São Leopoldo, RS: PROAME, 2011. p. 9. [grifo nosso]).

¹³ Reza a alínea C do § único do artigo 4º do ECA que, às crianças, é devida “preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas” (CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE BERTHOLDO WEBER, 2011, p. 8).

preterimento da personalidade da criança abrigada? Antes de asseverarmos contundentemente qualquer omissão pública ou privada no tema, delineemos o quadro a partir de pesquisas em abrigos e na fala de autoridades. Antes ainda, compreendamos o processo atual da institucionalização no Brasil.

1.2.1 Quem são essas crianças?

De modo geral as instituições abrigam crianças (e também adolescentes) que, mesmo tendo suas famílias, destas não auferem os recursos suficientes à manutenção de seu próprio bem-estar.

O ECA impõe séria restrição a uma interpretação puramente materialista do pátrio poder, e à retirada de crianças do convívio familiar por esse viés. O capítulo III da lei, ao tratar “Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária” dispõe, no art. 22, que “aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores”¹⁴ e, no art. 23, que “A falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder”¹⁵. Ainda neste último artigo, em seu parágrafo único, ocorre uma responsabilização específica, mas de grande amplitude, do Estado, para os casos de limitação material: “[...] a criança ou adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá ser obrigatoriamente incluída em programas oficiais de auxílio”.

Apesar de tal restrição, ainda há institucionalização de crianças devido à carência material, como veremos a seguir. Os três grupos gerais de crianças institucionalizadas são:

1.2.1.1 Solitárias

Crianças que perderam completamente o vínculo com suas famílias de origem, por morte de seus pais, ou vítimas de abandono. Além dos pais, essas crianças não possuem outros parentes quaisquer que queiram ou possam se responsabilizar por seu cuidado. Segundo as irmãs Rizzini, era este o público-alvo dos orfanatos, oficialmente extintos desde a promulgação do ECA¹⁶.

¹⁴ CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE BERTHOLDO WEBER, 2011, p. 14.

¹⁵ CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE BERTHOLDO WEBER, 2011, p. 14.

¹⁶ Rizzini, 2004, p. 51.

1.2.1.2 Em risco (vulneráveis)

Crianças cujo convívio familiar se tornou inviável pela violência, crises, tragédias. Exemplificam-no, respectivamente: crianças que fugiram para as ruas escapando da violência doméstica; as que, aliciadas pelo crime, buscam proteção do poder público; as provisoriamente abrigadas devido a catástrofes naturais¹⁷.

1.2.1.3 Pobres

Em pesquisa realizada pelo CIESPI, apoiada pela Universidade de Chicago, uma educadora do Rio de Janeiro entrevistada em maio de 2002 afirmou ter havido

[...] entre os anos 2001-2002, um aumento de cerca de 20% na procura de vagas nas instituições, por motivo de extrema pobreza: pais com fortes elos afetivos com os filhos, mas que não têm como alimentá-los.¹⁸

Ainda que, com o advento do ECA, haja sido oficialmente vedada aos juizados a institucionalização de crianças devido à pobreza de seus pais ou responsáveis,

Na atualidade, [...] famílias recorrem ao Juizado e às instituições na tentativa de internar os filhos, alegando não terem condições de mantê-los, seja por questões financeiras ou por dificuldade em discipliná-los.¹⁹

Ou seja, haveria casos em que, não a ação estatal compulsória, mas a iniciativa privada, desesperada e extrema, daria ocasião à institucionalização; pais ou responsáveis apelando ao Estado, pedindo a tutela de seus pupilos.

Outrossim, em estudo publicado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), “fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República”²⁰, divulgou-se que:

Entre os principais motivos do abrigo das crianças e dos adolescentes pesquisados estão a carência de recursos materiais da família (24,1%); o

¹⁷ Rizzini, 2004, p. 52.

¹⁸ Rizzini, 2004, p. 52.

¹⁹ Rizzini, 2004, p. 52.

²⁰ O IPEA – quem somos. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1226&Itemid=68>. Acesso em: 16 jun. 2014.

abandono pelos pais ou responsáveis (18,8%); a violência doméstica (11,6%) [...].²¹

Ou seja, apesar da proibição legal, a institucionalização por motivo de pobreza não apenas se constitui num problema factual, mas no motivo estatisticamente preponderante para aplicação de medida excepcional²².

1.2.2 Para onde vão essas crianças

Diferentes motivos para a institucionalização conduzem a diferentes categorias de institucionalização, diferentes tipos de acolhimento. Apesar de não existir em nosso país um sistema integrado para crianças necessitadas de apoio e acolhida fora do âmbito familiar²³, tem-se grande número de instituições, fruto em especial da iniciativa privada. Uma das possibilidades de agrupá-las seria conforme o tempo de permanência de suas crianças, como segue:

1.2.2.1 Instituições de curto prazo

Neste perfil enquadram-se as instituições que prestam atendimento provisório, sem investimento na prestação de serviços socioeducativos. Essas entidades, primordialmente voltadas para a retirada da criança da situação de risco iminente, têm como principais representações as chamadas Casas de Passagem e os Abrigos.

Para todos os tipos de crianças institucionalizadas, como vistos anteriormente, as instituições de curto prazo funcionam como locais de acolhimento

²¹ SILVA, Enid Rocha Andrade da; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (BRASIL). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA, CONANDA, 2004. p. 55.

²² Deste modo o ECA, em seu artigo 101, parágrafo único, refere-se à institucionalização em Abrigos: "O abrigo é medida provisória e excepcional [...]" (CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE BERTHOLDO WEBER, 2011, p. 51).

²³ Para as irmãs Rizzini, essa lacuna "[...] constitui um fato da maior gravidade, considerando que cerca de metade da população brasileira tem menos de 20 anos de idade" (Rizzini, 2004. p. 54). Cabe uma atualização estatística: além de já se terem passado dez anos da publicação da citada obra, o Censo IBGE 2010 apontou que 33,1% dos brasileiros (62.923.165 pessoas) contavam com menos de 20 anos de idade à época do recenseamento (SINOPSE dos Resultados do Censo 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/>>. Acesso em: 17 jun. 2014.). Porém, ainda assim a constatação das irmãs Rizzini é grave, e essencialmente procedente.

provisório, até que os Juizados da Infância e da Juventude decidam como proceder segundo a especificidade de cada caso.

Bom seria poder-se afirmar que a transitoriedade da permanência nos Abrigos transcorre com normalidade. Contudo, a realidade é outra: crianças são mantidas “[...] por anos em estabelecimentos que não têm a mínima condição de responder adequadamente às suas necessidades” (Rizzini, p. 55).

Dois dos efeitos avassaladores decorrentes da longa permanência no que deveria ser provisório são: o definitivo rompimento dos laços familiares, tornando impossível, ao longo do tempo, a reinserção familiar dessas crianças; e a migração por diversas instituições.

Grande contingente vive em contínuo trânsito: da casa dos pais ou parentes para as instituições, ou para a rua, ou vice-versa. E por que se dá esse deslocamento? Em parte devido ao déficit de infraestrutura, superlotação das instituições ou, ainda, por ocasião do despreparo da administração pública com vistas ao cumprimento de sua responsabilidade para com as crianças institucionalizadas.

Um adolescente, Raí, contando quinze anos à época de sua entrevista, após ter passado por quatorze lugares, dentre os quais Abrigos, Casas de Acolhida, Delegacias e Conselhos Tutelares, desabafou: “[...] minha vida foi [...] foi ruim [...]. Quem pode me ajudar é só eu. Só eu mudando minha vida mesmo”²⁴.

Muitas crianças e adolescentes chegam mesmo a considerar “[...] os Abrigos como uma ‘extensão’ da rua ou como uma alternativa temporária à vida na rua”²⁵. A história de Ruth o exemplifica:

‘Fiquei na rua um tempo, aí depois eu fui pra um Abrigo, que fechou... Fiquei um mês lá. Acordava, tomava café, ficava sentada. Depois almoçava [...]. Não tinha nada, só tinha televisão. Eu acho que as meninas não gostavam de lá não, eu acho que elas tavam lá pra ir pra uma Casa de Acolhida’²⁶.

Na fala de Ruth, o Abrigo até poderia servir de ponte a um destino melhor. Contudo, a pesquisadora Débora do Amaral destaca que “[...] é possível perceber o quanto estar na casa de abrigo significa para as crianças inseguranças e dúvidas, pois

²⁴ Rizzini, 2004, p. 56.

²⁵ Rizzini, 2004, p. 57.

²⁶ Rizzini, 2004, p. 57.

[...] é um lugar de passagem”²⁷. Para tais crianças, a exemplo de Ruth, as instituições de curto prazo poderiam ser percebidas sobretudo como algum “melhoramento das ruas”.

1.2.2.2 Instituições de Longo Prazo

No programa Painel, veiculado pela RPC TV, afiliada da Rede Globo no Paraná, exibido em 24 de maio deste ano, a assistente social Andreza Cristina da Silva, funcionária do Abrigo Meninos de Quatro Pinheiros, situado em Curitiba (PR), conta-nos que, em média, os internos permanecem quatro anos naquela instituição, e que

[...] os meninos mais antigos, que estão aqui de sete a nove anos, então a tendência deles é até permanecer. Porque não têm... o vínculo foi rompido, não têm pra onde ir. Não têm uma família extensa que possa o receber de volta [sic]²⁸.

Se entendermos o período de seis meses como curto prazo²⁹, em se tratando do fenômeno da institucionalização, teremos de admitir, então, a absoluta prevalência de instituições ou institucionalizações de longo prazo. Nesta categoria classificam-se instituições cuja estrutura for montada para o acolhimento infantil de longa duração. Seus expoentes são as Casas Lar e as Casas de Acolhida.

Pode-se identificar ao menos seis caracteres comuns a essas entidades:

- A. Público-alvo: crianças e adolescentes solitários ou em risco, sem possibilidade de retorno ao convívio familiar;
- B. Continuidade: ante a pré-disposição à longa permanência das crianças, permite-se o desenvolvimento de um trabalho continuado, de maior efetividade;
- C. Domesticidade: nas Casas de Acolhida, o convívio se dá em unidades assemelhadas a casas, regime aberto, grupos de 15 a 30 pessoas; nas Casas

²⁷ AMARAL, Débora Medeiros do. *Era uma vez uma casa de abrigo: os significados e as marcas da instituição na vida das crianças*. 2006. p.112. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006.

²⁸ ADOÇÃO (parte 1). Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/painel-rpctv/videos/t/edicoes/v/adoacao-parte-1/3366750/>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

²⁹ Tomamos por referência o prazo de seis meses para reavaliação de abrigamento, conforme preconizado no art. 94, alínea XIV, e também o § 1º do mesmo artigo, do ECA (CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE BERTHOLDO WEBER, 2011, p. 47).

Lar reproduz-se “[...] o modelo familiar nuclear, tendo um casal – denominado de ‘pais sociais’ – cuidando, em cada casa, de até 12 crianças”³⁰;

- D. Escolarização: os acolhidos frequentam a escola e, por vezes, cursos profissionalizantes;
- E. Cultura e lazer: profissionais como psicólogos, assistentes sociais, educadores incrementam, junto aos pequenos, o lúdico, o cultural, e o pedagógico;
- F. Menoridade: é possível permanecer acolhido por toda infância e adolescência, até os dezoito anos de idade.

Nas instituições de longo prazo as crianças e adolescentes apresentam maior estabilidade e satisfação³¹. Primeiro porque ali é possível construir-se, efetivamente, sonhos profissionais e familiares; segundo, porque esses sonhos podem ser coletivamente construídos, em meio a relações mais estáveis que nos abrigos.

René Kaës³² fala do “romance grupal ou institucional”, condição em que as crianças institucionalizadas fazem as mesmas perguntas umas às outras, mutuamente respondendo, correspondendo, e sonhando: perguntas sobre sua adoção ou rejeição, sobre o fundador ou fundadora da instituição ou grupo, sobre seus desejos e sonhos fabulosos. Para Kaës, esse “romance institucional” mascararia o “romance familiar”, a uma só vez retomando-o e negando-o, e de modo frequentemente radical, em nosso caso; radical, pois ainda que “Todos os grupos e todas as instituições fundam-se a partir de um conflito com outra origem, de uma maneira de apagá-lo, de negá-lo, de esquecer-lo: a partir de um assassinato”³³, a institucionalização em Casas Lar ou de Acolhida pressupõe, em muitos casos, o definitivo rompimento do vínculo com a família original.

Portanto, o mascaramento radical do romance familiar ampliaria a força do sonho conjuntamente elaborado no romance institucional e, em simultâneo, a interligação dos membros do grupo.

Não asseveraríamos, com isto, a necessária existência de fortes ligações entre as crianças em Casas Lar e de Acolhida, mas tão somente a de ligações

³⁰ Rizzini, 2004, p. 59.

³¹ Rizzini, 2004, p. 58-59.

³² TRINDADE-SALAVERT, Ivonita; NAZAR, José. *Os novos desafios da adoção: interações psíquicas, familiares e sociais*. Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud, 2010. p. 179-180. O Dr. Kaës, professor na Université Lumière Lyon 2 (França), foi apontado pela Folha de São Paulo como “um dos mais respeitados nomes no estudo das teorias psicanalíticas de grupo” (PROFESSOR francês René Kaës comanda simpósio de psicologia na USP. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u137.shtml>>. Acesso em: 03 jul. 2014.).

³³ TRINDADE-SALAVERT, 2010. p. 180.

passíveis de maior profundidade que as vividas nas ruas e Abrigos. O suficiente para que se experimentasse maior grau de satisfação pessoal relativa naquelas instituições.

Bons exemplos de sonhos profissionais e familiares, conjuntamente elaborados, dá-nos a citada reportagem do programa Painel. Em área social do Abrigo Meninos de Quatro Pinheiros³⁴ vê-se afixada, numa parede de madeira, grande árvore feita de papéis verdes e marrons; acima dela, em letras azuis e vermelhas escritas à mão, o título: “Árvore dos ‘Sonhos’”. Na copa e tronco da “Árvore” os internos mantêm afixados com tachinhas seus bilhetes manuscritos com dizeres em comum: “Voltar para a minha família”, “Voltar para a família”, “Voltar para casa”, “Ser jogador de futebol”, “Ser jogador de futebol. Fabrício.”, etc.

1.2.3 Impessoalidade do cuidado institucional

Neste ponto pareceríamos expressar a repetição do tópico “Quem são essas crianças?”, mas há uma sutil diferença. Enquanto outrora identificamos a condição real das crianças conduzidas ao abrigo, o que se diz delas no início de tal experiência vital, agora observamos mais proximamente o modo pelo qual elas próprias se veem nesse processo, e a que anelam.

O ingresso em locais de acolhimento permanente é com frequência antecedido pela internação em Abrigos e locais provisórios. A partir desses, a passagem para as Casas Lar ou de Acolhida é tida pelos abrigados como promoção, e promoção, crê-se, fruto de merecimento.

Novamente escutamos Ruth, menina de 16 anos de idade, abrigada:

[...] aqui na Acolhida eles dão escola, dão emprego, dão curso, dão tudo. O Abrigo não, o Abrigo você tem que ficar lá, tem que se comportar, e se não se comportar você não vai pra Casa de Acolhida, você continua lá³⁵.

Também, e de novo, Raí: “Abrigo, eles ajuda mandando a gente pra Casa de Acolhida. Chega na Casa de Acolhida, eles botam a gente pra estudar, fazer curso, trabalhar. Aí ajuda a gente”³⁶. [sic].

³⁴ Como visto, constitui-se numa instituição tipicamente de longo prazo, a despeito do nome “Abrigo”.

³⁵ Rizzini, 2004, p. 57.

³⁶ Rizzini, 2004, p. 58.

Há um anseio comum por ajuda. E essa ajuda provida por uma instituição corresponderia ao “cuidado” advindo de uma pessoa. Ou seja, aquilo que na infância é claramente identificado como anseio por cuidado materno, o que envolve necessariamente “adoção”, com certa frequência parece sofrer substituição³⁷, passando a ser identificado na adolescência institucionalizada como cuidado despersonalizado; “[...] a busca efetiva por proximidade da figura de apego é substituída pela ativação de representações mentais que criam uma sensação de segurança”³⁸. E essa substituição resultante da falta de vínculo pessoal poderá resultar nos danos a serem considerados no final do próximo capítulo. Antes, porém de considerarmos mais detidamente efeitos psíquicos da institucionalização e da adoção, auxiliados pela Teoria do Apego, cabe-nos saber do processo legal da adoção no Brasil, e seus entraves.

1.3 O processo legal da adoção

Adoção é tema cujas regras são “ainda desconhecidas da maioria”³⁹, de acordo com a revista *Em Discussão!*

Em edição de maio de 2013, integralmente dedicada ao tema da adoção, é-nos apresentado graficamente o passo-a-passo da adoção legal⁴⁰. Mesmo ciente da existência de pequenas variações do processo nos muitos estados de nosso país, convém expor, na forma de tópicos, o roteiro mais usual, com base no referido gráfico: I – *Quem pode adotar*: Qualquer pessoa a partir dos 18 anos de idade, de qualquer estado civil. Deverá ser ao menos 16 anos mais velha que a criança a ser adotada. Avós e irmãos mais velhos não podem solicitar adoção, mas guarda ou tutela da

³⁷ Utilizamos a acepção psicanalítica de “substituição”, mecanismo de defesa do ego que consiste na “transferência na qual o alvo inicial da pulsão é substituído por outro mais aceitável pelo ego” (MESQUITA, Raul; DUARTE, Fernanda. *Dicionário de Psicologia*. Lisboa: Plátano Editora, 1996. p. 195).

³⁸ BARSTAD, Mariana Guerra. *Do berço ao túmulo: A teoria do Apego de John Bowlby e os estudos de apegos em adultos*. 2013. p. 42. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Psicologia, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2013.

³⁹ CONTEXTO da adoção no Brasil. *Em discussão!* Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/contexto-da-adocao-no-brasil/o-processo-de-adocao-no-brasil.aspx>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

⁴⁰ CONTEXTO da adoção no Brasil. *Em discussão!* Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/contexto-da-adocao-no-brasil/o-processo-de-adocao-no-brasil.aspx>>. Acesso em: 01 jun. 2014

criança. Excepcionalmente estrangeiros podem adotar, caso inexistam candidatos brasileiros ao acolhimento.

II – *Quem pode ser adotado*: A criança ou adolescente com, no máximo, 18 anos, a não ser que já esteja sob a tutela ou guarda do adotante.

III – *Como adotar*: A pessoa interessada em adotar deve se dirigir à vara da Infância e da Juventude ou fórum de sua comarca. Ali lhe serão solicitados alguns documentos, como: cópia autenticada da certidão de nascimento ou casamento, ou da declaração de união estável; cópia da identidade e do CPF; comprovante de renda; comprovante de residência; atestados de sanidade física e mental; certidão de antecedentes criminais; certidão negativa de distribuição cível; petição, na qual constem: qualificação completa e dados familiares do requerente. Há estados que requerem a intermediação de advogado ou defensor, para apresentação da petição. Solteiros encaminham sós o processo; casados, ou pessoas em união estável, fazem-no juntas.

IV – *O Processo propriamente dito*: Após apresentação dos documentos e petição inicial, será marcada entrevista com assistente social e, se necessário, com psicólogo. O objetivo é identificar a adequabilidade do ambiente familiar, a legitimidade de motivação para adoção, e a existência de vantagens reais para o adotando. Após aprovação nesta fase, o candidato ou candidata poderá ser inscrito no Cadastro Nacional de Adoção. Será então preenchida a ficha na qual se especificará o perfil desejado de criança ou adolescente a adotar: faixa etária, cor de pele, se pode possuir necessidades especiais, ou problemas de comportamento, etc. É digno de ressalva que, para todos os itens do adotando, pode-se não definir preferência. A etapa seguinte consiste num curso psicossocial e jurídico, no qual os integrantes do cadastro aprendem sobre suas responsabilidades como pais adotivos, e sobre as necessidades emocionais da criança que é adotada. Passado o treinamento, os candidatos à adoção seguem para a fase de espera. A duração desse tempo está intimamente ligada ao perfil do adotando, conforme especificado na ficha. Em geral, quanto menor a idade exigida da criança, maior tem sido o tempo de espera. Esta só é interrompida quando o juiz encontra a criança, ou adolescente, dentro do perfil escolhido pelo candidato, e determina o início do estágio de convivência. Nesse período, o pai e/ou mãe adotiva visitará com frequência o adotando na instituição de abrigamento, podendo conviver com ele todos os dias, algumas horas diárias. Esse é um tempo variável segundo deliberação do juiz, da vara, ou mesmo segundo a vontade do adotante. Normalmente não ultrapassa um ano. A critério do juiz, se o adotado já estiver há algum tempo sob

tutela ou curatela do adotante, o estágio de convivência pode ser dispensado. Findo satisfatoriamente o período adaptativo, o juiz emite a sentença de adoção. É notável que a adoção possua todos os efeitos legais da filiação natural. Tal princípio emana de nossa Constituição Federal, art. 227, § 6º:

Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.⁴¹

1.4 Entraves à adoção

A fluidez do ponto anterior permanece ainda distante da realidade social brasileira. Alguns entraves têm dificultado o curso normal do processo, e a culminação com crianças e pais felizes e legalmente vinculados.

Dos problemas atuais, destacaremos inicialmente: morosidade sistêmica, e subjetividade do conceito de família. Por fim, trataremos com maior ênfase daquele que consideramos ser o principal: a objetificação da pessoa.

1.4.1 Morosidade sistêmica

Em artigo recente, 08 de abril deste ano, veiculado pelo “Portal da Adoção” sob o título “Morosidade na adoção faz crianças perderem o futuro”, deparamo-nos com um caso perturbador, numa espécie de *mea culpa*. Apesar de o artigo ser assinado por Isabel Cochlar, advogada, e não por uma representante do governo, o referido *site* é inteiramente administrado pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em parceria com o Ministério Público e o Tribunal de Justiça daquele estado. Ainda assim o artigo foi postado, nele constando o seguinte relato:

Um nenê, cujo poder parental⁴² já foi destituído da genitora em três casos anteriores, ocupava um leito da CTI de um grande hospital na semana passada. Não havia vaga para que a criança fosse recolhida. Não há esperança que uma família possa recebê-lo antes de destituído o poder

⁴¹ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 jul. 2014.

⁴² “Poder parental” é expressão abundantemente utilizada como sinônima de “Poder familiar”. Esta última, que enfatiza o poder de pai e mãe, foi adotada no Código Civil de 2002, em lugar da expressão “Pátrio poder”, que se dirigia exclusivamente ao pai. Para mais detalhes, sugerimos a leitura de: PODER familiar. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Poder_familiar>. Acesso em: 09 jul. 2014.

parental. Passarão, no mínimo, dois anos. Passarão todas as oportunidades para que essa criança encontre um lar.⁴³

É de se perguntar o porquê da possível necessidade de uma quarta destituição do “poder parental”. É dito que a criança carecia de vaga nalguma instituição que a pudesse acolher. Então, enquanto internada e aguardando a chance de acolhimento, enquanto o tempo passa e o poder parental não é tirado da genitora do bebê, enquanto o tempo passa e a criança cresce, sua chance de ser introduzida num lar acolhedor vai se tornando cada vez mais remota. A questão não é apenas judicial, apesar de o ser em grande parte; tem a ver com leis que, sob a intenção de proteger os vínculos familiares naturais dessas crianças, deixam-nas à mercê de futuros incertos, postergam o inadiável.

Uma das principais causas da lentidão, como aventado na citada edição do periódico *Em discussão!* são os prazos excessivamente longos para interferência da família natural, em processos de destituição do poder parental.

[...] Valdemar Martins da Silva, presidente da Casa de Ismael, de Brasília, sugere que os prazos para a família biológica interferir [...] sejam reduzidos. Valdemar ilustra a sugestão com a história de um bebê cujo avô, com mais de 70 anos, depois de dois anos de iniciado o processo e faltando apenas uma assinatura do juiz, requisitou a guarda da criança sem ter quaisquer condições de cuidar dela. [...] até que seja comprovada a inviabilidade da criança ficar com o avô, ela provavelmente perderá a “janela de adoção”, pois estará com mais de 4 anos de idade⁴⁴.

Continuando a denunciar a lentidão, no mesmo artigo dá-se um alerta:

Aprisionadas nas teias da burocracia, que venera a fila de adoção em detrimento dos próprios adotandos, as crianças são jogadas de uma casa de passagem para outra, até se tornarem grandes demais para corresponder às expectativas, [...]. Passamos da civilização ao pior sistema de barbárie institucional: aquele que rouba o futuro⁴⁵.

⁴³ COCHLAR, Isabel. *Morosidade na adoção faz crianças perderem o futuro*. Disponível em: <<http://portaladocao.com.br/artigos/morosidade-na-adocao-faz-criancas-perderem-o-futuro/>>. Acesso em: 04 jul. 2014.

⁴⁴ SENADO FEDERAL. Especialistas defendem modificações. *Em Discussão!* Brasília, ano 4, n. 15, 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/especialistas-defendem-modificacoes.aspx>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

⁴⁵ COCHLAR, Isabel. *Morosidade na adoção faz crianças perderem o futuro*. Disponível em: <<http://www.portaladocao.com.br/artigos/morosidade-na-adocao-faz-criancas-perderem-o-futuro/>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

Em 25 de maio de 2013, isto é, há pouco mais de um ano, o canal de notícias *on-line* UOL veiculou reportagem sobre os números do Cadastro Nacional de Adoção, o CNA. Na época o CNA, mecanismo criado pelo Conselho Nacional de Justiça com o fim de agilizar a troca de informações, sobre crianças e pretendentes à adoção, entre juízes de todo o país, já contava cinco anos de funcionamento. No entanto, em seu banco de dados constavam apenas 1.987 adoções de crianças e adolescentes em todo o país; um número considerado extremamente insatisfatório, tendo em vista outras 5.426 crianças e adolescentes aguardando para serem adotadas. Frente a esses dados, o presidente da comissão especial de direito à adoção, da OAB-SP, o advogado Antônio Carlos Belini, comentou:

O nosso Poder Judiciário não tem infraestrutura básica para poder suprir as necessidades da infância abandonada, as Varas da Infância e Juventude são criadas, mas não são instaladas. O processo é muito lento, a máquina é muito burocrática, infelizmente.⁴⁶

Informação semelhante nos fornece a pesquisadora Simone Franzoni, porém com uma ressalva no que tange à burocracia do poder judiciário: “A morosidade do Poder judiciário na tramitação dos processos de adoção não é exclusividade desses feitos, atinge todos os tipos de ações”⁴⁷. Há uma crise estrutural no judiciário, problema notório em nosso país. Contudo, não apenas o judiciário trabalha com lentidão; o fato se dá em todas as esferas do poder público, preterindo-se o cuidado das necessidades da criança institucionalizada. A questão é conjuntural.

Em alguns casos, nem se sabe quantas estão abrigadas, nem há quanto tempo. Tudo está atrasado. Esse é problema do sistema e não culpa das classes envolvidas, tais como Magistrado, Ministério Público, advogados, assistente social e cartórios.⁴⁸

Ainda assim, à parte da crise sistêmica, perdura um princípio maior em favor da criança sob vulnerabilidade, já mencionado no ponto 1.2. Ali citamos o ECA; desta feita recorreremos ao artigo 227 de nossa Constituição Federal:

⁴⁶ UOL NOTÍCIAS. *Há 5,4 vezes mais pretendentes do que crianças aptas à adoção, aponta CNJ*. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/05/25/ha-54-vezes-mais-pretendentes-do-que-criancas-aptas-a-adocao-aponta-cnj.htm#fotoNav=2>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

⁴⁷ BOCHNIA, 2010, p. 203.

⁴⁸ BOCHNIA, 2010, p. 203.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão⁴⁹.

1.4.2 Subjetividade conceitual: o que é família extensa?

Um segundo elemento dificultador da adoção é a falta de especificidade do conceito de família extensa. A Lei 12.010 (Lei Nacional de Adoção), de 3 de agosto de 2009, no parágrafo único de seu artigo 25 define:

Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade⁵⁰.

Qual, esse nível de parentesco próximo? Quais os vínculos de afinidade? Nada se diz. Daí que especialistas criticam o suficiente espaço para interpretações e decisões prejudiciais às crianças institucionalizadas, conforme levantado por Cláudia Moraes, dirigente do Abrigo Nosso Lar, em Brasília:

[...] é preciso definir melhor o conceito de família extensa. “Isso ajudaria muito. Alguns juízes e promotores exageram e mandam que parentes muito distantes sejam contatados antes de decidir pela destituição do poder familiar, o que atrasa o processo e leva a criança a ficar mais tempo no abrigo, perdendo, muitas vezes, a janela de adoção⁵¹.”

É inconcebível que a lentidão na destituição do poder parental, em parte motivada por problema conceitual enseje o esvanecimento do sonho infantil de um lar!

O promotor da Curadoria da Infância e da Juventude do município de Divinópolis (MG), Carlos José e Silva Fortes, avança, da pergunta pelos limites do que seja a família extensa, para os limites de intervenção da família como um todo, mencionando os casos em que, por exemplo,

⁴⁹ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 04 jul. 2014.

⁵⁰ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Lei N. 12.010*. 3 ago. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm>. Acesso em: 08 jul. 2014.

⁵¹ SENADO FEDERAL. Especialistas defendem modificações. *Em Discussão!* Brasília, ano 4, n. 15, 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/especialistas-defendem-modificacoes.aspx>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

ao pedir à mãe biológica que jamais cuidou ou teve intenção de cuidar que renuncie à criança para que ela possa ser habilitada para adoção, a mãe se negue, ainda que, claramente, não vá cuidar do menor. A criança fica sujeita a um longo processo de destituição de paternidade, durante o qual a família biológica pode interferir muitas vezes⁵².

De fato, a dúvida inicial sobre os limites da família extensa merece apreciação atenciosa. Não se pode capitular pela força das circunstâncias. Todavia, essa questão soa como o eco de uma voz mais estridente, uma dúvida ainda mais profunda e mais complexa: ante as inúmeras possibilidades de acolhida decorrentes da busca de alguém que queira assumir a guarda da criança dentro da chamada família extensa, qual seria, na verdade, o “superior interesse da criança”⁵³? Até que ponto a adoção por um parente na verdade distante não equivaleria, e por vezes com desvantagem, a uma adoção por terceiros?

A complexidade do tema é tamanha, e as dúvidas tantas sobre os limites úteis da noção de parentesco, que chegamos ao que poderia ser considerado extremamente contraditório: O ECA, ao tratar da adoção por ascendentes preconiza, no § 1º do art. 42: “Não podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando”. Impõe restrição ao que seria um instituto natural e sensível da sociedade brasileira. Segundo o jurista Arnaldo Marmitt, citado por Simone Franzoni,

Entre nós, sobretudo nas maiores cidades, grande número de crianças e adolescentes estão sendo cuidados e sustentados pelos avós. Vivem na casa destes, na dependência destes, em cuja companhia são criados não como netos, mas como verdadeiros filhos.⁵⁴

Se de um lado, parentes distantes, estranhos à criança ou adolescente, têm primazia na adoção por possuírem algum traço de consanguinidade, de outro é vetada a uma relação muito próxima, como a de avós, a adoção. A questão é conflituosa, e dá ocasião ao choque de poderes. Em novembro de 1994, o desembargador Gonçalo

⁵² SENADO FEDERAL. Especialistas defendem modificações. *Em Discussão!* Brasília, ano 4, n. 15, 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/especialistas-defendem-modificacoes.aspx>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

⁵³ “Tem-se notícia que o princípio do melhor interesse da criança efetivou-se em 1836, na Inglaterra [...]. Hoje, tanto o ordenamento pátrio como as legislações europeias [...] sobre adoção de crianças e adolescentes buscam o interesse do adotando como fundamento principal” (BOCHNIA, 2010. p. 84-85.).

⁵⁴ BOCHNIA, 2010. p. 46.

Teixeira e Silva, de Goiânia, revisando um processo de adoção de neto, relatou o seguinte:

Os requerentes pretendem com este pedido regularizar uma situação de fato existente, uma vez que o menor adotando os tem como pais e eles têm o menor como filho [...] entendo que não pode obstar o acolhimento do pedido [...] o objetivo é o bem-estar da criança e as vantagens que advirão para o adotando.⁵⁵

O benefício da criança deve avultar. Há quem afirme ser o motivo dessa restrição a manutenção da ordem familiar, pois: “[...] os avós, ao adotarem um neto, gerariam uma confusão familiar, vez que o neto adotado passaria a ser irmão do seu próprio pai ou da sua mãe”⁵⁶, o que a nosso ver improcede, observadas, em especial, as proibições impostas pelo Código Civil ao casamento entre parentes⁵⁷.

Contudo, se quisermos tratar com honestidade do tema é preciso depararmos com o último dos entraves que, já o dissemos, parece-nos o principal.

1.4.3 Objetificação da pessoa

No caso supracitado da decisão favorável à adoção de neto, segue-se que o desembargador Gonçalo Teixeira acusa o legislador de motivações mesquinhas na elaboração da lei em questão. Diz:

⁵⁵ BOCHNIA, 2010, p. 46.

⁵⁶ SOBRE Adoção e Sobre Guarda - Algumas Considerações. Disponível em: <<http://denisax.blogspot.com.br/2008/04/sobre-adoo-e-sobre-guarda-algumas.html>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

⁵⁷ No artigo 1.521 do Código Civil, lê-se: “Não podem casar: I - os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil; II - os afins em linha reta; III - o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante; IV - os irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, **até o terceiro grau** inclusive;” (BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Lei N. 10.406*. 10 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 07 jul. 2014. [grifo nosso]). Fica, assim, descartada a possibilidade, por exemplo, de problemas hereditários por uniões em que haja proximidade sanguínea, o que adviria talvez da adoção de netos. Contudo, apesar de nos colocarmos ao lado daqueles que defendem a adoção pelos avós, admitimos a complexidade do tema e a profundidade dos argumentos contrários, dentre eles o fato de, nesse tipo de adoção se dar, talvez, a “incongruência de se transformar vínculo familiar preexistente e com características próprias em outro [...]”. Para aprofundamento, sugerimos a leitura do ponto V (Inadmissibilidade na Doutrina) do texto “Adoção por Ascendente”, de autoria de Waldemar Zveiter, Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0CCgQFjAC&url=http%3A%2F%2Fwww.stj.jus.br%2Fpublicacaooseriada%2Findex.php%2Finformativo%2Farticle%2Fdownload%2F180%2F175&ei=qAm8U972O6eksQTS-4GADw&usq=AFQjCNFIduBUfOa24Um9_oJQ6wUE5nxfQ>. Acesso em: 08 jul. 2014.

O legislador, ao inserir no Estatuto citado (ECA) a vedação de avós adotarem neto, demonstrou sua total insensibilidade [...], se preocupando apenas com a questão sucessória. [...] Tenho para mim que a vedação de avós adotarem um neto é nefasta aos interesses do menor, tendo **apenas** a mesquinha preocupação com a questão sucessória, vez que o adotado passa a ser herdeiro dos avós quando então concorrerá em igualdade de condições com os filhos dos adotantes [...]. A adoção está muito acima desta pequena questão patrimonial [...] ⁵⁸. [sic]

Se correta a proposição do magistrado, na sede do impasse estariam, não os interesses da criança ou adolescente, tampouco a prevenção de má formação genética por união civil de parentes próximos, risco descartado por meio das proibições do Código Civil. O adotando representaria uma ameaça à divisão de bens, uma *coisa* ameaçadora, não um ser humano necessitado do adequado reconhecimento do vínculo filial que possuiria com seus avós,

e que traz enormes vantagens para o adotando principalmente quando o adotando é uma criança em formação, idade onde ter um pai e poder dizer em alto e bom som “meu pai” ou “meu pai é” representa muito. Hoje representa exceção o número de países cuja legislação proíbe a adoção por parentes [...] ⁵⁹.

Desatender a condição de pessoa da criança dá ocasião: a leis e sentenças que desrespeitam (de modo sutil) o “Princípio da Prioridade Absoluta”⁶⁰, nutrimo ênfases distorcidas, sobrepondo-se outros valores (em especial, os de fundo econômico), mais caros ao sistema que a própria infância; ao distanciamento daqueles que têm o poder de solução do problema de desvínculo dessas crianças.

A negação da absoluta prioridade devida às crianças é fortemente denunciada no artigo já citado, publicado no Portal da Adoção. Isabel Cochlar afirma que

As tentativas de adoção *Intuito personae*, aquelas em que a mãe genética destina o nascituro a um casal em que confia, quer por relação de parentesco estendido, quer por pura amizade, não têm encontrado guarida no judiciário brasileiro. As mães genéticas, ao decidirem dar os filhos em adoção, são totalmente desconsideradas e passam a ser tratadas como coisas pelo

⁵⁸ BOCHNIA, 2010, p. 46. [grifo nosso].

⁵⁹ BOCHNIA, 2010, p. 46.

⁶⁰ Bochnia expõe tal princípio nos seguintes termos: “A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, materializou o princípio da prioridade absoluta, o qual prevê o atendimento aos direitos das crianças e dos adolescentes de forma diferenciada e privilegiada. [...] a *primazia do atendimento contra todos*” (BOCHNIA, 2010, p. 78-79).

judiciário, sendo-lhe negado o direito de interferirem no destino do filhos⁶¹. [sic].

Como explicar essa desconsideração? Sabe-se que, particularmente desde a criação do CNA, a fila de adoção por vezes se torna prioridade até em casos nos quais a adoção haja sido solicitada por quem vinha mantendo zelosamente a guarda da criança havia meses, periclitando, por conseguinte, a oficialização de um vínculo pré-existente⁶². Sim. O apreço pela burocracia pode oferecer sério risco ao bem-estar da criança.

Quando se fala em leis, sentenças, interesses econômicos sobrepostos à própria infância, há que se pensar o impensável, o absurdo, o despuorado. Exemplificamo-lo:

Valdemar e a dirigente do abrigo Nosso Lar, também de Brasília, Cláudia Moraes, chamam a atenção para o fato de que muitas das interferências das famílias biológicas parecem estar ligadas a interesses financeiros, como a inscrição no Programa Bolsa Família ou, especialmente com relação aos bebês, à possibilidade de venda da criança para uma adoção à brasileira⁶³.

A infância tem sido explorada como fonte subvencional direta e indireta, para captação de recursos governamentais e privados. Como coibir esse tipo de ação criminosa, mercenária? De que modo a sociedade, em especial os cristãos, pode intervir nesses processos desumanizados?

Inicialmente, como assinalado por Simone Franzoni, urge o real envolvimento da sociedade com os temas da adoção e da institucionalização infantil. Não mais alienação, mas informação e comprometimento.

O instituto da adoção mostra-se como uma célula que deve suscitar o interesse de toda a sociedade, entretanto, só tem interessado àqueles que desejam um filho. Neste sentido, toda a sociedade é responsável ou por sua subcultura ou por seu desleixo, ou por ambos⁶⁴.

⁶¹ COCHLAR, Isabel. *Morosidade na adoção faz crianças perderem o futuro*. Disponível em: <<http://www.portaladocao.com.br/artigos/morosidade-na-adocao-faz-criancas-perderem-o-futuro/>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

⁶² Fato comum a múltiplos processos constantes do portal JusBrasil, repositório de sentenças judiciais prolatadas em todos os tribunais do país. Que se dê atenção especial para a aba “Jurisprudência”. (JUSBRASIL. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/>>. Acesso em: 08 jul. 2014).

⁶³ SENADO FEDERAL. Especialistas defendem modificações. *Em Discussão!* Brasília, ano 4, n. 15, 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/especialistas-defendem-modificacoes.aspx>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

⁶⁴ BOCHNIA, 2010, p. 201-202.

Há verdadeiro abandono social do tema. Quando nos reportamos aos números do Cadastro Nacional de Adoção, testemunhamos omissão, medo, e a falta de envolvimento daqueles que seriam capazes de solucionar grande parte do problema da institucionalização de crianças, em particular aquelas já disponibilizadas para adoção.

Os números do cadastro dizem-nos haver, como visto, 5,4 candidatos para cada criança ou adolescente⁶⁵ disponível. Por que a conta não fecha, e o problema não se encaminha à resolução? Consideravelmente, rareia o entendimento, por parte dos pretendentes que exigem participação no período de constituição da personalidade da criança adotanda, de que tal período não se restringe, em absoluto, aos 5 primeiros anos de vida, como a maioria dos interessados em adotar parece supor⁶⁶. O período de formação da personalidade⁶⁷ abrange, em média, o lapso dos 8 primeiros anos da vida⁶⁸. Ou seja, a janela de adoção pode e deve ser estendida ante os olhos da sociedade, especialmente daqueles que tencionam adotar.

Essa nova compreensão reduziria o número de crianças institucionalizadas, daquelas de sobre as quais já se destituiu o poder parental. Segundo a citada edição da revista *Em Discussão!*, cerca de 1.000 das 5.465 crianças constantes do CNA, em 2013, teriam as chances de adoção aumentadas⁶⁹. A reportagem nos fala precisamente de 1.011 crianças contando entre 4 e 9 anos de idade mas, desta

⁶⁵ Apesar de havermos citado eventualmente os adolescentes institucionalizados, não são eles o foco desta pesquisa. Entretanto, não seria adequado ignorar o fato de serem em grande número nas instituições. Muitos perderam os laços com suas famílias naturais, mas a sociedade não demonstra interesse em os adotar (o que fica claro quando menos de 1% dos candidatos à adoção aceita adotar adolescentes). Por conseguinte, juízes de direito não destituem o poder parental, e tais adolescentes ficam à mercê das instituições, sem quaisquer possibilidades de adoção até a maioridade. Para maior aprofundamento, sugerimos: PERFIL dos candidatos a pais adotivos. [sic]. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/realidade-brasileira-sobre-adocao/pefil-dos-candidatos-a-pais-adotivos.aspx>>. Acesso em: 08 jul. 2014.

⁶⁶ PERFIL das crianças disponíveis para adoção. *Em Discussão!* Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/realidade-brasileira-sobre-adocao/perfil-das-criancas-disponiveis-para-adocao.aspx>>. Acesso em: 08 jul. 2014.

⁶⁷ Personalidade “[...] é aquilo que se mantém constante na actuação que é a nossa vida - lembremos o que escreveu Shakespeare no século XVI no *As you like it*: [...] o mundo inteiro é um palco e os homens e as mulheres não passam de actores [...]”. [sic] (MESQUITA, Raul; DUARTE, Fernanda. *Dicionário de Psicologia*. Lisboa: Plátano Editora, 1996. p. 164). Em linguagem comum, consiste no caráter, no conjunto dos caracteres próprios de uma pessoa, seu “jeito de ser”.

⁶⁸ Segundo Bowlby, por isso mesmo o apego se mostra vital nesse período (BOWLBY, John. *Cuidados maternos e saúde mental*. São Paulo: Martins Fontes, 1988).

⁶⁹ SENADO FEDERAL. Perfil das crianças disponíveis para adoção. *Em Discussão!* Brasília, ano 4, n. 15, 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/realidade-brasileira-sobre-adocao/perfil-das-criancas-disponiveis-para-adocao.aspx>>. Acesso em 08 jul. 2014.

dissertação, na qual se enfocam crianças de 0 a 8 anos, excluiríamos o total das crianças de 9 anos, número que não podemos precisar.

Esperamos que as linhas dos capítulos a seguir contribuam, de algum modo, para um melhor tratamento dessas crianças, não como números ou objetos; ao contrário, como o que de fato são, e sempre serão: pessoas.

2 NECESSIDADE DE APEGO, E INSTITUCIONALIZAÇÃO

2.1 Considerações iniciais

Myeisha ...

A revolução a fizera perder todo o pouco que tinha. Quando a casa foi incendiada, seis meses atrás, somente ela escapou. Correu para o rio e submergiu, mantendo só a cabeça fora da água, agarrada à raiz de uma árvore, ouvindo os gritos, os tiros, a fumaça tornando escuros a alma e os céus. Todos! Seus irmãos, “papaizinho” e “mamãezinha” (como carinhosamente os chamava) se tornaram cinzas.

Centenas de crianças mantidas em instituições Brasil afora... Um grave fenômeno social, que exige um olhar sensível e fundamentado. Um desses fundamentos consiste, certamente, na investigação dos efeitos psíquicos da privação do convívio familiar. Quais danos a falta de vínculo poderia causar à personalidade de crianças de zero a oito anos de idade? Como o comportamento desses indivíduos poderia ser afetado na própria infância e nas demais fases da vida?

Para o delineamento desta análise do psiquismo infantil, tomou-se como principal fundamento a Teoria do Apego⁷⁰, de John Bowlby. Apesar de sua longa e pormenorizada investigação, aqui serão destacados apenas alguns de seus conceitos-chave, numa exposição panorâmica, não obstante sintética.

2.2 John Bowlby e a Teoria do Apego

Pede-se vênica para uma citação biográfica que, apesar de “cirurgicamente” reduzida, ainda se mostra relativamente longa.

John Bowlby nasceu em 1907 [...], estudou Medicina e Psicologia na Universidade de Cambridge. No terceiro ano da sua licenciatura, interessou-se pelo que mais tarde viria a chamar-se Psicologia Desenvolvimental. Terminou a sua licenciatura médica em 1928 e ao mesmo tempo especializou-se em Psiquiatria Infantil e em Psicanálise. Prestou trabalho voluntário numa escola para crianças delinquentes, o que influenciou o rumo da sua carreira. [...] Fez a sua pós-graduação na London Child Guidance Clinic, com um interesse teórico e clínico na transmissão intergeracional das relações de “apego”. O contacto com uma obra de Konrad Lorenz desperta

⁷⁰ As publicações em português europeu utilizam *Teoria da Vinculação*, enquanto no português brasileiro, *Teoria do Apego*. Na língua materna de Bowlby, o inglês, tem-se *Attachment Theory*. (TEORIA do Apego. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_do_apego>. Acesso em: 27 nov. 2013.). Em nenhum momento, ao longo da pesquisa, encontramos *attachment* traduzido por “afeto”.

em Bowlby o interesse pela etologia, onde vai procurar novas pistas e explicações para a relação de vinculação entre mãe e filho.

[...] psiquiatra inglês com formação psicanalítica e etologista, [...] assessor da Organização Mundial de Saúde na área de saúde mental. Realizou estudos sobre crianças órfãs, institucionalizadas [...].

Depois da 2ª Guerra Mundial Bowlby foi convidado para dirigente do departamento de crianças na Clínica de Tavistock, tendo-a associado ao Instituto de Relações Humanas de Tavistock, onde trabalhou a tempo inteiro como clínico, professor e investigador na psiquiatria infantil e familiar, entre 1946 e 1972. [...]

Tendo como ponto de partida a Teoria da Vinculação e o estudo de numerosos casos clínicos, Bowlby em 1980 desenvolveu uma teoria sobre perda e luto, sendo considerada uma das mais compreensivas sobre a resposta à perda.⁷¹

Bowlby nos conta que, em 1950, fora convidado pela Organização Mundial de Saúde para assessorá-la “na área de saúde mental de crianças sem lar”⁷². Pesquisando o tema em profundidade, ele conheceu os mais eminentes pesquisadores de psiquiatria infantil e puericultura de seu tempo; uma de suas principais impressões foi o alto grau de concordância dos estudos, quanto aos princípios que regem a saúde mental das crianças, bem como quanto aos modos de salvaguardá-la. Em seu relatório à OMS, Bowlby formulou sua tese nos seguintes termos:

O que se acredita ser essencial para a saúde mental é que o bebê e a criança pequena experimentem um relacionamento carinhoso, íntimo e contínuo com a mãe (ou mãe substituta permanente), no qual ambos encontrem satisfação e prazer.⁷³

Além disso, nesse mesmo relatório foi ainda mais específico ao descrever as medidas para a proteção da “saúde mental de crianças separadas de suas famílias”⁷⁴. Conforme dito anteriormente, apesar de toda abrangência da teoria de Bowlby, os aspectos que nos cabe analisar resumidamente são, doravante, no que consiste o apego à figura materna, e o conjunto dos males psíquicos causados pela privação desta.

⁷¹ OLIVEIRA, Célia M. S.; MARQUES, Liliana P. C. *John Bowlby*. Disponível em: <http://gaius.fpce.uc.pt/pessoais/mccanavarro/pdf/trabalhos/principais_autores/John%20Bowlby%20s d.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013. [grifo nosso].

⁷² BOWLBY, John. *Apego*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. IX.

⁷³ BOWLBY, 1990, p. X.

⁷⁴ BOWLBY, 1990, p. X.

Quando da elaboração de seu estudo, John Bowlby constatou que seu colega James Robertson pisava um “terreno predominantemente virgem”⁷⁵. A Robertson coube o mérito de fornecer um poderoso diferencial à análise bowlbyana, porquanto efetuara não uma análise em retrospectiva, utilizando adultos, mas um estudo prospectivo a partir de crianças. Robertson fizera

[...] uma investigação sistemática do problema dos efeitos da separação da mãe nos primeiros anos da infância sobre o desenvolvimento da personalidade. [...] observara numerosas crianças antes, durante e depois de uma temporada fora do lar.⁷⁶

Ainda que em Bowlby tenhamos precipuamente a relação mãe-filho(a), e não um estudo sobre esta e as demais relações comuns do lar⁷⁷, e sobre a complexidade dos efeitos de todas essas privações, é certo que a psicopatologia considera “a perda da figura materna como uma variável dominante”⁷⁸.

A Teoria do Apego, com sua proposta pioneira da necessidade intrínseca de vinculação biologicamente determinada, e sua análise prospectiva das crianças, tornou-se referência mundial sobre “como crianças pequenas reagem à perda [...] da mãe”⁷⁹. São estes precisamente os caracteres pelos quais a Teoria do Apego foi adotada como base deste capítulo.

2.3 Função e constituição do apego

Para se compreender o comportamento humano, seus costumes e caráter, bem como, sobretudo, suas paixões, isto é, para que se delineie uma espécie de

⁷⁵ BOWLBY, 1990, p. X.

⁷⁶ BOWLBY, 1990, p. X.

⁷⁷ Chamaram-se “relações comuns do lar” àquelas que o senso comum julga ocorrerem mais frequentemente, a saber: fraternal, filial-paterna e filial-materna, conjugal.

⁷⁸ BOWLBY, 1990, p. XI.

⁷⁹ BOWLBY, 1990, p. IX.

etologia⁸⁰ humana, tem-se como cerne o estudo dos vínculos. À luz da Teoria do Apego, diz-nos Cristiana Berthoud⁸¹:

O vínculo, a vinculação, enfim, a ligação afetiva que as pessoas formam entre si e com o “mundo das coisas” de modo geral, é, sem dúvida nenhuma, o cerne do interesse quando se fala em compreender o homem [...].⁸²

A constituição dos elos afetivos é essencial ao ser humano, particularmente “nos primeiros anos de vida”⁸³, pois é a partir deles, sobretudo, que o humano se constitui enquanto pessoa⁸⁴. Mas, a fim de serem saudavelmente estabelecidos, subsidiando a pessoa para a construção e manutenção, por toda a vida, de vínculos sociais íntimos, faz-se necessário o ambiente propício. Tal ambiente não é casual; surge da conjunção absolutamente ativa entre desenvolvimento cognitivo do bebê e interação social da mãe. Quanto aos bebês, tão precoce é o desvelar de seu impulso de vinculação que, já no segundo semestre de nascidos, usualmente exibem comportamento típico de apego⁸⁵, pelo qual buscam manter a proximidade com a figura de apego. Quanto às mães, porém, o impulso para o cuidado, acentuadamente perceptível desde a gestação, pode ser rechaçado, gerando afastamento constante,

⁸⁰ O Dicionário Priberam define *Etologia* como *Etografia* (DICIONÁRIO de Língua Portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2013. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/etologia>>. Acesso em: 27 nov. 2013.). E à *Etografia*, por sua vez, como *Ciência dos costumes* (Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/etografia>>. Acesso em: 27 nov. 2013.). O uso do termo *Etologia*, emprestado da zoologia, onde é amplamente utilizado, deve-se a que inúmeros estudos analisem o comportamento humano tomando como uma das ferramentas de análise o comportamento de aves, mamíferos e primatas. E a Teoria do Apego é um desses estudos. Para mais detalhes, sugere-se a leitura de: BOWLBY, John. *Ontogênese do comportamento instintivo*. In: BOWLBY, 1990, p. 157-188.

⁸¹ Cristiana Berthoud, cuja obra *Filhos do Coração* está amplamente citada nesta pesquisa, é doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000) e pós-doutorada em *Family Social Sciences* pela *University of Minnesota*, USA (2002). Com seis livros publicados, dedica-se fundamentalmente a duas áreas: Psicologia da Família e Avaliação e Pesquisa em Responsabilidade Social. Cristiana é consultora na área de elaboração e avaliação de Programas e Projetos junto a Órgãos do Governo, Empresas e Instituições do chamado Terceiro Setor (CRISTIANA Mercadante Esper Berthoud. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4782826U6>>. Acesso em: 29 nov. 2013.).

⁸² BERTHOUD, Cristiana Mercadante E. *Filhos do Coração*. Taubaté: Cabral Editora Universitária, 1997. p. 21.

⁸³ BERTHOUD, 1997, p. 27.

⁸⁴ A noção de pessoa aqui corresponde a: “[...] o homem em suas relações com o mundo ou consigo mesmo” (PESSOA. In: ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 761.). Isto é, sendo a “pessoa” o humano “em relações”, sem a integral constituição dessas relações não há “pessoa humana”, mas um ser despersonalizado, brutalizado.

⁸⁵ BERTHOUD, 1997, p. 29. Discorrer-se-á mais satisfatoriamente sobre comportamento de apego em *Autoadaptabilidade do Comportamento de Apego*.

mesmo aversão a seus bebês, o que seria, segundo Berthoud, uma anomalia resultante “de perturbações emocionais graves”⁸⁶.

É preciso uma ressalva: ainda que somente na segunda metade do primeiro ano de nascido o bebê demonstre claramente o comportamento de apego, muito precocemente surgem as percepções fundantes vitais do vínculo. John Bowlby nos conta, por exemplo, “[...] que, no terceiro dia de vida, o bebê já é capaz de discriminar a voz da mãe”⁸⁷. A psicóloga e pesquisadora Ana Celina Albornoz cita uma percepção ainda mais precoce ao referenciar pesquisas que demonstram, por exemplo, que

[...] através da sensorialidade fetal, o bebê já conhece a mãe através do sabor único do seu líquido amniótico. O odor conhecido da mãe, reencontrado após o nascimento, serve como referência tranquilizadora ao bebê [...] Nos casos em que é abandonado pela mãe logo após o nascimento, o bebê sofre uma perda súbita de todas as suas referências sensoriais, o que dificulta sua adaptação ao mundo.⁸⁸

Assim, a vinculação afetiva é necessidade inata do ser humano mesmo antes do nascimento. Tão primitiva quanto vital, a sensorialidade do bebê, ativa mesmo intrauterinamente, implica preparação para formação de vínculo, talvez o próprio início de seu estabelecimento (isto se não houver um antecedente diverso, talvez inaferrível!).

Para Bowlby, essa tendência à formação de uma ligação social íntima é necessidade básica primária, visando essencialmente à vida: “[...] a proteção contra os predadores é, de longe, a função mais provável do comportamento de apego”⁸⁹. Ou seja: conquanto essencial à formação do psiquismo saudável, afetando as vinculações posteriores ao vínculo materno, o apego é mecanismo natural para a sobrevivência da espécie. Deste modo, poderíamos afirmar que somos, ou tendemos a ser, em considerável medida, resultantes (vital e psiquicamente) de nosso primeiro vínculo. Esta não é outra forma de se postular um determinismo para o curso da vida humana, mas a constatação de que o vínculo inicial possui grande poder psíquico. Referindo-se a esses primeiros anos, Berthoud chega a asseverar que

⁸⁶ BERTHOUD, 1997, p. 31.

⁸⁷ BOWLBY, 1990, p. 292.

⁸⁸ ALBORNOZ, Ana Celina G. *Psicoterapia Com Crianças e Adolescentes Institucionalizados*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. p. 30.

⁸⁹ BOWLBY, 1990, p. 242.

A falta de acessibilidade de uma figura de apego, além de causar ainda a raiva, a angústia e o desapego, causa danos irreversíveis no desenvolvimento da personalidade do indivíduo, no sentido em que não lhe permite desenvolver um modelo adequado de si mesmo e do outro, o que lhe impede de atuar eficientemente ao longo de toda sua vida [...].⁹⁰

Consonante à compreensão da relevância da vinculação, o teólogo, filósofo e psicanalista americano James Loder, discorrendo sobre os elementos fundantes do ego, afirma que “[...] o bebê em desenvolvimento se relaciona com as pessoas e o ambiente, e através dessa relação cria estruturas internas que emergem do caos e o capacitam a atender às necessidades vitais”.⁹¹

Na perspectiva de Bowlby, no caos loderiano haveria um impulso psíquico orientado à ordem: o impulso vital para constituição de vínculo afetivo com uma figura específica. Essa relação estaria entre os primeiros organizadores do psiquismo.

O bebê vai sendo gerado por meio do vínculo gestacional; formado para o vínculo, mediante a sensorialidade intra-uterina; mantido vivo pelo vínculo, após o nascimento; afirmado a si mesmo como humano, em seus primeiros meses de nascido, sob o vínculo. Este, portanto, é para ele essencial.

Neste ponto, cabe voltarmos nossa atenção ao instante do nascimento.

2.4 Percepção infantil do apego

O ato de nascer é uma batalha entre vida e morte, uma experiência profunda na qual, em seus movimentos espasmódicos, a criança externa ânsia por viver. Especialmente em grande número de partos naturais, a luta é possivelmente antecedida por uma decisão do próprio feto, que determina a hora, não em que *será dado* à luz, e sim quando *virá* à luz. Segundo Renato Santana, obstetra da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), “é ele (o feto) quem decide se está pronto ou não para nascer”⁹². Uma ação do feto desencadearia o trabalho de parto. Dizemos “possivelmente”, pois essa perspectiva médica não é consensual⁹³.

⁹⁰ BERTHOUD, 1997, p. 41.

⁹¹ WONDRACEK, Karin H. K.; Rehbein, Matthew L.; Cartell, Letícia N. *Desenvolvimento humano na lógica do espírito: introdução às ideias de James E. Loder*. Joinville: Grafar, 2012. p. 51.

⁹² ECHEVERRIA Malu. *Um mundo de sensações*. Disponível em: <<http://revistacrescer.globo.com/Crescer/0,,EFC515103-2215,00.html>>. Acesso em: 21 set. 2013.

⁹³ Segundo a pesquisadora Sonia Nunes, “Apesar da existência de várias teorias explicativas sobre o que dá início ao trabalho de parto, nenhuma delas foi comprovada cientificamente” (NUNES, Sonia. *Crioterapia: tecnologia não-invasiva de cuidado da enfermeira obstétrica para alívio da dor em*

De qualquer modo, mesmo nos casos em que se desconheça o elemento que dá início ao trabalho de parto,

A experiência do nascimento faz o bebê vivenciar um grande contraste [...] Isso gera uma primeira sensação de angústia, um “quase-sufocamento” que interrompe o “tempo bom” no ventre materno. Ao nascer, de uma forma primitiva, a criança vive uma ameaça de não-ser, que segundo o psicanalista René Spitz, se mostra como uma sensação de negação da possibilidade de viver que é registrada no hipotálamo. [...] Freud afirmou que o instinto de morte tem seu primeiro registro nesse momento [...].⁹⁴

Ora, se o instante do nascimento se faz registrar no hipotálamo⁹⁵ como primeira aproximação da possibilidade de morte, e se somente uma ação externa, uma vinculação ao bebê, pode mantê-lo vivo, infere-se que aquele instante seja norteador para o recém-nascido, no sentido de provê-lo, ao longo de toda a infância, e para além desta, de uma associação interna fundante: vínculo-é-vida, ou apego-é-vida.

O bebê não só é naturalmente dotado do impulso vital para o vínculo, mas ele assim entende a experiência de vinculação: é ela que a tudo dá sentido, sentida e percebida vital. Tomando-se a experiência intra-uterina como a referência vivencial do bebê, é possível afirmar-se que, para ele, desde sempre viver satisfatoriamente é e será ter as necessidades continuamente supridas, o que consiste primariamente em ser mantido próximo de, e ser estimado por outro vivo. Para Bowlby, são justamente esses os componentes da díade saudável mãe-filho:

[...] é essencial para a saúde mental que o bebê e a criança pequena experimentem um relacionamento afetuosos, íntimo e contínuo com sua mãe (ou mãe substituta), no qual ambos encontrem satisfação e prazer. Uma criança precisa sentir que é objeto de prazer e de orgulho para a sua mãe [...].⁹⁶

Constituição e manutenção do vínculo com a mãe, este sendo entendido desde o parto como o grande sustentador da vida, estão entre as mais urgentes

parturientes. 2012. p. 17. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Enfermagem, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.).

⁹⁴ WONDRAČEK, 2012, p. 50.

⁹⁵ O hipotálamo consiste em pequena região encefálica, e “está relacionado com a expressão de raiva, comportamento sexual, prazer e medo [...]” (KAY, Jerald; TASMÁN, Allan. *Psiquiatria: Ciência Comportamental e Fundamentos Clínicos*. Barueri: Manole, 2002. p. 102.).

⁹⁶ BOWLBY, 1988. p. 73.

necessidades dos bebês, bem como das crianças até oito anos de idade. A falta de cuidados maternos sujeita a seríssimo risco de dano psíquico as crianças até três anos de idade;

[...] o risco ainda é sério entre os três e cinco anos de idade [...]. Após os cinco anos, o risco diminui ainda mais, embora não se possa duvidar de que um bom número de crianças entre os cinco e os sete ou oito anos sejam incapazes de se adaptar satisfatoriamente a separações [...].⁹⁷

Muitas sofrem privação afetiva já na gestação, parto e pós-parto, sendo e permanecendo privadas de efetivas proximidade, proteção e suprimento.

Em seus relatos de adoções, Berthoud conta-nos a história de uma criança cujo pseudônimo é “C”:

C. foi colocada para adoção ainda recém-nascida pela mãe biológica no próprio hospital onde nasceu com sua irmã gêmea. Ambas foram adotadas pelo mesmo casal, mas aos 28 dias de idade, ainda hospitalizadas, C. perde a irmã. Apesar de ser menor e a mais “fraquinha” das duas, sobreviveu. Estava desnutrida, desidratada, com baixo peso e gravíssimo problema de assadura.

Apesar da falta de qualquer registro oficial sobre a sua vida pré-natal, pelas condições do nascimento pode-se inferir que a gestação não foi saudável. As crianças nasceram bastante debilitadas fisicamente e com certeza emocionalmente também.⁹⁸

No mesmo capítulo, conta-nos da criança “A”, outro caso profundamente traumático. Quem o relatou foi aquela que se tornou mãe adotiva do bebê:

“... Eu tentava ajudar! Toda vez que ia até lá, tentava ajudar! Levava roupas, mas eram consideradas descartáveis, porque a mãe usava no bebê e jogava fora, não lavava. A casa era um lixo! No meio da cama tinha de tudo e ainda um cachorro em cima da criança... Quando ele saiu de lá, ficou a marca dele na parede! A marcazinha de suor na parede, porque o neném ficou ali 6 meses, sem sair, sem nada...”

“... Eu acho que ele sofreu maus-tratos, porque umas pessoas que bebem, podem tratar bem uma criança?... Os vizinhos diziam que a criança berrava de fome. Uma vez o motorista do caminhão de leite me contou que a mãe estava de manhã na beira da estrada com um vidrinho de perfume na mão e um bico de borracha e pediu para ele encher de leite. O bebê mamou na hora e continuou a chorar, e aí a mãe disse: “Não” Pode ficar quieto, porque agora você vai mamar só de noite!”⁹⁹

⁹⁷ BOWLBY, 1988, p. 31. **Eis o motivo pelo qual enfocamos em nossa pesquisa crianças até oito anos de idade.**

⁹⁸ BERTHOUD, 1997, p. 108-109.

⁹⁹ BERTHOUD, 1997, p. 96.

É digna de ressalva a ausência do sentimento de pertença, nos dois relatos acima, em especial na história de “A”. Segundo Bowlby, para que a relação mãe-filho seja saudável, a mãe precisa “sentir que pertence a seu filho”¹⁰⁰; isto é: há uma ambivalência na díade saudável: ambos são sujeitos-objetos, influenciando e se deixando influenciar intimamente.

Nos relatos de Berthoud, “C” e “A” tiveram suas histórias de vida transmudadas pela experiência da adoção. Quanto a “C”, diz-se que, em sua família adotiva, “O ambiente familiar é sempre relatado como muito carinhoso e harmonioso”¹⁰¹. Cristiana Berthoud, descrevendo a nova realidade vivenciada por “A”, diz-nos:

A., com dois anos e meio, é uma criança extremamente risonha, alegre e bem humorada [...] desde o início da vida na família adotiva, A. foi muito bem aceito pelos irmãos adolescentes que, como diz a mãe, “se sentem um pouco seus paizinhos também, cuidando e acarinhando o tempo todo” [...].¹⁰²

Mas, e se ao contrário da incorporação num ambiente familiar, adotivo, “A” e “C” tivessem permanecido em casas de abrigo? Se, em lugar de à intimidade “familiar”, tivessem sido remetidas ao ambiente institucional? Além das crises comuns às crianças acolhidas em suas famílias, naturais ou adotivas, que outras mais as crianças em casas de abrigo tenderiam a desenvolver? Quais as implicações da não adoção? Para se responder a essas perguntas, cremos seja preciso averiguar a equivalência entre vínculo adotivo e vínculo natural. Posteriormente retornaremos à pergunta sobre os efeitos da institucionalização.

2.5 Apego natural e apego substituto

Anteriormente sinalizamos que o bebê possui a pré-disposição ao vínculo com sua mãe natural. Esse é um elemento sumamente importante na estruturação do psiquismo, capaz de se mostrar insubstituível. Perguntar-se-ia: A preparação intra-uterina do feto para o estabelecimento do apego à mãe natural impossibilitaria a constituição de apego substituto? Poder-se-iam equivaler, plena ou parcialmente, vínculo natural e vínculo adotivo?

¹⁰⁰ BOWLBY, 1988, p. 73.

¹⁰¹ BERTHOUD, 1997, p. 113.

¹⁰² BERTHOUD, 1997, p. 100.

Essa questão é plural, comportando inúmeros desdobramentos, dos quais elencamos três que se mostram, a nosso ver, inolvidáveis:

2.5.1 Autoadaptabilidade do comportamento de apego

O apego do bebê à sua mãe não se constitui apenas mediante estímulos não intencionais como, por exemplo, as experiências intrauterinas de audição da voz materna e de saboreio do líquido amniótico. Muitos outros constituintes dependem da interação do bebê e sua estimulação intencional por parte de terceiros.

Desde o “[...] nascimento até aproximadamente dois ou três meses de vida, [...]”¹⁰³, passo-a-passo vão surgindo os sinais da participação ativa do bebê no desenvolvimento do apego: sucção, agarramento, acompanhar o outro com os olhos, balbucio, e corresponder ao sorriso¹⁰⁴. A autoadaptabilidade desses comportamentos de apego fundamenta-se em que, nesse período “[...] o bebê não diferencia a mãe de outras pessoas, mas responde amistosamente a qualquer pessoa que interaja com ele”¹⁰⁵. Essa não determinação da figura de apego parece subentendida em Loder, pelo uso de expressões indefinidas ao falar, por exemplo, da amamentação e da correspondência ao sorriso:

Nutrição, em outras palavras, é a prática da relação de amor, de **um corpo** que se doa para outro corpo carente [...]. Se lhe é mostrado (ao bebê) **uma figura** com a face humana, ele tende a acompanhar com os olhos e sorri. Se for **uma face** real que sorri para o bebê, ele responderá com um sorriso.¹⁰⁶

Um corpo, uma figura e uma face não se referem a qualquer indivíduo em particular. O impulso do bebê para formação de vínculo é inato, porém aberto, a saber, não especificado. De fato, em Bowlby, diz-nos Berthoud, frequência e intensidade do cuidado, por parte de uma figura discriminada, determinam, na percepção da criança, quem seja sua mãe. Mãe “[...] é aquela que se comporta como tal”¹⁰⁷.

¹⁰³ BERTHOUD, 1997, p. 32.

¹⁰⁴ “Tão regular é esse fenômeno que ele foi chamado [...] de *imprinting* [gravação] do que significa ser humano. *Imprinting* é [...] o processo pelo qual filhotes, logo que nascem, têm a prontidão para seguir a mãe ou até uma falsa mãe, identificando-se como membros daquela espécie” (WONDRACEK, 2012, p. 53).

¹⁰⁵ BERTHOUD, 1997, p. 32-33.

¹⁰⁶ WONDRACEK, 2012, p. 52-53. [grifo nosso].

¹⁰⁷ BERTHOUD, 1997, p. 72.

Além disso, os comportamentos de apego, derivados do impulso para o apego, mais parecem uma busca, uma tentativa, uma investigação que, por si só, deixa clara a não determinação de uma pessoa específica a quem se dirija o vínculo. Se o bebê, mesmo em presença de sua mãe biológica, procura uma figura à qual se apegar, evidencia-se que as questões existenciais (O que sou? Para “onde”¹⁰⁸ vou? Etc.) não lhe vêm completamente respondidas de antemão; certas respostas lhe serão dadas por quem o “adotar” como filho ou filha. Deste modo, as percepções intrauterinas do bebê o predisporiam a apegar-se prioritariamente a sua mãe biológica. Prioritária; não exclusivamente!

2.5.2 Apego e influência genética

Ao se falar em equivalência de vínculos natural e adotivo, esbarramos num medo recorrente na temática da adoção: a herança genética.

Nem a preparação intrauterina do feto, nem o evento do nascimento são determinantes do estabelecimento do vínculo entre mãe e bebê. A herança genética não é capaz de forçar uma espécie de determinismo relacional. O apego é “[...] um ‘encontro’ que pode ou não acontecer entre uma mãe biológica e seu filho, pois não é determinado na concepção, gestação ou no nascimento, mas sim na relação interpessoal entre eles.”¹⁰⁹

Mesmo quando é acentuada, na criança, a herança genética, ainda assim as maiores influências na constituição de sua personalidade, e isto inclui o vínculo relacional, serão o contexto familiar da família adotante e a disposição do próprio bebê para tal formação. Em artigo da Superinteressante sobre genética e comportamento, citando-se as palavras do cientista alemão Volkmar Weiss, diz-se que

“As influências genéticas no intelecto existem, mas estão mergulhadas na interação entre genes, psicologia e desenvolvimento. Não são diretas, nem irreversíveis, nem inescapáveis, nem inevitáveis [...]”¹¹⁰

Segundo a psicanalista Gina Levinzon, professora de psicologia e psicanálise da Universidade de São Paulo,

¹⁰⁸ Esse “onde” não corresponde a uma localização geográfica, mas a um “lugar” de afeto, um “quem”.

¹⁰⁹ BERTHOUD, 1997, p. 71.

¹¹⁰ NARLOCH, Leandro. *Tal pai, tal filho?* Disponível em <<http://super.abril.com.br/ciencia/tal-pai-tal-filho-443509.shtml>>. Acesso em: 26 set. 2013.

É a partir do desempenho da relação parental que se organiza a experiência da criança e a qualidade de seu vínculo. Para isto contam as fantasias e atitudes profundas dos pais, e nos primeiros tempos sobretudo as da mãe, o que se verifica em todos os casos, adotivos ou não. Como em qualquer relação entre pais e filhos, se os pais adotivos vivem a adoção de forma perturbada, isto poderá resultar em um efeito prejudicial no filho. Segundo Diniz, a excessiva preocupação com a origem biológica “é um problema de adulto”, que pode repercutir na criança.¹¹¹

Tanto quanto é infundado o temor que ronda o imaginário de pais adotivos, de que a herança genética seja o maior estruturante no processo de formação da personalidade, também assim, de modo mais específico, é infundado quanto à constituição do vínculo afetivo, ou apego.

Um exemplo notável desse falso temor é o estudo citado no artigo supramencionado da Superinteressante: Christiansen e Mednick, pesquisadores dinamarqueses, conduziram em 1977 estudo que revelou que, no caso de homens adultos adotados na década de 50, quando ainda eram crianças, comparando-se suas fichas policiais com as de seus pais adotivos, e com as dos pais biológicos, a maior taxa de “reprodução” de comportamento violento foi de 22%, quando os pais biológicos também o eram, contra 12% quando os pais violentos eram os adotivos. Isto é, 78% dos filhos de pais biológicos violentos não seguiram o histórico policial de seus pais, e 88% dos filhos de pais adotivos violentos não o fizeram. Isto revela ser a herança genética contribuinte apenas de tendências, não de destinos inexoráveis.

A herança biológica, a influência do ambiente familiar, uma decisão do próprio indivíduo construída nos meandros de seu psiquismo, tudo isto tem seu lugar de influência na vida de filhos adotados. Contudo, dos fatores mencionados, a decisão individual parece preponderar, isto valendo também para a constituição, ou não, do apego.

2.5.3 Precocidade do apego substituto

Uma questão primária quanto à averiguação da equivalência entre apegos natural e adotivo: tanto mais cedo se estabeleça o vínculo com a mãe adotiva, tanto menos se darão os efeitos nocivos ao psiquismo infantil. Bowlby afirmou categoricamente:

¹¹¹ LEVINZON, Gina K. *Adoção*. Coleção “Clínica Psicanalítica”. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 30.

[...] **todos aqueles que têm experiências concordam** com o fato de que um bebê deve ser adotado o mais cedo possível. Há provas [...] que mostram claramente como é importante, para a saúde mental de um bebê, que ele seja adotado logo após o nascimento.¹¹²

A adoção precoce evita que o bebê seja submetido a experiências traumáticas, experiências tais que causariam até mesmo distúrbios irreversíveis da personalidade. Esses distúrbios, como veremos, podem-se originar muito prematuramente, o que poderia fazer o bebê parecer inadequado para adoção, por parte de alguns, isto é: em tais circunstâncias, a própria tardança na adoção vitimaria o bebê.

A partir do alerta de Ana Celina Albornoz “Quanto mais precocemente ocorrerem situações traumáticas na vida de uma criança, mais devastadores serão seus efeitos”¹¹³ pode-se inferir que, quanto mais cedo se apresentar ao bebê a figura à qual ele possa se apegar satisfatoriamente, tanto mais estável será seu psiquismo.

Apesar dos dilemas implicados na adoção prematura, ela ainda é, para bebês e pais adotivos, uma via melhor que a institucionalização. Ambos os grupos terão maior possibilidade de adaptação mútua.

Sendo a relação afetuosa, íntima e contínua, essencial à saúde mental do bebê, mesmo um lar desfavorável, onde ao menos houvesse atenção individualizada, seria melhor que a internação institucional¹¹⁴. Apego natural e substituto podem se equivaler; porém, ao se falar de institucionalização, esta equivalência desce, como veremos, ao nível da privação radical.

2.6 Consequências da institucionalização

A criança institucionalizada sofre com a ausência de alguém que dela cuide de modo pessoal, e com quem se sinta segura. Essa privação, especialmente danosa

¹¹² BOWLBY, 1988, p. 116. [grifo nosso].

¹¹³ ALBORNOZ, 2006, p. 30.

¹¹⁴ Em seu relatório à OMS, Bowlby polemiza ao afirmar que “[...] as crianças se desenvolvem melhor em maus lares do que em boas instituições [...]. Os responsáveis por instituições às vezes não querem reconhecer que as crianças estariam muito melhor mesmo em lares desfavoráveis, quando esta é a conclusão dos assistentes sociais mais experientes, com treinamento em saúde mental, e fato já comprovado pelas evidências.”. O conceito de lar desfavorável, para aquele pesquisador, consistia num tal em que, mesmo os pais negligenciando seus filhos, ainda assim lhes proporcionariam precariamente: alimentação (talvez péssima), abrigo, conforto na angústia, ensino de pequenas coisas. (BOWLBY, 1988, p. 74.).

nos primeiros oito anos da vida, equivale, segundo Bowlby, a um tipo de privação quase total¹¹⁵. Apesar de haver outros diferentes tipos de privação materna¹¹⁶, unicamente esta é, agora, nosso objeto de análise.

Dois grandes grupos gerais de comportamento podem derivar da falta de cuidados maternos nos primeiros anos da vida humana:

[...] entre as várias formas de distúrbio estão, por um lado, a tendência para exigências excessivas no relacionamento com outros e para a ansiedade e a raiva quando tais exigências não são satisfeitas, como se verifica nas **personalidades dependentes e histéricas**; e por outro, um bloqueio na capacidade para estabelecer e manter relações profundas, como se apresenta nas **personalidades indiferentes e psicopáticas**.¹¹⁷

A partir desses dois grupos, inúmeros sintomas costumam ser identificados em crianças institucionalizadas. Tendo em vista as particularidades de cada indivíduo, um ou mais sintomas, em diferentes graus e associações, podem se manifestar. À luz dos escritos de Bowlby, este pesquisador percebeu a recorrência de seis deles, isto é, os que mais avultaram durante a pesquisa, e que atingem ora bebês, ora crianças a partir dos dois anos, ou ambas; quanto à faixa etária, o que importa à nossa pesquisa é a possibilidade do desenvolvimento de qualquer deles nos primeiros oito anos da vida, período em que o apego à figura materna é essencial ao psiquismo. Destacamos: incapacidade de reação; atraso na fala; desenvolvimento físico retardado; contínua insatisfação e sensação de deslocamento no mundo; deficiência da capacidade exploratória; dificuldade de se tornar bom pai ou boa mãe.

Olhemos mais detidamente, um a um, esses danos:

2.6.1 Incapacidade de reação

¹¹⁵ BOWLBY, 1988, p. 14.

¹¹⁶ Mesmo ciente da gama muito ampla de situações em que a criança possa viver sob privação materna, Bowlby cita três grandes grupos: *privação parcial suave*, quando, mesmo vivendo em casa com sua mãe, esta não lhe proporciona os cuidados amorosos suficientes ao seu bem-estar, ou quando, não vivendo com sua mãe, a criança é cuidada por uma mãe substituta na qual confia; *privação parcial acentuada*, quando a mãe substituta é estranha para a criança; e *privação quase total*, quando, em creches, hospitais, instituições, a criança não dispõe de uma pessoa determinada, que dela cuide de modo pessoal, e com quem se sinta segura. (BOWLBY, 1988, p. 14.).

¹¹⁷ BOWLBY, 1990, p. XII. [grifo nosso].

Desde as primeiras semanas de vida, o bebê institucionalizado apresenta comportamento passivo. Bowlby chega a asseverar que, para muitos pesquisadores de renome,

[...] o desenvolvimento da criança que vive em instituições está abaixo da média desde a mais tenra idade. [...] o bebê que sofre privação pode deixar de sorrir para um rosto humano ou deixar de reagir quando alguém brinca com ele, pode ficar inapetente [...].¹¹⁸

Contínua deficiência na proximidade ou no contato físico com uma figura de apego determinada limitaria a construção, no bebê, de sua identidade. Segundo Loder, o fenômeno de autoidentificação por meio da face do outro, (neste caso, da figura de apego) é claramente perceptível a partir do terceiro mês de nascimento. Nessa fase, o bebê encontra no abraço e no olhar de sua mãe “a própria ordem cósmica, na qual ele se sente inserido e tem sua identificação confirmada”¹¹⁹.

Se, como visto anteriormente, para o bebê é o vínculo que o mantém vivo, a não vinculação se faria perceber como antecipação da morte, uma negação do seu próprio ser. Sem essa identificação, restariam o deixar de sorrir, de brincar, e a inapetência, os quais revelariam angústia ante a possibilidade do nada existencial¹²⁰. Se nada sou, nada preciso ser ou fazer!

2.6.2 Atraso na fala

Apesar de este sintoma também se constituir num tipo de comportamento passivo que poderia ser agrupado no tópico imediatamente anterior, preferimos tratá-lo distintamente. O motivo é simples: a fala, diferentemente do deixar de sorrir, brincar, e querer comer, tem sido tratada como um tipo de linguagem exclusiva dos humanos. Destacamos, deste modo, que a institucionalização inibiria a humanização das crianças. O desestímulo passo-a-passo as faria deficientes naquilo que se mostra tipicamente humano.

Bowlby nos conta que uma pesquisa muito cuidadosa

¹¹⁸ BOWLBY, 1988, p. 22.

¹¹⁹ WONDRAČEK, 2012, p. 53.

¹²⁰ Segundo a terminologia ontológica de Heidegger, o “nada da possível impossibilidade de sua própria existência” (ARAÚJO, Paulo Afonso. Nada, angústia e morte em Ser E Tempo, De Martin Heidegger. *Ética e Filosofia Política*, Juiz de Fora, v. 2, n. 10, p. 10, 2007.).

[...] do choro e do balbucio dos bebês mostrou que os que se achavam num orfanato, desde o nascimento até os seis meses de idade, vocalizavam sempre menos do que os que viviam com famílias, podendo-se notar claramente a diferença já antes dos dois meses de idade.¹²¹

As deficiências de proximidade e contato físico podem originar dificuldades na fala, tanto em nível motor quanto em nível lógico. A pesquisadora portuguesa Ana Manuela Pinheiro, citando estudo de Tizzard e Joseph, conta-nos

que as crianças institucionalizadas apresentavam um menor vocabulário, uma menor capacidade de combinação de palavras e um menor nível de linguagem espontânea, em comparação com as crianças não-institucionalizadas.¹²²

Os danos percebidos por Tizzard e Joseph, em especial um nível menor de linguagem espontânea, denotariam efeitos nocivos às emoções e ao quociente de inteligência dessas crianças. Berthoud relata-nos que, em pesquisa desenvolvida por Ijendoorn e Vliet-Visser com sessenta e cinco crianças com cinco anos de idade, “crianças seguramente apegadas obtiveram o mais alto grau QI”¹²³.

Sem estímulo e apego adequados, a criança institucionalizada tende a que sua capacidade de comunicação (neste caso, a fala), e sua capacidade de aprender (QI) sejam prejudicados.

2.6.3 Desenvolvimento físico retardado

Crianças institucionalizadas geralmente estão submetidas a diversas privações peculiares, como, por exemplo, pouco contato com o mundo vasto e externo à casa de abrigo “e, quando lhes é permitido, tal acontece, geralmente, sob supervisão e com várias limitações à sua liberdade de interação e contactos com outras pessoas”¹²⁴.

¹²¹ BOWLBY, 1988, p. 22-23.

¹²² PINHEIRO, Ana Manuela F. P. *O Crescimento Físico e o Desenvolvimento Mental de Crianças Institucionalizadas: O Impacto do Temperamento e da Qualidade dos Cuidados numa Perspetiva Longitudinal*. 2011. p. 12. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Escola de Psicologia, Universidade do Minho, Braga, 2011.

¹²³ BERTHOUD, 1997, p. 49.

¹²⁴ PINHEIRO, 2011, p. 11.

A ausência da figura de apego, problema típico da institucionalização, reduz os estímulos motores, sensoriais e cognitivos, restringindo “peso, altura e perímetro cefálico da criança”¹²⁵.

É notável que, quando a criança, bebê ou não, deixa a instituição para ser inserida no ambiente familiar, em seguida costuma apresentar ganhos significativos de peso, altura e perímetro cefálico. Bowlby descreve certos efeitos dramáticos de recuperação da figura materna por parte de bebês: “O bebê imediatamente fica mais animado e ativo; se apresentava febre [...], esta desaparece num período de vinte e quatro a setenta e duas horas; o peso aumenta e a cor melhora.”¹²⁶.

Apesar de, no caso a seguir, Bowlby referir-se a um bebê que se encontrava, não em uma casa de abrigo, mas num hospital, creio seja adequado mencioná-lo; o problema-chave, a privação da mãe, fazia-se presente:

Sua aparência era a de um velho, pálido e enrugado. Tinha a respiração tão fraca e superficial [...]. Quando foi examinado, vinte e quatro horas após voltar para casa, estava vocalizando e sorrindo. Embora sua dieta não tivesse sido alterada, começou imediatamente a engordar, e, no final do primeiro ano, seu peso estava bem dentro da faixa normal.¹²⁷

Um conceito recorrente: se é o vínculo que dá sentido à vida, deprime viver sem estar sob sua contínua influência.

2.6.4 Contínua insatisfação e sensação de deslocamento no mundo

É na proximidade à figura de apego que a criança encontra satisfação. Antes de o impulso para o apego ser motivado pela necessidade de satisfação de uma pulsão libidinosa¹²⁸, ou, ainda, pela necessidade de nutrição, como o diriam as teorias psicanalíticas clássicas¹²⁹, Bowlby pensava-o como impulso para a busca de suporte

¹²⁵ PINHEIRO, 2011, p. 11.

¹²⁶ BOWLBY, 1988, p. 25.

¹²⁷ BOWLBY, 1988, p. 25-26.

¹²⁸ De acordo com a teoria freudiana sobre as fases do desenvolvimento, “o desenvolvimento do indivíduo se dá em fases ou estádios psico-sexuais”. Quanto, por exemplo, à 1ª das 4 fases, a chamada “fase oral”, diz-se que o: “sugar, mastigar, comer, morder, cuspir etc. têm uma função ligada ao prazer, além de servirem à alimentação”. [sic] (TEORIA Psicanalítica. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_psicanal%C3%ADtica#A_fase_oral>. Acesso em 11 jun. 2014.).

¹²⁹ No artigo “Psicanálise e teoria da vinculação”, os pesquisadores portugueses Ferreira e Pinho, referindo-se a uma das divergências entre a teoria psicanalítica e a teoria do apego, afirmam: “Contrariamente à TV [teoria da vinculação, ou apego], que apresenta a vinculação como a necessidade fundamental dos humanos, a base fundamental da teoria psicanalítica é o determinismo psíquico que acredita que a gênese de todos os problemas psíquicos é determinada por processos inconscientes.

e proteção. E suporte e proteção trazem consigo um senso primário de bem-estar; a ausência deles, o mal-estar existencial.

É vital o sentimento de pertença mútua entre mãe e filho(a), para que a criança se sinta dirigindo-se a alguém que de igual modo a deseja. A criança institucionalizada, por mais que procure a figura específica que lhe proporcione atenção e proximidade pessoais e constantes, não a encontra, permanecendo sem um “lugar” (a figura de apego) aonde ir; ela está sem um endereço no mundo, desapegada, deslocada.

Os efeitos dessa não alocação, esse “Não ser tomado como filho”¹³⁰ provoca o armazenamento no psiquismo de emoções intensas, porém incompreensíveis. Passada a infância, podem dar ocasião a “quadros psicopatológicos graves como a psicose, a personalidade anti-social [...] e a estruturação de personalidade borderline”¹³¹.

2.6.5 Deficiência da capacidade exploratória

A criança desapegada, vivendo sem a relação prazerosa constante com uma figura de apego específica, tende a apresentar deficiências de aprendizagem. Não apenas por não lhe ter sido dado o suporte de segurança para que ela se lançasse à descoberta do mundo à sua volta, nem apenas porque não houve ação participativa da figura de apego à medida que novas descobertas iam ocorrendo.

De fato, a criança institucionalizada, sem sua particular figura de apego, sofre continuamente por não ter onde se aconchegar, e em sua vulnerável existência sobrevive como um repositório de inúmeros sentimentos dolorosos. Somadas às dores da vida institucional, tem-se ainda as da pré-institucionalização, por vezes inconscientes. Como resultado desse doloroso acúmulo, ao longo do tempo certas

Para esta teoria a criança se vincula com a mãe para que esta o alimente. No entanto, para a TV, uma criança bem nutrida que seja privada do afecto dos cuidadores não tem sucesso no seu desenvolvimento e pode mesmo morrer” (FERREIRA, Fernando; PINHO, Patrícia. *Psicanálise e teoria da vinculação*. Instituto Superior Miguel Torga (Portugal). Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0160.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2014.).

¹³⁰ ALBORNOZ, 2006, p. 30.

¹³¹ ALBORNOZ, 2006, p. 30. *Psicose* ou *psicopatía* é uma expressão genérica para todo tipo de doença mental (DICIONÁRIO PRIBERAM. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/psicose>>. Acesso em: 28 nov. 2013.), e *personalidade borderline* é aquela em que há “uma tendência marcante a agir impulsivamente e sem consideração das consequências, juntamente com acentuada instabilidade afetiva” (TRANSTORNO de Personalidade Limítrofe. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Borderline#cite_note-Luiz-2>. Acesso em: 28 nov. 2013.).

atividades exploratórias, incluindo a leitura, podem se tornar ameaçadoras. Ana Celina Albornoz é precisa ao afirmar que

[...] o não aprender pode ser um processo ativo de contra-inteligência, em que a criança busca não ser inteligente, evita pensar, para não conhecer conteúdos dolorosos e intoleráveis relacionados às suas experiências de vida.¹³²

A curiosidade, a ânsia por saber, tão comum à infância, é superposta pelos traumas emocionais, não permitindo “que o sujeito aproveite suas potencialidades, obstaculizando ou impedindo o saber”¹³³. Nesse estado, a criança manifesta atenção deficiente, com sintomas de indiferença apática ou indisciplinada. O sentido da existência novamente se perde, pois essa criança vulnerável e incapaz de pensar sua própria história não estará aberta a “investigar as verdades da vida”¹³⁴.

2.6.6 Dificuldade de se tornar bom pai ou boa mãe

O mais avassalador de todos os efeitos da institucionalização talvez seja a tendência, que a criança institucionalizada frequentemente terá, de não ser bom pai ou boa mãe. Bowlby o afirma e exemplifica com a seguinte história:

Um paciente, hoje adulto, proporcionou-nos um quadro vívido e perturbador de como se sente um garoto de seis anos que fica confinado num hospital por três anos. Ele descreve “a desesperadora saudade de casa e a infelicidade das primeiras semanas (que) cederam lugar à indiferença e aborrecimento dos meses subsequentes”. Descreve como estabeleceu uma ligação apaixonada com a enfermeira-chefe, que o compensou pela perda do lar, e como, ao voltar, sentiu-se deslocado e intruso. “No final, este vazio afastou-me de casa novamente... mas nenhuma segunda figura materna cruzou o meu caminho e, de fato, eu não era, então, capaz de estabelecer relações estáveis... minhas reações eram exageradas, frequentemente inadequadas, e tornei-me temperamental e deprimido... Fiquei também agressivo.” [...] “Esta agressividade assume uma forma desagradável, que é o fato de tornar-me excessivamente intolerante diante de minhas próprias falhas em outras pessoas, e é, portanto, uma ameaça à minha relação com meus próprios filhos”.¹³⁵

¹³² ALBORNOZ, 2006, p. 34.

¹³³ ALBORNOZ, 2006, p. 34.

¹³⁴ ALBORNOZ, 2006, p. 36.

¹³⁵ BOWLBY, 1988, p. 32.

“Um garoto de seis anos que fica confinado num hospital por três anos”, ao entrar na fase adulta ainda percebe que sua vida está sob constante ameaça: a interdição de sua relação com seus filhos e demais pessoas!

Ainda que a dificuldade da paternidade/maternidade possa ser entendida como o resultado de um amplo conjunto de danos psíquicos, e não como um único dano ocasionável pelo acolhimento institucional, ela ressalta de modo singular a capacidade de o dano se perpetuar no psiquismo humano¹³⁶.

Se três anos de institucionalização marcaram definitivamente a vida de um menino de seis anos, qual a urgência em se prover para bebês e crianças frequentemente “sentenciados” a períodos muito maiores de institucionalização, meios para a construção de apego materno satisfatório, seja ele natural, substituto, ou mesmo aditivo¹³⁷?

Face aos efeitos da privação materna, pergunta-se pela contribuição da teologia para o tratamento dessa chaga social. Há, na teologia bíblica, um conclave que toque, de modo direto ou indireto, o drama da institucionalização? Esperamos discriminar, no capítulo a seguir, essa urgente resposta, cogitando-se em uma ação cristã para a minimização da permanência de bebês e crianças em casas de abrigo.

¹³⁶ Bowlby chega a afirmar que, quanto ao comportamento de apego, não se pode “menosprezar o papel vital que ele desempenha na vida do homem, **do berço à sepultura**” (BOWLBY, 1990, p. 223. [grifo nosso]).

¹³⁷ Na *Apresentação* de Caminhos da Adoção, a pesquisadora Mariza Corrêa cogitou a possibilidade da filiação *aditiva*, “na qual uma filiação adotiva é acrescentada à filiação biológica” (FONSECA, Claudia. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 1995. p. 8.).

3 O CHAMADO À ADOÇÃO¹³⁸

3.1 Considerações iniciais

- Myeisha!
 - Sim, senhor.
 - Onde você tem dormido?
- Pensando um pouco, ela respondeu:
- Onde me aceita alguém, senhor. Mas quase sempre aqui neste chão santo.
 - E você gostaria de ter só uma casa? A sua casa?
- Os olhos da pequena brilharam, e o sorriso se abriu tão natural como se ela estivesse mergulhada num lindo sonho.
- Sim, senhor. Eu gostaria muito de não encontrar a fome ou o frio. Às vezes não acho comida em nenhum lugar. Seria muito bom ter só uma casa!

A adoção consiste no exercício de percepção do outro que, sem consanguinidade, é sanguíneo¹³⁹; sem vínculo gestacional, humanidade; tendo diferente rosto, é de mesma espécie.

A origem latina de “adoção”, o termo *adoptio*, “que significa dar seu próprio nome a, pôr um nome em”¹⁴⁰, possui, como se deveria esperar, grande proximidade de sentido com o grego neotestamentário:

huiiothesis [...], formado de *huios*, “filho” e *thesis*, “posição”, cognato de *tithemi*, “pôr”, significa o lugar e condição de filho dados àquele a quem não lhe pertence por natureza. **A palavra só é usada pelo apóstolo Paulo.**¹⁴¹ [sic].

¹³⁸ Doravante, ao falarmos de adoção, geralmente utilizaremos as expressões a seguir com os sentidos indicados: “adoção espiritual” – remetendo-nos ora ao “novo nascimento” gerado pelo Espírito de Deus (João 3:3-5), ora à participação humana na geração e/ou cuidado de um discípulo, segundo a ordem de Cristo: “Portanto, ide e fazei discípulos de todos os povos [...]” (Mateus 28:19). A BÍBLIA Sagrada, Edição Contemporânea. Flórida, EUA: Vida, 1995. p. 36; “adoção natural” – referindo-nos ao instituto da adoção civil, ou ao abraçamento da defesa de crianças à espera da adoção civil; simplesmente “adoção” – mormente para nos referirmos, a uma vez, à adoção em ambas as esferas: espiritual e natural.

¹³⁹ Partimos da crença na ascendência adâmica, segundo a qual todos os humanos derivam de um único casal (Adão e Eva), tendo, portanto, mesmo sangue. Afirma-o categoricamente, por exemplo, o texto de Atos 17:26 – “De um homem, ele fez todas as nações que vivem sobre a face da terra [...]” (STERN, David H. Bíblia Judaica Completa: o Tanakh [AT] e a B’rit Hadashah [NT]. São Paulo: Vida, 2010. p. 1375.).

¹⁴⁰ LIBERATI, Wilson Donizeti. *Adoção Internacional*. São Paulo: Malheiros, 1995. p. 13.

¹⁴¹ VINE, W. E.; UNGER, Merrill F.; JR. William White. *Dicionário Vine: O significado exegético e expositivo das palavras do Antigo e do Novo Testamento*. Rio de Janeiro: CPAD, 2006. p. 374. [grifo nosso].

É a concessão de status filial àqueles que, por si próprios, não eram “capazes de tão grande dignidade e excelência”¹⁴². Cinco vezes, nas epístolas, a pena de Paulo explicitamente se coloca a desvelar esse mistério. Explícita e exclusivamente. Pois não apenas o termo traduzido como “adoção” é de uso exclusivo paulino; a doutrina da adoção espiritual “[...] é exclusivamente paulina.”¹⁴³

3.2 Paulo e a adoção espiritual

Se condensássemos as cinco menções explícitas de Paulo sobre adoção espiritual num só e grandioso parágrafo, teríamos algo como:

Mesmo antes da fundação do mundo, Deus nos elegeu para sermos santos e irrepreensíveis, “e nos predestinou para filhos de adoção por Jesus Cristo, para si mesmo, segundo o beneplácito de sua vontade”. Segundo tal propósito, Deus enviou seu Filho “para remir os que estavam debaixo da lei, a fim de recebermos a adoção de filhos”. Portanto, irmãos, vocês são filhos de Deus, guiados por Seu Espírito, “Porque não recebestes o espírito de escravidão, para outra vez estardes em temor, mas recebestes o Espírito de adoção de filhos, pelo qual clamamos: Aba, Pai”. Entretanto, ainda está por se manifestar a plenitude dessa adoção, o que resta claro da agonia em que vive a criação. “E não só ela, mas nós mesmos, que temos as primícias do Espírito, também gememos em nós mesmos, esperando a adoção, a saber, a redenção do nosso corpo”. Em vista dessa bendita esperança, eu, Paulo, me sujeitaria a ser maldito, se isso fosse útil para que brotasse a fé em Cristo nos meus irmãos, “que são israelitas, dos quais é a adoção de filhos, e a glória, e as alianças, e a lei, e o culto, e as promessas” (Efésios 1:5, Gálatas 4:5, Romanos 8:15, Romanos 8:23, Romanos 9:4, respectivamente¹⁴⁴).

“Deus nos adotou em Cristo”¹⁴⁵ seria, portanto, a síntese da noção paulina sobre o modo pelo qual Deus se aparenta da humanidade. Nesta perspectiva de

¹⁴² Tomamos emprestada referência de João Calvino à adoção em Cristo, para enfatizar que também o ato humano da adoção, e não apenas a adoção divina, espiritual e suprema, consiste em algo sobremodo excelente e dignificador (CALVINO, João. *A instituição da Religião Cristã*: Tomo 2, Livros III e IV. São Paulo: UNESP, 2009. p. 387. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=OOXJ63UMjUAC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 04 abr. 2014.).

¹⁴³ RYRIE, Charles C. *Teologia Básica*: ao alcance de todos. São Paulo: Mundo Cristão, 2004. p. 354.

¹⁴⁴ A BÍBLIA Sagrada. Revista e Corrigida. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995. p. 297, 294, 242, 242, e 244 do NT, respectivamente.

¹⁴⁵ CALVINO, João. *A instituição da Religião Cristã*: Tomo 2, Livros III e IV. São Paulo: UNESP, 2009. p. 387. Disponível em:

vinculação familiar, para quem se entender filho ou filha de Deus, o “Pai de todos”¹⁴⁶, Pai Supremo, a adoção divina impor-se-á como modelo adotivo original, modelo para a adoção natural.

Na doutrina da adoção espiritual despontam, a partir dos cinco versos citados no grande parágrafo acima, cinco respectivos aspectos geralmente implicados também num processo de adoção natural, civil. São eles: a adoção desejada, sonhada, planejada; desejada como um favor de quem adota, livrando de fardos (inclusive legais) quem desfruta da adoção¹⁴⁷; terceiro, a adoção que conduz a uma nova intimidade; quarto, a adoção que é ansiada com agonia pelos que sabem ser nascidos para serem filhos¹⁴⁸; enfim, a adoção vista como tarefa na qual vale se investir toda a vida. Posteriormente retomaremos tais aspectos.

Ainda que três das referências diretas de Paulo sobre adoção espiritual constem na epístola *Aos Romanos*, será noutra que se exemplificará tal doutrina. E, tendo em vista o tom pragmático desta pesquisa, pesquisa no campo da Teologia Prática, para analisarmos mais detidamente a perspectiva paulina quanto ao Deus que se relaciona com a humanidade pelo viés adotivo, lançaremos mão desse outro escrito, o mais pessoal do apóstolo: sua carta a *Filemom*.

3.3 A Epístola de Paulo a Filemom

A mais breve epístola de Paulo¹⁴⁹, com apenas 335 palavras no original grego, foi escrita de cárcere cuja localização é imprecisa, talvez em Roma, Éfeso, ou em cidade próxima desta última; há controvérsias¹⁵⁰. Segundo Ralph P. Martin¹⁵¹, é unânime, entretanto, a crença na relação da *Epístola A Filemom* com a *Epístola Aos Colossenses*, tomando-se por base aprioristicamente as listas das personagens citadas nas saudações iniciais e finais de ambas. Permanece também irresoluta a data

<http://books.google.com.br/books?id=OOXJ63UMjUAC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 04 abr. 2014.

¹⁴⁶ Efésios 4:6. A BÍBLIA Sagrada. Revista e Corrigida, 1995, p. 300.

¹⁴⁷ RYRIE, 2004, p. 354: “Em outras palavras, o outro lado da adoção é a libertação da Lei”.

¹⁴⁸ Excetuam-se bebês e crianças que ainda não compreendam o instituto da adoção. Seu “saber” ainda não seria consciente.

¹⁴⁹ “Por três vezes o autor chama a si mesmo de Paulo (v. 1, 9, 19). Desde o segundo século, a existência e a autenticidade desta carta têm sido reconhecidas. As evidências internas e externas da autoria paulina são muito fortes” (ALLEN, Clifton J. *Comentário Bíblico Broadman*: Novo Testamento. Tradução de Adiel Almeida de Oliveira. Rio de Janeiro: JUERP, 1985. v. 11. p. 450-451.).

¹⁵⁰ ALLEN, v. 11, 1985, p. 451.

¹⁵¹ MARTIN, Ralph P. *Colossenses e Filemon*. São Paulo: Vida Nova e Mundo Cristão, 1984. p. 158.

de composição, do que certamente prescindimos para compreender tanto a mente de Paulo quanto o sentido prático da carta.

A *Filemom*, também chamada, por C. H. Dodd, “bilhete pessoal”¹⁵², é melhor entendida como epístola acerca de questão pessoal, mas de interesse de toda uma comunidade cristã, tendo em vista a citação de Timóteo, já no primeiro versículo, como um dos remetentes, e a associação de Filemom com a igreja em sua casa. Deste modo, deveria ser lida em público.

Em *A Filemom* confundem-se os conceitos de escravidão e de adoção em Cristo. Embora ontologicamente opostos quanto ao demérito ou prestígio da pessoa, ambos se mostram na epístola implicando autodoação em igual medida. A cultura escravista da antiguidade greco-romano-judaica é desvalorizada ante a essência da fé cristã, o amor, devotado e irrestrito; basta uma leitura superficial para entendermos um pouco mais de “Paulo, prisioneiro de Cristo Jesus” (*Filemom* 1:1)¹⁵³, homem que sabia o que era amar com amor adotante, cujo desejo profundo se evidenciava, de fazer do amor a primeira regra de conduta dos homens.

O que temos em *A Filemom*, de valor moral inestimável, consiste no correto entendimento da dignidade humana, livre de metodologias do ódio, intolerância e coerção, mas voluntarista, sob a ótica de Cristo, o Salvador de “... todo o que nele creê...” (*João* 3:16)¹⁵⁴; a mudança social é primeiramente individual, depois coletiva; interna, depois externa; fé, depois obras; amor pós amor.

3.3.1 Onésimo, o escravo adotado

No primeiro verso da carta, diferentemente da fórmula de auto-identificação adotada nas outras epístolas por ele escritas, Paulo se apresenta como “prisioneiro de Cristo Jesus”, e não por meio de seu título oficial de apóstolo: “Paulo, prisioneiro de Cristo Jesus, e o irmão Timóteo, ao amado Filemom, também nosso colaborador,”¹⁵⁵.

Ao longo do texto, apesar da brevidade da carta, cinco alusões são feitas aos aprisionamentos paulinos; o escrito se endereçava a um amigo junto a quem o apóstolo pleitearia a causa de um serviçal, em cuja similar posição ele, Paulo, agora

¹⁵² MARTIN, 1984, p. 153.

¹⁵³ A BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002. p. 2240.

¹⁵⁴ BÍBLIA de Estudo Vida. São Paulo: Vida, 1998. p. 1648.

¹⁵⁵ BÍBLIA de Estudo de Genebra, 2. ed. Barueri: SBB; São Paulo: Cultura Cristã, 2009. p. 1640.

se colocava ante o destinatário epistolar, buscando “obter a mais correta compreensão”¹⁵⁶.

Um criado por nome Onésimo havia delinquido. Fugira, e possivelmente praticara furto em prejuízo de Filemom, seu amo (no verso dezoito Paulo escreve: “E, se algum dano te fez ou se te deve alguma coisa, lança tudo em minha conta.”¹⁵⁷).

Entretanto, mediante a pregação de Paulo na prisão, experimentara o novo nascimento¹⁵⁸, convertera-se a Cristo (“[...] Onésimo, que é meu filho por estarmos unidos com Cristo, pois, enquanto eu estava na cadeia, **tornei-me o pai espiritual** dele.” – vs. 10)¹⁵⁹.

Doravante, tornara-se uma bênção em potencial a todo homem. No dizer de outra epístola paulina¹⁶⁰, fora salvo para ser útil (Efésios 2:10)¹⁶¹. Paulo declara no verso seguinte: “Ele, antes, te foi inútil; atualmente, porém, é útil, a ti e a mim.”¹⁶². Tem-se aqui um belo jogo de palavras: Onésimo (que significa proveitoso, lucrativo, auxiliador ou “útil”)¹⁶³, é citado por Paulo como tendo sido, anteriormente, imprestável a Filemom, porém agora útil a ambos. É como se o apóstolo assegurasse: Filemom, outrora “O Útil-inútil” hoje é, a você e a mim, um elemento peculiar e magnamente útil.

Contudo, a que Onésimo se tornara útil? O que Paulo pede, por fim, a Filemom? Ainda que a narrativa não o explicita, leva-nos a crer implicitamente que, devido à senilidade¹⁶⁴ do apóstolo prisioneiro, Onésimo seria por ele visto como

¹⁵⁶ *to obtain thereby the more ready compliance*. GLOAG, P. J.; SPENCE, H. D. M.; EALES, S. J. *The Pulpit Commentary: Thessalonians to Philemon*. Londres e New York: Funk & Wagnalls Company, [19–?], p. 1 de *Philemon*. (tradução nossa)

¹⁵⁷ BÍBLIA de Estudo de Genebra, 2009, p. 1641. O vocábulo traduzido por “fazer dano” é flexão do verbo “adikéo” (agir injustamente, defraudar¹⁵⁷ (RIENECKER, Fritz; ROGERS, Cleon. *Chave Linguística do Novo Testamento Grego*. São Paulo: Vida Nova, 1995. p. 490.); cometer um delito, ser culpável¹⁵⁷ (GINGRICH, 1984, p. 12.); prejudicar, danificar¹⁵⁷ (CHAMPLIM, 2002. v. 5, p. 460.)). Paulo utiliza uma construção cuja forma é hipotética (ALLEN, v. 11, 1985, p. 459), evitando qualquer debate sobre o ex-serviçal, e não nos dá detalhes da(s) infração(ões) cometida(s) (houvera talvez Onésimo, para poder fugir, roubado dinheiro de seu amo). De qualquer modo, pelas leis romanas era devido pelo serviçal, a Filemom, o “trabalho que deveria ter feito”, mas não fez (CHAMPLIN, Russel Norman. *O Novo Testamento Interpretado: Versículo por Versículo...* São Paulo: Hagnos, v. 5, 2002. p. 460.).

¹⁵⁸ Cf. a explanação de Jesus em João 3:3-12.

¹⁵⁹ BÍBLIA Conselheira: Novo Testamento: Nova Tradução na Linguagem de Hoje. Barueri: SBB, 2011. p. 477-478. [grifo nosso].

¹⁶⁰ Quanto à autoria da epístola citada, a saber, Efésios, Russel Shedd afirma: “Paulo é expressamente o autor desta epístola. Nenhum erudito antigo parece ter discordado dessa opinião [...]” (ANÁLISE e introdução dos livros da Bíblia. In A BÍBLIA Vida Nova. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1995. p. 318.).

¹⁶¹ “Porque somos feita sua, criados em Cristo Jesus para as boas obras, as quais Deus preparou para que andássemos nelas” (A BÍBLIA Sagrada. Revista e Corrigida, 1995, p. 298).

¹⁶² BÍBLIA de Estudo de Genebra, 2009, p. 1641.

¹⁶³ DOUGLAS, J. D. et al. *O Novo Dicionário da Bíblia*. Tradução de João Bentes. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1995. p. 1145.

¹⁶⁴ No verso nove, Paulo se apresenta como “o velho”: “prefiro, todavia, solicitar em nome do amor, sendo o que sou, Paulo, o velho...” (A BÍBLIA Sagrada. Edição Contemporânea, 1995, p. 231.). Alguns

alguém que simplesmente serviria o apóstolo em suas necessidades básicas de cuidado: “Eu queria conservá-lo comigo mesmo para, em teu lugar, me servir nas algemas que carrego por causa do evangelho”¹⁶⁵.

Paulo não estaria apelando a Filemom em benefício próprio? Estaria mesmo pleiteando em favor de Onésimo?

Nossa resposta parte de outras perguntas: Não é descabida, a um homem que se sujeitava a prisões¹⁶⁶ devido à pregação do Evangelho¹⁶⁷, a qualificação como oportunista? Não é essa a epístola na qual Paulo se sujeita a endividamento por amor a Onésimo, ao escrever a Filemom: “E, se algum dano te fez ou se te deve alguma coisa, lança tudo em minha conta.”? (v. 18).¹⁶⁸

A epístola, portanto, é primeiro inegável manifestação do cuidado amoroso de Paulo por Onésimo. E o sentimento de cuidado paulino pelo escravo fugitivo é fruto de outro mais profundo: Paulo tem em Onésimo um filho. Ele escreve no verso 10: “sim, solicito-te **em favor de meu filho Onésimo**, que gerei entre algemas”¹⁶⁹.

intérpretes, como Bentley, Lightfoot e Knox, supõem que o termo mais consentâneo não seja “presbutês” (“velho”), mas “presbeutês” (“embaixador”); porém, ficamos com a maioria que, segundo Champlin, prefere, pelo apoio textual, o uso de “ancião” ou “velho” (CHAMPLIN, v. 5, 2002, p. 456.).

¹⁶⁵ BÍBLIA de Estudo de Genebra, 2009, p. 1641.

¹⁶⁶ Nos relatos neotestamentários, por diversas vezes o apóstolo dos gentios sofre aprisionamentos devido à pregação do evangelho. Aos coríntios Paulo escreve: “São ministros de Cristo? (falo como fora de mim) eu ainda mais: em trabalhos, muito mais; em açoites, mais do que eles; **em prisões, muito mais**; em perigo de morte, muitas vezes.” (II Coríntios 11:23 [grifo nosso]. A BÍBLIA Sagrada. Revista e Corrigida, 1995. p. 287.); Lucas relata uma fala de Paulo aos anciãos da igreja de Éfeso: “... o Espírito Santo de cidade em cidade me revela, dizendo que me esperam prisões e tribulações. Mas em nada tenho a minha vida por preciosa, contanto que cumpra com alegria a minha carreira, e o ministério que recebi do Senhor Jesus, para dar testemunho do evangelho da graça de Deus” (Atos 20:23-24). A BÍBLIA Sagrada. Revista e Corrigida, 1995. p. 217.

¹⁶⁷ Alberto Casalegno, em sua obra “Paulo, Evangelho do amor fiel de Deus”, oferece ampla descrição histórica do uso do termo “evangelho”, da qual citamos pequena porção: “Sabe-se que já na cultura greco-latina o termo é usado para indicar o “alegre anúncio” quer de uma vitória em guerra, quer do nascimento e da entronização do imperador. No tempo que imediatamente antecipa o cristianismo, refere-se, em particular, à boa nova da paz, que, depois de tantas lutas, se realiza no império romano [...] Para Paulo, o evangelho é a boa nova da vinda de Jesus [...] É também a proclamação de que por meio de Jesus se manifesta a gratuidade do amor de Deus [...]” (CASALEGNO, Alberto. *Paulo, Evangelho do amor fiel de Deus: Introdução às cartas e à teologia paulinas*. São Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 181-182. Disponível em:

<http://books.google.com.br/books?id=aGkavlqeMLsC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 04 abr. 2014.).

¹⁶⁸ BÍBLIA de Estudo de Genebra, 2009, p. 1641.

¹⁶⁹ BÍBLIA de Estudo de Genebra, 2009, p. 1640. [grifo nosso].

3.3.2 Aspectos gerais da adoção

Faz-se oportuno identificar, pela adoção espiritual de Onésimo, de que maneira Paulo manifesta, em sua carta a *Filemom*, cinco dos aspectos geralmente implicados num processo de adoção, como anteriormente citados: adoção sonhada; favor que liberta; nova intimidade; agonia; e investimento da vida. Em meio a essa constatação, consideraremos as contribuições que a teologia paulina da adoção espiritual possa oferecer à compreensão da prática da adoção civil. A cada um dos 5 pontos a seguir consideraremos ideias sobre a adoção espiritual, sua tangibilidade na Epístola a Filemom e sua transposição para a adoção civil.

3.3.2.1 Adoção planejada, sonhada

Paulo afirma que, mesmo antes da fundação do mundo, Deus nos elegeu para sermos santos e irrepreensíveis, “e nos destinou para filhos de adoção por Jesus Cristo, para si mesmo, segundo o beneplácito de sua vontade” (Efésios 1:5)¹⁷⁰. Essa é a primeira verdade ao se falar de adoção: todos existem para a condição de filhos, isto é: a adoção é ato de amor que visa dar a outro o suprimento de sua necessidade existencial de filiação. Pois se no espírito sabemos de nossa existência para sermos filhos de Deus, em nossa realidade física, humana, percebemo-nos existentes para sermos filhos dos homens.

Essa percepção da intervenção e cuidado divinos, o predestinar para a filiação, é expressa pelo apóstolo no verso 15 de sua carta a Filemom, escrevendo-lhe sobre Onésimo: “Pois acredito que ele veio a ser afastado de ti temporariamente, a fim de que o recebas para sempre”. Um plano subversivo e redentor; a fuga de Onésimo é tratada como uma ação sofrida por este, causada pela Providência¹⁷¹: “ele veio a ser afastado”. Por quê? Por que ele não poderia continuar como mero escravo de Filemom. Ninguém pode ser apenas isso; não é este o plano original para a existência humana! Aprazia a Deus que Onésimo conhecesse a Jesus Cristo e fosse adotado por Paulo como filho, pois fora predestinado à filiação.

¹⁷⁰ A BÍBLIA Sagrada. Revista e Corrigida, 1995, p. 297.

¹⁷¹ “[...] a providência divina pôs a mão em toda a questão. [...] Portanto, se Onésimo tencionou tudo para mal, Deus transformou tudo em bem” (CHAMPLIN, 1986, p. 459.). “A voz passiva pode conter uma convicção da supervisão divina, e seria paralela ao ‘passivo divino’ do hebraico, que era um modo de expressão usado para denotar a ação oculta de Deus como agente responsável pelo que é realizado (Martin)” (RIENECKER, 1995, p. 490.).

É de se cogitar, pelo curso da vida de Onésimo, a intervenção oculta, divina, nalguns casos de institucionalização, a fim de que crianças superem quadros familiares de miséria e desconhecimento de Cristo, desde que famílias cristãs sejam capazes de sonhar, empatizar-se, adotá-las, a exemplo da ação de Paulo em favor de Onésimo.

Essa é a causa das crianças institucionalizadas: enquanto sonham com família, pais e mães para si, outros (adotados por Deus, em Cristo) precisam sonhar com família, pais e mães para essas mesmas crianças. Elas precisam ser tema dos sonhos de outrem. No coração daqueles que um dia foram adotados por Deus deve haver o sonho empático: que todos tenham lar, que todos tenham forte vínculo materno/paterno. E isto, é claro, inclui por vezes o próprio sonho em adotar.

No tocante à vinculação de pai e mãe, Gregório de Nazianzo, um dos chamados Pais da Igreja, profundamente envolvido em questões sociais, afirmaria em sua “Homilia sobre o amor aos pobres”¹⁷², ao tratar do abandono de crianças por seus pais, por terem estas contraído doenças contagiosas: “Quem mais generoso do que um pai? Quem mais compassivo do que a mãe? Mas também a natureza os afastou [...]”. Em tais circunstâncias deve-lhes ser provida substituição.

Em Tiago, tal sensibilidade aflora de modo radical: “A observância religiosa que Deus, o Pai, considera pura e irrepreensível é esta: cuidar dos órfãos e das viúvas em suas dificuldades [...]” (Tiago 1:27)¹⁷³.

As crianças sonham, então, com algo melhor que a institucionalização. Os cristãos são instados a cuidar dessas pequenas vidas orfanadas, a sonhar com elas, e em seu favor.

3.3.2.2 Adoção como favor divino, libertador

Semelhantemente aos jovens e adultos que sonham com seus pequenos “filhos do coração”¹⁷⁴, Deus, antes mesmo da criação do mundo, sonhou sua família

¹⁷² GAEDE Neto, Rodolfo. *Os pais da igreja e a questão social* (Apostila). Disciplina Diaconia e Cuidado, Faculdades EST, Mestrado Acadêmico em Teologia, 1º semestre de 2012. São Leopoldo: EST, 2012. p. 6.

¹⁷³ STERN, 2010. p. 1496.

¹⁷⁴ Título da obra de Cristiana Berthoud amplamente citada nesta pesquisa.

humana, de “muitos filhos semelhantes a Jesus”¹⁷⁵, ideia claramente proposta por Paulo:

[...] Deus trabalha para o bem daqueles que o amam [...] Deus os conhecia antes de o mundo ser criado e decidiu que eles seriam como o seu Filho, para que esse Filho fosse o primeiro entre muitos irmãos. Deus planejou [...] que essas pessoas fossem como o seu Filho e as chamou. E não só as chamou, como também as declarou justas. E não só as declarou justas como também repartiu a sua glória com elas (Romanos 8:28-30)¹⁷⁶.

O Eterno gestou na eternidade uma família singular: filhos **adotados** em Cristo. “[...] nos elegeu nele [em Cristo] antes da fundação do mundo, [...] para que fôssemos santos [...]” (Efésios 1:4)¹⁷⁷.

Quem hoje ama a Deus, como filho ou filha que ama seu pai, fá-lo devido ao cuidadoso planejamento divino da adoção. Cada adotado seria como Jesus, o Filho Querido: “Pois Ele recebeu de Deus Pai honra e glória, quando uma voz vinda da sua Glória lhe disse: ‘Este é o meu Filho amado, em quem me comprazo’” (2 Pedro 1:17)¹⁷⁸.

Esse planejamento divino implicou em: definição do processo pelo qual se daria a adoção, a saber: em Cristo; cuidadosa preparação do espaço onde viveriam seus filhos e filhas: na Terra e, com mais precisão, no Éden (Gênesis 2:8); e na essencial definição do modo pelo qual Deus sentiria esses novos entes: como filhos semelhantes a Jesus!

Decidir sentir um estranho como filho talvez seja o grande paradigma no processo humano de adoção, em parte inspirado no processo divino. E, sendo cuidado paterno por um outro ser também humano, consiste na sublimação¹⁷⁹ que transforma o sentimento fraterno em paterno ou materno. Isto é: sendo, o outro, dessa

¹⁷⁵ Expressão abundantemente utilizada na atualidade, em textos evangélicos, no Brasil. Origem desconhecida do autor.

¹⁷⁶ Perjanjian Novo Testamento: Versão Fácil de Ler (VFL). World Bible Translation Center, Inc. 1999. Disponível em: <<http://www.bible.com/pt-PT/bible/200/rom.8.vfl>>. Acesso em: 17 abr. de 2014.

¹⁷⁷ A BÍBLIA Sagrada. Revista e Corrigida, 1995, p. 297.

¹⁷⁸ A BÍBLIA de Jerusalém, 2002, p. 2279.

¹⁷⁹ Diferente da acepção psicológica de sublimação, segundo a qual “a energia psíquica de tendências e impulsos inaceitáveis primitivos se transforma e se dirige a metas socialmente aceitáveis” (DICIONÁRIO de Psicologia. *Sublimação*. Disponível em: <<http://www.portaldapsique.com.br/Dicionario/S.htm>>. Acesso em: 17 abr. 2014.), temo-la aqui como “Ato ou efeito de sublimar.”, “Exaltar; tornar sublime; engrandecer.” (DICIONÁRIO da Língua Portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 1998. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dIDLPO>>. Acesso em: 17 abr. 2014.).

mesma raça humana, é irmão¹⁸⁰, e ao dispor-me a adotá-lo, disponho-me a senti-lo não apenas irmão, mas filho.

Sendo assim, se encontrássemos em Paulo a sublimação do sentimento fraterno, veríamos assentado na Epístola a Filemon um ponto fundamental da teologia adotiva: a paternidade/maternidade libertadora. Cremos, que nos versos quinze e dezesseis da carta, Paulo o expõe:

... que o recebas para sempre, não como escravo; antes, muito acima de escravo, como irmão caríssimo, especialmente de mim e, com maior razão, de ti, quer na carne, quer no Senhor.

Noutras palavras, o apelo paulino a Filemom, ex-senhor de Onésimo, seria algo como: *Filemom, meu filho, prepara o teu coração. Estou te enviando Onésimo. Recebi-o como filho. Agora, recebe-o como caríssimo irmão (em perspectiva natural e espiritual). Dispõe-te a **adotá-lo** também!*

Faz bem destacar-se que, à luz de seu conhecimento acerca de Filemom, Paulo exultava ao dizer: “farás mais do que estou pedindo” (vs. 21).

Filemom teria de passar por duas profundas mudanças de perspectiva: primeiro, o escravo Onésimo deveria ser recebido como “irmão”. Porém, a expressão “como irmão caríssimo”, como alvo de especial cuidado, de graciosa acolhida, sinaliza também uma segunda mudança: sublimação da acolhida fraterna para o cuidado que se dispensa ao **filho** que chega a casa. Paulo referia Onésimo, a uma só vez, “meu filho” e “irmão caríssimo”; duas expressões para uma só relação¹⁸¹. Paulo assim acolhera Onésimo em seu coração; de igual modo Filemom deveria fazê-lo.

A mesma ideia de sublimação surge nos dizeres “especialmente de mim e, com maior razão, de ti” (vs. 16)¹⁸². Segundo Champlin, fica claro que Paulo de fato se sentia “[...] pai espiritual de Onésimo, e, naturalmente, teria grande preocupação por seu filho”¹⁸³; e como

¹⁸⁰ Não se ignora a possibilidade de o outro, a criança a ser adotada, nunca vir a ser visto pelo adotante como irmão ou irmã, mas desde o início da constituição do vínculo adotivo ser sentido como filho ou filha. Contudo, persiste a realidade de serem todos de mesma raça, todos filhos de Adão, portanto irmãos.

¹⁸¹ A mesma “confusão” (ou “fusão”?) relacional aparece no dizer de Cristo: “Porquanto qualquer que fizer a vontade de Deus, esse é meu irmão, e minha irmã, e minha mãe” (Marcos 3:35). A BÍBLIA Sagrada. Revista e Corrigida, 1995, p. 59.

¹⁸² BÍBLIA de Estudo de Genebra, 2009, p. 1461.

¹⁸³ CHAMPLIN, v. 5, 1986, p. 460.

“Filemom agora se beneficiaria da associação com Onésimo, o qual o serviria diretamente, [...] naquelas íntimas relações deveria haver ainda mais intensas demonstrações de amor entre Filemom e Onésimo, do que entre Paulo e Onésimo”¹⁸⁴.

Mais que ao próprio Paulo, convinha sobretudo a Filemom amar com amor adotante, libertador, pelos benefícios que lhe adviriam. E Onésimo teria, na casa deste, seu lar permanente: “ele veio a ser afastado de ti temporariamente, a fim de que o recebas para sempre” (vs. 15)¹⁸⁵, escreve Paulo ao destinatário epistolar.

Contudo, no bem-estar dessa sublimação desponta um problema: o que tornaria possível essa mesma sublimação? Qual força transmudaria o amor fraterno em amor de pai ou mãe? Em se tratando da adoção natural, a decisão de perceber o filho do outro desse modo essencialmente novo poderia ser artificialmente produzida?

Para Paulo, uma única resposta e solução: o milagre da benevolência¹⁸⁶ divina, a graça que toca e que recobre a todos. Segue-se, com efeito, para o estágio no qual cabe à vontade aquiescer, deixando-se moldar pela graça que em Deus se desvela, pois “Há muito tempo ele decidiu nos adotar em sua família, por meio de Jesus Cristo. (E que prazer ele teve em planejar tudo isso!).” (Efésios 1:5)¹⁸⁷.

A tal graça chamaríamos “graça adotante e libertadora”, da qual o Filho, Jesus Cristo, é expressão plena. De fato, “Jesus não é apenas o varão perfeito, nosso modelo, mas também [o] agente da graça”¹⁸⁸.

Essa noção também se expressa cristalinamente no quarto Evangelho: “Da sua plenitude todos nós recebemos graça sobre graça. Pois a lei foi dada por intermédio de Moisés; a graça e a verdade vieram por meio de Jesus Cristo” (João 1:16-17)¹⁸⁹.

Sendo-nos impossível tratar detidamente das muitas implicações do Cristo-Graça, importa-nos ressaltar, fazendo-se necessariamente uso de linguagem

¹⁸⁴ CHAMPLIN, v. 5, 1986, p. 460.

¹⁸⁵ BÍBLIA de Estudo de Genebra, 2009, p. 1461.

¹⁸⁶ O grego original, *eudokia* (lê-se *eudokía*), “formado de *eu*, ‘bem’, e *dokeo*, ‘parecer’” (VINE, p. 549) cujo sentido é “beneplácito, satisfação, ‘bom prazer’” (RIENECKER, p. 386), “implica propósito gracioso” (VINE, p. 549), guarda grande proximidade de sentido com outro termo preferido por Paulo: *xaris* (cáris: graça)! Difere deste nos casos em que haja mérito; *eudokía* pode ser merecida; “graça é um presente grátis” (VINE, p. 644). Neste ponto, poderíamos falar de uma graciosa *eudokía*, mas preferimos simplesmente o termo *graça*, por sua ampla utilização por Paulo. Utilizá-lo-emos neste tópico simplesmente como “favor divino... espontâneo, como no caso da misericórdia redentora de Deus...” (VINE, 2006, p. 680).

¹⁸⁷ PETERSON, Eugene. *A Mensagem: Bíblia em Linguagem Contemporânea*. São Paulo: Vida, 2011. p. 1665.

¹⁸⁸ REGA, Lourenço Stelio. *Paulo e sua teologia*. São Paulo: Vida, 2009. p. 13.

¹⁸⁹ A BÍBLIA Sagrada. Edição Contemporânea, 1995, p. 96.

simbólica¹⁹⁰, que somente o amor metamorfoseado no casulo do Amor¹⁹¹, o Cristo, aquele que, sendo o Irmão¹⁹², fez-se pai, é capaz de sublimar-se, passando de amor de irmão a amor paterno ou materno; em todos os sentidos, de colateral a ascendente.

Ora, tanto o que santifica quanto os que são santificados provêm de um só. Por isso Jesus não se envergonha de chamá-los **irmãos**. Ele diz: “Proclamarei o teu nome a meus irmãos; na assembleia te louvarei”. E também: “Nele porei a minha confiança”. Novamente ele diz: “Aqui estou eu com os **filhos** que Deus me deu” (Hebreus 2:11-13)¹⁹³.

É notável a sublimação, a exaltação do sentimento fraterno, em Cristo, e sua franca derivação para o paterno. Na Carta aos Hebreus o Salvador se torna o Pai de seus irmãos. O Santificador (Jesus) toma os que por ele seriam santificados, e os faz seus irmãos. Nessa relação com eles, assume sua paternidade. A causa deles, portanto, seria a causa da filiação adotiva.

No dizer popular, o “apóstolo dos gentios” “adotara uma causa”, a causa de Onésimo. “Tomás de Aquino, na mesma linha, observara que, quando alguém acolhe em sua casa um estranho e o faz participante dos bens daquela casa, já é uma adoção”¹⁹⁴. Adotar é abraçar a causa humana de modo essencial.

No dizer psicológico, todo impulso de defesa do mais fraco ou vulnerável é, em considerável medida, a reprodução do cuidado primevo recebido dos pais. Isto é, todas as relações humanas de cuidado querem encontrar nas ações protetoras dos pais seu primeiro modelo e inspiração. Em última análise, portanto, todo cuidado humano, mesmo entre irmãos, ou dos filhos pelos pais, é nalguma medida

¹⁹⁰ Em semiótica, diz-se que o símbolo é, em geral, polissêmico. Tomamos emprestada a aproximação do sentido de símbolo enunciada por Raymond Firth, citada por Umberto Eco: “‘Na interpretação de um símbolo, as condições de sua apresentação são tais que um intérprete usualmente tem **muito maior espaço para exercitar o próprio juízo**’ do que tem com sinais regulados por um código comum a emissor e destinatário; por isso, um modo de distinguir de começo entre sinal e símbolo pode consistir em classificar como símbolos todas as apresentações em que se encontra uma mais acentuada falta de aderência - embora talvez **intencionalmente** - nas atribuições de produtor e intérprete.” (ECO, Umberto. *Semiótica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Ática, 1991. p. 125.). [grifo nosso].

¹⁹¹ Em João, apóstolo, Deus e amor sinonimizam-se. Portanto, o Cristo, sendo um com seu Pai (cf. João 10:31), é também a expressão pura de “Deus: o Amor” (cf. 1ª João 4:8)!

¹⁹² A maiúscula aqui é proposital, referindo Cristo como o “irmão dos irmãos”, à luz de Romanos 8:29: “[...] os destinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja **o primogênito entre muitos irmãos**” (BÍBLIA de Estudo de Genebra, 2009, p. 1331.). [grifo nosso].

¹⁹³ BÍBLIA Sagrada: nova versão internacional. São Paulo, Vida. 2000. p. 962. [grifo nosso].

¹⁹⁴ SOUZA, José Neivaldo. *Por uma teologia da adoção*. III Jornada Interdisciplinar de Pesquisa em Teologia e Humanidades, v. 3, n. 1, 2013. p. 188. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/3jointh?dd99=anais>>. Acesso em: 08 jul. 2014.

paterno/materno¹⁹⁵. Avançando ao primeiro dos homens, Adão, há uma radicalização teológica, pois seu único pai foi Deus¹⁹⁶. Sendo assim, todo cuidado humano, fruto do cuidado adâmico é essencial e aprioristicamente, por linha temporal, cuidado divino, cuidado do Pai!

Revelando o cuidado de Paulo, a expressão apostólica paulina presta-se ao simbólico: “meu filho Onésimo, que gerei entre algemas”, pois só se “cuida” efetivamente de quem, primeiro, é considerado vivo, depois, filho e, poeticamente, dir-se-ia que é mesmo “entre algemas”, fortes algemas de amor, que se toma por filho um estranho, seja ele até um infrator como Onésimo. O coração libertador é aquele capturado pelo amor.

Cristológica em seu transcurso, a concreção da “adoção espiritual”¹⁹⁷ paulina só se poderia efetivar caso a fé em Cristo houvesse tornado Onésimo, de antemão, um vivo adotável. Na perspectiva de Paulo, a descrença em Cristo equivaleria à morte, impossibilitando a adoção espiritual. Qual vivo adotaria um defunto? A adoção espiritual só se efetiva a partir da atestação de que o outro vive. Não se adota um morto para que ele adquira vida; adota-se um vivo para preservá-lo da morte.

Se a adoção espiritual tem seu fulcro na unidade essencial com o Cristo que, pela fé, faz o crente passar a viver, é certo que a adoção natural, paralelamente, funda-se no “milagre” de uma existência que passo a não mais ignorar. Enquanto a adoção espiritual só pode suceder a saída da morte, a libertação, a união com Cristo, a adoção natural é simultânea ao instante em que o outro passa a viver para mim, ao instante do “re-viver”.

¹⁹⁵ BENCZIK, Edyleine Bellini Peroni. A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. *Rev. psicopedag.* v. 28, n.85, 2011, p. 67-75. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000100007&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0103-8486>. Acesso em: 08 abr. 2014.

¹⁹⁶ Na genealogia de Cristo relatada em Lucas 3, versos 23 e 38, diz-se categoricamente que Adão era filho natural de Deus: “E o mesmo Jesus começava a ser de quase trinta anos, sendo (como se cuidava) filho de José, e José de Heli, [...]. E Cainã de Énos, e Enos de Sete, e Sete de Adão, e Adão de Deus” (A BÍBLIA Sagrada. Revista e Corrigida, 1995, p. 297.).

¹⁹⁷ Há quem afirme que, como resultado dessa relação com Paulo, Onésimo chegou a ser bispo de Éfeso (ONÉSIMO, bispo? In RADMACHER, Earl; ALLEN, Ronald B.; HOUSE, Wayne. *O novo comentário bíblico NT, com recursos adicionais: a Palavra de Deus ao alcance de todos*. Rio de Janeiro: Central Gospel, 2010. p. 631.).

A adoção espiritual de Onésimo fora antecedida pela “gestação”¹⁹⁸. Apesar de os mestres rabínicos costumarem chamar seus discípulos de filhos¹⁹⁹, aqui não é este o caso. Onésimo fora “gerado” por Paulo na prisão.

E se aplicarmos à esfera espiritual a ideia popular de que “mãe/pai é quem cuida”, este será o discipulador. Pareceremos distanciar-nos de Paulo. Para ele, mãe/pai é mesmo quem, primeiro, gera. Isto ele exemplifica aqui, e o defende noutra de seus escritos: “Ainda que tivésseis dez mil aios em Cristo, não teríeis, contudo, muitos pais, pois eu pelo evangelho vos gerei em Jesus Cristo” (1ª Coríntios 4:15)²⁰⁰.

Tanto quanto Deus, o Pai, nos faz viver e nos adota em Cristo, Paulo podia gerar e adotar pelo poder de Deus, revelado no Evangelho²⁰¹. A adoção espiritual é, portanto, reprodução do cuidado divino, e bem assim a natural. Mais do que se inspirarem na graça, revelam-na!²⁰²

Adoção é manifestação da graça que, em sua atemporalidade, intervém na história e espaço humanos desprotegidos e depreciados. É *missio gratia*²⁰³ que se exprime em *missio adoptionis*²⁰⁴. É esse o propósito relacional da graça: adotar. A graça que se manifesta convencendo do amor, e convertendo, quer adotar. A graça que se depara com o abandono também o quererá! Essa é sua natureza.

E por que adotar? Em ambas perspectivas, natural e espiritual, por que não apenas cuidar do outro sem o tomar por filho? Para que Deus, assim, seja glorificado por meio de sua imagem, o humano, na expressão mais íntima de Si mesmo: ele é, sobretudo, o Pai²⁰⁵!

¹⁹⁸ O processo de Paulo “gerar” Onésimo equivaleria tanto à gestação natural, quanto à espera que se dá no processo de adoção civil. A adoção, ou discipulado que se inicia no novo nascimento, por sua vez, equivaleria ao parto ou à efetivação da adoção civil.

¹⁹⁹ CHAMPLIN, 2002. v. 5, p. 456.

²⁰⁰ A BÍBLIA Sagrada. Edição Contemporânea, 1995, p. 176.

²⁰¹ Cf. Romanos 1:16.

²⁰² Crê o pesquisador que todo ato efetivamente bom remeta a alma humana naturalmente ao seu Criador; no dizer de Cristo, “Assim resplandeça a vossa luz diante dos homens, para que **vejam as vossas boas obras e glorifiquem a vosso Pai**, que está nos céus” (Mateus 5:16). A BÍBLIA Sagrada. Edição Contemporânea, 1995, p. 4. [grifo nosso]. Em contrapartida, experiências dolorosas contínuas, em especial na infância, seriam o principal agente facilitador da aderência a convicções ateístas. Para esta discussão, sugerimos um documentário produzido pela BBC: ATEÍSMO: A Breve História da Descrença - Episódio 01 - Sombras da Dúvida”. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=iR7gUEzAkxE>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

²⁰³ Expressão latina para se referir ao propósito da graça. Literalmente, “missão da graça”.

²⁰⁴ Em latim, “missão de adotar”.

²⁰⁵ Cf. João 1:18, 1 Coríntios 1:3, 8:6, 15:24, etc.

No Gênesis, Deus criou e cuidou de Adão e Eva, dando-lhes a terra para dela cuidarem; deste modo a *imago dei*²⁰⁶ se revelaria por meio de nossos primeiros pais. Essa mesma imagem teimosamente indelével, a do humano que cuida, é a do humano que se apega, que adota, revelando o Deus que planta o jardim, mas que ainda é “O Agricultor” (Jo 15). Cuidado sem vínculo paternal revela o Deus-Criador, sem porém revelar “Deus, o Pai”. E no ser, de fato, irmão, como o humano oriundo do pó (Gênesis 2:7) é irmão da terra, e seu cuidador, subjaz o alicerce do sentimento próprio de Pai. À legítima fraternidade subjaz a paternidade. Mesmo Cristo só é irmão por ser um com o Pai (João 10:30).

Se Paulo visse em Onésimo apenas irmão, e não também filho, seu cuidado seria restrito e, a revelação de Deus, consideravelmente limitada. Onésimo é filho de Paulo porque assumiu seu status de filho de Deus; o apóstolo cumpria para com ele, desde então, o propósito adotante da *missio gratia*. Resta claro que o objetivo da graça é restaurar no homem sua capacidade progenitora em nova dimensão, uma reinterpretação consistente de Gênesis 1:28 – “E, então, os abençoou: ‘Cresçam! Reproduzam-se! Enchem a terra! Assumam o comando!’”²⁰⁷. Em contrapartida a adoção natural, seja literal (adoção civil) ou figurativa (“adoção” da causa das crianças institucionalizadas), é o caminho necessário a que a graça divina livre crianças e adolescentes das muitas faces da morte (referimo-nos aos danos decorrentes da institucionalização).

3.3.2.3 Adoção e nova intimidade

No ponto anterior consideramos o que já seria nova relacionalidade. Por ora convém-nos considerar que ela conduz a novo tipo de intimidade.

O apóstolo escreve a Filemom: “Eu to envio de volta em pessoa, quero dizer, o meu próprio coração.” (Filemom 1:12). O anseio de Cristo “[...] que todos sejam um, como tu, ó Pai, o és em mim, e eu em ti. Que eles também sejam um em nós, [...]”²⁰⁸

²⁰⁶ Expressão latina amplamente utilizada em textos teológicos, refere-se à “[...] marca que o Senhor Deus imprimiu no ser humano, distinguindo-o das demais obras criadas (Gn 1:26)” (ANDRADE, Claudionor Corrêa de. *Dicionário Teológico*. Rio de Janeiro: CPAD, 1996. p. 154.). Há, entretanto, controvérsia, na abundância de escritos, quanto a que se refira propriamente essa marca, a “imagem e semelhança” com o Criador. Segundo RYRIE, 2004, p. 220, “Em resumo: a imagem de Deus na qual o homem foi criado incluía a totalidade de um ser que era: vivo, inteligente, determinado e moral”.

²⁰⁷ PETERSON, 2011, p. 24.

²⁰⁸ João 17:21. A BÍBLIA Sagrada. Edição Contemporânea, 1995, p. 117.

se evidencia na relação entre Paulo e Onésimo. No peito de Paulo Onésimo reside. Não é alguém; é ele próprio.

“Envio de volta” é tradução de “anepenspsa” (“o terei enviado”), e indica que o próprio Onésimo levou a carta²⁰⁹. Segundo Champlin, o verbo corretamente traduz-se no presente, estando no aoristo epistolar (forma pela qual o escritor redigia pondo-se na condição dos leitores; no original, o grego é vazado no passado, indicando como Filemom veria, lendo a carta, o gesto paulino de enviar-lhe Onésimo). Posição sustentada por Allen²¹⁰ é a de que este verbo seria usado ao se mandar alguém a uma corte superior; deste modo, Paulo estaria enviando o “caso de Onésimo” a Filemom, o qual deveria emitir um veredito.

Mas Paulo enviava a Filemom aquilo que era essencial para o bem-estar, e à própria vida, caro ao apóstolo tanto quanto sua própria alma: seu “próprio coração” (temos, na Vulgata: “mas tu recebe-o como meu próprio coração”)²¹¹. Se Filemom usasse de crueldade com seu servo, teria feito o mesmo ao receber, em pessoa, o apóstolo Paulo.

Em toda adoção natural, a exemplo da união mística do Deus que adota e seus filhos, ocorrida na adoção espiritual, dá-se um fenômeno de identificação a partir da pergunta: “E se fosse eu?”. Isto ficará evidente nos relatos de adoção do último capítulo desta pesquisa. Na hora empática, o “se fosse” dá lugar ao “sou”, e eu me penso como sendo o outro. Só à luz daquele instante de transcendência é que ele de fato vive para mim, e eu em favor dele. Transcendência, pois até ele passou a ser eu, o que não é egoístico, absolutamente, pois fui para além de mim, ampliando-se meu espaço vital. Cumpriu-se radicalmente o mandamento “[...] amarás o teu próximo como a ti mesmo.” (Levítico 19:18)²¹².

Amar-me, então, é amá-lo; e amá-lo, amar-me. Sob tal perspectiva, protejo-me livrando-o do que eu sofreria se não amasse a mim mesmo. E se eu deixasse por inteiro de me amar, sairia da “vida para entrar na História”²¹³, viraria lembrança para quem ainda a quisesse, sem minha anuência; matar-me-ia.

²⁰⁹ RIENECKER, 1995, p. 489.

²¹⁰ ALLEN, 1985, v. 11, p. 458.

²¹¹ A BÍBLIA de Jerusalém, 2002, p. 2082. Nota de rodapé.

²¹² A BÍBLIA Sagrada. Edição Contemporânea, 1995, p. 111.

²¹³ Não é propósito deste pesquisador afirmar que todo suicídio tenha por principal motivação o deixar de se amar, como não a teria tido o do presidente Getúlio Vargas. Utilizo-me do notável final da carta-testamento que teria sido escrita por Getúlio, tão só por seu valor histórico. Texto integral da carta, disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Carta-testamento_de_Get%C3%BAlio_Vargas>.

E se o outro puder agora ser plenamente eu, relaciono-me com ele do modo como de fato gostaria que se relacionasse comigo, a partir de meu mais profundo eu, do modo mais natural que qualquer “eu” possa ser. O mais bondoso e sensível, a não ser que eu, de algum modo, não ame a mim mesmo.

Reza o senso comum: “A primeira impressão é a que fica”; em toda adoção natural, o *imprinting* não se inicia apenas na busca do filho por uma face com a qual se identifique, mas também pelo adotante que se vê na face de seu filho ou filha que adotou, ou nas faces de crianças e adolescentes cuja causa abraçou.

Outro aspecto relevante à intimidade da adoção, Paulo o levanta ao afirmar: “Assim, pois, se me tens por companheiro, recebe-o como a mim mesmo” (Filemom 1:17). Uma inferência semelhante à utilizada no versículo 12, onde Paulo chama a Onésimo de “... o meu próprio coração”. É um reforço de ideia, acrescido de um “se”: “Se me consideras companheiro...”.

A palavra grega traduzida por “companheiro” é “koinônón”, podendo também significar um participante de negócio comum a duas ou mais pessoas, um “sócio”²¹⁴. Por causa do verso seguinte, no qual Paulo se compromete a saldar quaisquer dívidas de Onésimo para com Filemom, parece mais oportuna esta última acepção.

Haveria, portanto, um negócio comum a Filemom e a Paulo, pelo que se lhes exigia o compartilhamento de receitas, despesas, responsabilidades. Qual este negócio? A indicação, presente em toda a carta, particularmente nos versículos 2 e 7 é “a causa do Evangelho”, a propagação das boas-novas de salvação em Cristo. Onésimo, envolvido na mesma empresa, deveria ser tido por sócio, companheiro, não por criado, como se pode presumir.

A união em Cristo faz, de todos, parceiros no mesmo cometimento: “[...] as leis do amor cristão exigiriam que Onésimo fosse gentilmente acolhido: [...] isso é um conceito revolucionário [...]”²¹⁵. Escravo-sócio, ou ex-escravo e sócio de Filemom: Onésimo!

Se na adoção espiritual as relações de poder dão lugar à cooperação mútua, e as diferenças à igualdade, de igual modo na adoção natural incidem o mútuo completamento e mútua aceitação. Todos são pais, e todos, filhos, mutuamente adotando e sendo adotados, libertando e sendo libertados.

²¹⁴ TAYLOR, William Carey. *Introdução ao Estudo do Novo Testamento Grego*: Dicionário. 6. ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1980. p. 119.

²¹⁵ CHAMPLIN, 2002, v. 5, p. 460.

Pelo viés adotivo, segue-se que o outro, a quem adotei, não é apenas o que sou eu mesmo, ou “meu coração”, como Onésimo não apenas o era. Sou eu, mas diferente de mim. Nem eu mesmo, completamente, nem outro; outra parte de mim, meu complemento ou, no dizer de Paulo, sócio. Ele sou eu, porém ambos a parte que falta ao outro para ser, cada um, pleno eu.

A adoção é distintiva de uma sociedade utópica, daquela ideal, na qual todos amam e são amados, cuidados, vinculados. Se a geração e adoção de filhos manifestariam a *imago dei*, a nova intimidade, tendo no outro a outra parte de mim, à qual amo como a mim mesmo, é instância do advento do Reino de Deus. O Pai, de fato, está entre nós, e nos vemos como uma grande família, de muitos filhos em mútuo complemento.

3.3.2.4 Adoção, agonia e protesto

Se de um lado a adoção expressa a capacidade de ver o outro como parte de mim, ou minha família, de outro, torna-se impossível adotar, em qualquer modalidade adotiva, diretamente a todos. Qual o limite prático da iniciativa de se adotar? A quem se deve adotar?

Supomos que o critério inicial seja o da proximidade, o do clamor que chega aos ouvidos. Filemom já “adotara” outras vezes, a seus irmãos, seus próximos²¹⁶. Paulo escreve:

Meu caro irmão, o seu amor tem me dado grande alegria e muita coragem, pois você tem animado o coração de todo o povo de Deus. Por isso, como seu irmão em Cristo, eu sei que tenho o direito de exigir o que você deve fazer. Mas o amor que tenho por você me obriga a lhe fazer apenas um pedido. [...] Portanto, eu lhe faço um pedido em favor de Onésimo, que é meu filho por estarmos unidos com Cristo [...] (Filemom 1:7-10)²¹⁷.

Mais uma vez cabe ressaltar o altruísmo de Paulo. Já no início da epístola, o apóstolo exhibe seu estado de felicidade, de alegria inabalável mesmo ante as intempéries da vida, por um motivo singelo: recebera notícias do cuidado de Filemom. Por quem? Por si, Paulo? Novamente, não. Pelos irmãos! Juntamente com o júbilo

²¹⁶ Todo cuidado compreende o fim da distância, isto é, ajuda-se o que se põe adiante. Talvez por isso mesmo Jesus tenha confirmado o “[...] ame seu **próximo** como a si mesmo” (Mateus 19:19 – STERN, 2010, p. 1242. [grifo nosso]).

²¹⁷ BÍBLIA Conselheira: Novo Testamento: Nova Tradução na Linguagem de Hoje. 2011. p. 477.

vinha-lhe o conforto ou encorajamento para avançar no trabalho do Senhor, cujo fim jamais seria vão, o que já se podia evidenciar na vida de Filemom, seu filho na fé (vs. 19). Filemom era irmão, especial por sê-lo, especial por querer sê-lo não somente de palavras.

Reanimar os corações dos irmãos era o mesmo que reanimá-los profundamente, como um todo, interagindo com a sede do seu emocional; ou seja, Filemom havia sido o parceiro de Deus para, por meio de seus atos (e a ideia que o original nos dá é a de suprimento de carências de alimento, junto a outros atos bondosos) refrigerar, relaxar do labor da vida os corações dos crentes, “como uma preparação para a renovação do trabalho ou sofrimento”²¹⁸. Revela-se, aqui, o segundo critério para definição dos limites da adoção: os recursos disponíveis para quem adota.

Na carta de Paulo a Filemom não nos é apresentada direta ou indiretamente qualquer fala de Onésimo. Apenas Paulo fala. Por quê? Devemos crer que Paulo já “ouvira” Onésimo, e agora precisava fazer com que este fosse ouvido pelo ex-patrão. Paulo sabia que Filemom o ouviria, mas fica implícito que este, apesar de suas muitas virtudes, citadas pelo apóstolo, não daria ouvidos ao apelo solitário de seu ex-escravo. Talvez a força da tradição escravagista do império ainda engessasse, neste pormenor, a bondade do destinatário epistolar. Paulo interveio; tendo-o ouvido, tornou-se seu porta-voz. É certo que: dar voz a quem não consegue ser ouvido também seja, frequentemente, adoção.

Por ora, é *irrenunciável* ressaltar a sensibilidade de escuta. Quem não é adotado clama, a exemplo da criação:

“E não só ela (a criação), mas nós mesmos, que temos as primícias do Espírito, também gememos em nós mesmos, esperando a adoção, a saber, a redenção do nosso corpo”. (Romanos 8:23)

No programa Encontro com Fátima Bernardes, edição de 26 de junho de 2012²¹⁹, é-nos contada a história de Davi Arias, um adolescente de 15 anos que fora “[...] devolvido cinco vezes. Nenhuma família teve condições financeiras de assumir a

²¹⁸ LIGHTFOOT. In RIENECKER, 1995. p. 489.

²¹⁹ ADOÇÃO: frustração das crianças que são devolvidas aos abrigos. Disponível em: <<http://gshow.globo.com/programas/encontro-com-fatima-bernardes/O-Programa/noticia/2012/06/o-caminho-da-adocao-frustracao-das-criancas-que-sao-devolvidas-aos-abrigos.html>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

adoção definitiva”. É-nos dito que a repórter Lília Teles, em 2010, fizera reportagem para o Globo Repórter sobre o drama da devolução de crianças aos abrigos. Ela nos conta, no programa de Fátima, referindo-se ao Davi: “Eu lembro que ele chorava tanto durante a reportagem!”.

Durante o programa, Fátima entrevistou o rapaz e sua mãe adotiva, a publicitária Isabel Arias. Para ele, Isabel representa o término de um período de incertezas: “A primeira coisa que eu pensava era no que eu tinha feito de errado. Eu me sentia rejeitado. Hoje, eu lido melhor com a rejeição”.

A dúvida e a rejeição derivariam do não atendimento ao impulso natural para a recepção de cuidado, aceitação e preservação da vida. Se, como visto em Bowlby, toda criança busca um vínculo que para ela se mostre vital, o não atendimento a esse impulso ocasionará, em seres racionais, sentimentos de rejeição²²⁰.

Iniciado o processo de adaptação entre Davi e Isabel, a mãe nos conta a dificuldade em conseguir deixar claro para seu quase-filho “que ela não iria devolvê-lo”. O menino testou seu amor, chegando a quebrar os objetos do interior da casa. Mas Isabel foi capaz de ouvir, cuidar, adotar.

A adoção revela a capacidade de alguém escutar sua própria voz na voz de outrem. Enquanto todos clamamos desde sempre por atenção e cuidado, é possível cessar a escuta exclusiva deste lado de cá, a escuta de si, a fim de se escutar a agonia de crianças necessitadas de vínculo. E se a distância não permitir a chegada de certas vozes, terão elas de ser representadas; serão necessários legítimos “porta-vozes” dessas pequenas pessoas.

Se, no Antigo Testamento, os profetas frequentemente se tornaram, junto aos indiferentes dentre o povo, a voz dos emudecidos ou distanciados²²¹, e se Paulo atua como a voz de Onésimo junto a Filemom, é certo que, de algum modo, têm os cristãos, na *missio gratia*, também o encargo de ouvir a agonia de crianças que clamam. Essa escuta sensível se desdobrará em ações concretas de adoção literal e/ou figurativa e, em especial nesta última, em vozes de protesto.

Em Filemom 1:18-19, o apóstolo Paulo escreve:

²²⁰ “A criança, com efeito, depende de outrem para avaliação de si mesma e concebe a própria imagem segundo a imagem proposta pelo adulto: a gente é gentil, é que ela é gentil; a gente é fria ou brutal, é que ela é má e sem valor [...]. Foi possível mostrar que a maneira pela qual a criança se considera a si mesma é baseada na atitude dos pais a respeito dela, da qual percebe os matizes mais ocultos com espantosa sensibilidade”. (PENNA, P. Damasco. *Introdução à psicologia da criança*. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1980. p. 86.).

²²¹ Cf. nota de rodapé 234, p. 75.

E, se te fez algum dano, ou te deve alguma coisa, põe isso à minha conta. Eu, Paulo, de minha própria mão o escrevi; eu o pagarei, para te não dizer que ainda mesmo a ti próprio a mim te deves.

Onésimo causara, provavelmente, dano a seu ex-senhor, Filemom. O vocábulo traduzido por “fazer dano” é flexão do verbo “adikéo” (agir injustamente, defraudar²²²; cometer um delito, ser culpável²²³; prejudicar, danificar²²⁴). Mesmo que se presuma verdade na declaração de dano, Paulo utiliza uma construção cuja forma é hipotética, evitando qualquer debate sobre o ex-serviçal. Permanecem incógnitos os detalhes da infração ou infrações cometidas (houvera talvez Onésimo, para poder fugir, roubado dinheiro de seu amo?). De qualquer modo, pelas leis romanas era devido, a Filemom, ressarcimento pelos dias não-trabalhados do servo fugitivo²²⁵.

Filemom, a seu próprio critério, poderia reivindicar, ou não, ressarcimento, o que realmente não importava ao apóstolo. A exemplo de seu Mestre, o Cristo crucificado²²⁶, Paulo resolve assumir todo o débito de Onésimo com Filemom. Ao se declarar disposto a quitar quaisquer dívidas de Onésimo, Paulo endivida-se com outro de seus filhos na fé: o próprio Filemom.

Paulo passaria, como dissemos, a um pressionamento legítimo, lembrando que Filemom se devia a ele, que o evangelizara e conduzira à fé em uma salvação eterna. Salvação sem fim deveria gerar, na visão de Paulo, gratidão sem fim. Desse modo, a dívida espiritual de Filemom suplantava, em muito, a material, encampada pelo apóstolo (no grego temos, para *deves*, “prosofeilô”, que se traduz também por “dever mais, dever além de (outro débito)”²²⁷).

Paulo, entretanto, não dissimulava ao afirmar seu desejo de liquidar sua dívida; e, por isso mesmo, seguindo seu exemplo, Filemom poderia pagar bem-acolhendo o escravo, ou liberando-o. Deste modo ambos, Paulo e Filemom, possuíam, um contra o outro, notas promissórias (o termo “apótízô”, aqui utilizado,

²²² RIENECKER, 1995, p. 490.

²²³ GINGRICH, 1984, p. 12.

²²⁴ CHAMPLIM, 2002. v. 5, p. 460.

²²⁵ “Pelo menos, devido à sua fuga, privara-o do trabalho que deveria ter feito, e que era legítimo direito de Filemom, segundo as leis da época” (CHAMPLIM, 2002. v. 5, p. 460.).

²²⁶ Russel Shedd aponta nesse verso o que seria “Uma perfeita ilustração de imputação”, conceito recorrente na cristologia paulina (BÍBLIA Vida Nova, 1995, p. 257.).

²²⁷ RIENECKER, 1995, p. 490.

tem conotação jurídica, indicando “uma certidão de dívida”²²⁸), notas que poderiam ser comutadas, declarando Filemom um eterno endividado²²⁹.

Nesse ponto, o apóstolo Paulo oferece o que bem poderia servir de base à legitimação do protesto cristão frente aos entraves à adoção natural, tendo em vista as necessidades psíquicas prementes de crianças institucionalizadas. A agonia dessas crianças deve ser ouvida pela sociedade e pelo poder público. Lembremo-nos que em todo regime político²³⁰ o poder está em débito para com seus eleitores/mantenedores. É papel dos cristãos dar voz a essas pequenas pessoas.

Do mesmo modo como Filemom devia sua nova vida à pregação de Paulo e, pelo espírito de amor dessa mesma pregação, o cuidado por seu servo-irmão, Onésimo, de igual modo se pode inferir a obrigação moral da contrapartida por parte do estado para com seus súditos-irmãos. O não cumprimento dessa obrigação enseja, nalgum instante, protestos legítimos.

Não se preconizaria de modo algum, a partir daí, a constituição de um estado totalitário ou autoritário, que em tudo ou quase tudo interviesse, invadindo os limites da esfera privada²³¹, ou familiar, mas de um estado solidário, responsabilizado e autorresponsabilizado pela manutenção contínua do bem-estar de seus súditos-mantenedores.

Ainda que sejamos contrários ao silogismo maquiavélico “os fins justificam os meios”, por vezes o rompimento com o *status quo* é imprescindível ao combate da coisa injusta ou defeituosa.

Paulo precisa apelar em favor de Onésimo; um reverendo americano, pelos negros marginalizados; quiçá cristãos em prol das crianças institucionalizadas. Sob

²²⁸ MARTIN, 1984, p. 173.

²²⁹ Todos os humanos são eternos endividados. Todos recebemos contínua e graciosamente os favores da Graça Divina (cf. Mateus 5:45).

²³⁰ Em ciência política, regime político é o nome dado ao modo (instituições políticas) pelo qual um Estado exerce sobre a sociedade seu poder. Não se deve confundir, por exemplo, com forma de Estado (unitário ou federal) ou com sistemas de governo (presidencialista, parlamentarista, monárquico, etc.). A classificação contemporânea mais comum contempla os regimes: democrático, autoritário e totalitário (REGIME político. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Regime_pol%C3%ADtico>. Acesso em: 14 jun. 2014.). Para um estudo mais acurado, sugerimos o acesso à Escola de Governo, portal de cidadania conveniado à Universidade de São Paulo, disponível em: <<http://www.escoladegoverno.org.br/index.php>>, em especial a leitura do artigo intitulado Regimes Políticos, disponível em: <<http://www.escoladegoverno.org.br/index.php/biblioteca/162-regimes-politicos>>.

²³¹ A identificação de limites das esferas privada e pública tem motivado inúmeros debates e teorias de “declínio” (em Hannah Arendt) ou “mudança estrutural” (em Habermas) de tais limites. Nesta pesquisa, entretanto, utilizamos a expressão “esfera privada” como sinônima do âmbito familiar humano.

essa ótica, a de inspiração ao protesto, finalizaremos este ponto com dois exemplos virtuosos de rompimento e protesto: Martin Luther King e Dietrich Bonhoeffer.

3.3.2.4.1 King, e o movimento antirracista

Ao nos referirmos há pouco a um reverendo antirracista, falamos de Martin Luther King e dos protestos que irromperam nos EUA, sob sua liderança, em agosto de 1963. Em reportagem do Jornal O Globo na qual se celebravam os 50 anos da revolução pacífica do pastor King, é-nos contado que

Diante de mais de 250 mil pessoas, as palavras do reverendo Martin Luther King entraram para a História. [...] o pastor do Alabama eletrizou a plateia com seu discurso aos pés da gigantesca estátua de Abraham Lincoln. Em 28 de agosto de 1963, ele foi um dos responsáveis por liderar as manifestações que **culminaram na aprovação da Lei dos Direitos Civis no ano seguinte**. A medida proibia discriminação racial no trabalho e em lugares públicos e permitia ao governo federal intervir em estados que promovessem a segregação racial. O sonho²³², então, começava a virar realidade.²³³

O protesto de King foi tão pacífico quanto idealista. Aliás, na mesma reportagem de O Globo são citadas frases do pastor acerca da atitude pacifista:

É uma arma sem paralelos, pois corta sem ferir e enobrece a quem a esgrime; é a espada que cura [...]. Não vamos ansiar satisfazer nossa sede de liberdade bebendo no cálice do ódio e da amargura.

Onde não houver abertura para o protesto aberto como o de King e o de tantos profetas em Israel²³⁴, ainda assim, como no exemplo de Bonhoeffer, enfocado adiante, a fé cristã deverá cumprir sua missão profética, assumindo frente à injustiça uma postura subversiva.

Protesto e caos: categorias tão distintas quanto luz e trevas, vida e morte. Protesto, por vezes é missão profética, tão profética quanto cristã. Do protesto, por vezes, decorre o início da ordem.

²³² Faz-se referência, aqui, ao notório mote de seu discurso *I Have a Dream*: “Eu tenho um sonho”.

²³³ CARVALHO, Lucas Correia. Esfera pública e esfera privada: uma comparação entre Hannah Arendt e Jürgen Habermas. Disponível em: <<http://www.habitus.ifcs.ufrj.br/6arendthabermas.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2014. [grifo nosso]

²³⁴ Exemplificam-no os mandatos proféticos de Isaías e Zacarias; francos, diretos, intimamente correlatos ao tema desta pesquisa: “[...] fazei justiça ao órfão, tratai da causa das viúvas” (Isaías 1:17). A BÍBLIA Sagrada. Edição Contemporânea, 1995, p. 582. e “Não oprimeis a viúva, nem o órfão [...]” (Zacarias 7:10). A BÍBLIA Sagrada. Edição Contemporânea, 1995, p. 786.

Como resultado da atitude profética de King,

[...] a pressão pelos direitos civis só fez aumentar. Depois de quase um ano de controvérsias, a Lei dos Atos Cívicos foi sancionada pelo sucessor de Kennedy, Lyndon Johnson²³⁵.

Nem mesmo os tiros que culminaram com a morte de King, “na frente de um motel em Memphis no dia 4 de abril de 1968 [...], foram capazes de acabar com o sonho”.

3.3.2.4.2 Dietrich Bonhoeffer e o nazismo

Outro exemplo notável de protesto foi o do pastor luterano Dietrich Bonhoeffer. Nascido em Breslau (na época, Alemanha; hoje, Polônia) a 4 de fevereiro de 1906, “Estudou Teologia em Tübingen e Berlim, onde se doutorou aos 21 anos”²³⁶.

Em 1933, dois anos antes de Hitler assumir o comando alemão, Bonhoeffer iniciou seu protesto, combatendo abertamente a ideologia nazista em transmissões radiofônicas. No ano seguinte,

Bonhoeffer foi um dos mentores e signatários da Declaração de Bremen, quando [...] diversos pastores, luteranos e reformados, formaram a Bekennende Kirche, Igreja Confessante, rejeitando desafiadoramente o nazismo: “Jesus Cristo, e não homem algum ou o Estado, é o nosso único Salvador”²³⁷.

A partir de 1935, Dietrich mentorearia mais de vinte estudantes, num seminário subterrâneo que funcionou por dois anos até sua descoberta e fechamento pela polícia secreta²³⁸, a Gestapo. Tal entrave, em vez de ocasionar retração do protesto, impulsionou sua radicalização. “Após o seminário ser fechado pela polícia

²³⁵ DISCURSO de Luther King culminou com aprovação da Lei dos Direitos Cívicos. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/discurso-de-luther-king-culminou-com-aprovacao-da-lei-dos-direitos-civis-9720833>>. Acesso em: 14 jun. 2014. [grifo nosso]

²³⁶ QUEM foi Dietrich Bonhoeffer. Disponível em: <http://www.sociedadebonhoeffer.org.br/quem_foi.htm>. Acesso em: 01 abr. 2014.

²³⁷ DIETRICH Bonhoeffer. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Dietrich_Bonhoeffer>. Acesso em: 01 jul. 2014.

²³⁸ KAPPELMAN, Todd. *Dietrich Bonhoeffer*. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/192838210/Dietrich-Bonhoeffer>>. Acesso em: 30 jun. 2014. Kappelman é mestre e doutorando em teologia pela Universidade Batista de Dallas (EUA). Informações biográficas em: <<http://www.probe.org/site/c.fdKEIMNsEoG/b.4217561/>>.

nazista, Bonhoeffer se engajou no movimento de resistência [...]”²³⁹. Simulando união ao nazismo, trabalhou “como agente de informações” na ABWEHR, “o departamento de inteligência militar da Alemanha”²⁴⁰, dando ocasião à fuga de judeus para a Suíça. Foi preso em abril de 1943, sendo condenado à forca e executado no campo de concentração de Flossenbürg, precisamente em 9 de abril de 1945.

Deixou-nos, além do exemplo de suas ações de protesto, de sua subversão ante a força opressora do mal, o registro de grande lucidez intelectual e fé cristã²⁴¹. Os escritos de Bonhoeffer têm sido contados entre as pérolas da teologia poética do século XX.

Nas cartas da prisão, ao se referir ao mal que assolava naquele período sinistro da história do mundo, Dietrich Bonhoeffer não apenas incitou ao protesto, mas também a ações extremas de oposição. Diferentemente de King, para Bonhoeffer, em casos extremos (no contexto do teólogo, o governo do sociopata Adolf Hitler) o pacifismo nem sempre seria o melhor caminho. Nalguns casos, sequer o protesto. “Contra o mal não se pode simplesmente protestar, ele tem de ser derrotado. Pode-se, em caso de necessidade, impedir o mal com o uso da violência [...]”²⁴².

Ora, tanto quanto o apóstolo Paulo patenteou a dívida de Filemom, tanto quanto os protestos do pastor negro e do alemão antinazista vieram a público por diversos meios, a temática da institucionalização e adoção não pode se restringir aos tribunais. À agonia dos desapegados precisa ser dada voz, visibilidade, em todas as esferas da sociedade, incluídas a academia e os púlpitos das igrejas.

²³⁹ QUEM foi Dietrich Bonhoeffer. Disponível em: <http://www.sociedadebonhoeffer.org.br/quem_foi.htm>. Acesso em: 01 jun. 2014. Para melhor compreensão do movimento chamado “Resistência alemã”, sugerimos a leitura do artigo homônimo, disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Resist%C3%Aancia_alem%C3%A3#A_Igreja_Confesante>.

²⁴⁰ ABWEHR. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Abwehr>>. Acesso em: 01 jul. 2014. Nesse mesmo artigo, diz-se que o termo “abwehr” significa, em alemão, “defesa”.

²⁴¹ “Católicos e protestantes, os ecumenistas e os evangélicos em geral, [...], todos encontram em Bonhoeffer subsídios para seus projetos teológicos. Também na América Latina, Bonhoeffer tornou-se respeitado, sendo abordado e citado em centenas de artigos e livros.” (WIESE, Werner. *A Cristologia na obra de Dietrich Bonhoeffer*. Disponível em: <<http://www.teologiabrasileira.com.br/teologiadet.asp?codigo=375>>. Acesso em: 04 jul. 2014.).

²⁴² Trecho da carta de Bonhoeffer chamada “Dez anos depois”, remetida a seus colegas conspiradores. Disponível em: <http://www.sociedadebonhoeffer.org.br/dez_anos_depois.htm>. Acesso em: 01 jul. 2014. Ressaltamos que, em língua portuguesa, a Editora Sinodal tem publicadas as cartas de Dietrich, sob o título “Resistência e Submissão”.

3.3.2.5 Adoção e investimento da vida

Tanto quanto a paternidade/maternidade sempre envolve renúncia de si mesmo (do livre uso do tempo, dos recursos financeiros, a abdicação de relacionamentos e sonhos, etc.), o instituto da adoção não é a materialização do sonho fantasioso, mas o enfrentamento de um pesadelo social. Ter filhos sempre será arriscado, como na parábola do Filho Pródigo, em que ambos os filhos nalgum instante rejeitam o pai. Adoção natural literal, e filiação sanguínea se equivalem pois, afinal, como levantado em “Apego e influência genética”, quem pode precisar, por exemplo, como será o caráter de um filho ou filha, gerado em seu corpo ou em seu coração?

Quanto a Paulo, sua disposição era tamanha que se dispunha a abdicar da própria existência para que seu povo recebesse a adoção em Cristo:

[...] eu desejaria pôr-me sob a maldição de Deus e ser separado do Messias, se isso pudesse ajudar meus irmãos, minha carne e meu sangue, o povo de Yisra'el! Eles foram feitos filhos de Deus, a Sh'kinah esteve com eles, as alianças lhes pertencem, da mesma forma a outorga da Torah, a adoração no templo e as promessas; (Romanos 9:3-4)²⁴³

Então, parte de sua teologia da adoção envolveria a inescapável entrega de si ao ser amado, o que pode ativar o medo. Diz-nos Hália Pauliv de Souza:

Muitos não pensam na adoção porque não têm a paciência necessária para enfrentar a burocracia que serve de base jurídica para o ato, por comodismo, por opção de vida, para poderem viajar, trabalhar ou não terem preocupações²⁴⁴.

Em sua epístola a Filemom, Paulo, como vimos, põe sobre a mesa sua amizade com este, condicionando o amor de Filemom por ele, Paulo, à compaixão por Onésimo. O apóstolo dispõe inteiramente dos seus bens, sujeitando todo e qualquer recurso material que possuísse ao pagamento de quaisquer prejuízos causados por Onésimo. “Portanto, se você ainda me considera um companheiro, receba-o de volta como se recebesse a mim. Se estragou algo ou deve alguma coisa a você, ponha na minha conta” (Filemom 1:17-18)²⁴⁵. Mas isso não é tudo.

²⁴³ STERN, 2010, p. 1400.

²⁴⁴ SOUZA, Hália Pauliv de. *Adoção é doação*. Curitiba/PR: Juruá, 2000. p. 29.

²⁴⁵ PETERSON, 2011, p. 1707.

Paulo propõe a comutação de dívidas, alegando que Filemom também lhe devia algo valioso: sua própria vida em Cristo. Na adoção espiritual, o mestre ou discipulador, além de ser alguém que, como vimos, ao adotar é adotado, outrora foi gerado pelo poder do Evangelho. Deve-se a Cristo, deve-se ao genitor. Foram contraídas as dívidas do amor, o “A ninguém devais coisa alguma, a não ser o amor [...]”²⁴⁶.

Mas, ao considerarmos a existência num mundo cheio de morte e dor, cabe-nos perguntar: Quem não possui dívidas? E quem não necessita do investimento de outros para saldá-las? O investimento do eu, requerido pela adoção, coloca-nos, a todos os seres humanos, frente à igualdade: uma igualdade provocativa. Todos temos dívidas, carecemos de “investimento” e “remissão”. O instituto da adoção se mostra um “caminho apertado”²⁴⁷, de despojamento, diante dos que ousam trilhá-lo.

²⁴⁶ Romanos 13:8. A BÍBLIA Sagrada. Edição Contemporânea, 1995, p. 170.

²⁴⁷ Referimo-nos ao dito de Cristo: “Mas estreita é a porta, e apertado o caminho que conduz para a vida [...]” (Mateus 7:14). A BÍBLIA Sagrada, Edição Contemporânea, 1995. p. 7.

4 INFÂNCIA ADOTADA

4.1 Considerações iniciais

- Eu e Natali conversamos, abrimos o coração, e sentimos Mungu dizer que você deve morar conosco! Na nossa choça!

A pequenina princesa negra sorriu, abraçou Joabe e Natali, e passou a chorar. Chorou e soluçou com eles. Será que aquilo estava mesmo acontecendo? Os missionários se ajoelharam, ficando na altura da mocinha, e a abraçavam todo o tempo em que, sem perceberem, entre um e outro soluço de alegria, o abandono e a solidão davam lugar à cura.

Concluir com histórias de adoção, além de aliviar as tensões, em especial as dos dramas dos dois primeiros capítulos desta pesquisa, pode reavivar a esperança. Sim, talvez seja este meu capítulo predileto!

Mas, apesar de nossa antecipação, retomamos a ideia do parágrafo anterior com a seguinte pergunta: Seriam mesmo passíveis de evitamento, atenuação ou, quem sabe, cura, os danos psíquicos, motores, sociais, resultantes da institucionalização, consumando-se a adoção, em particular, nos oito primeiros anos da vida? As narrativas a seguir nos fornecem indícios de um consistente “sim”; o vislumbre de dores que podem ser retroagidas ou, ainda melhor, profilaticamente debeladas. Pedimos licença para apelar enfaticamente a todos que examinam estas páginas: assistam os vídeos desses relatos; são curtos, durando de 4 a 6 minutos, cada. Os endereços eletrônicos encontram-se, como de costume, nas respectivas notas de rodapé.

Procuraremos narrar as histórias o mais fielmente, incluindo-se o aspecto gramatical. Ressaltaremos os dados que de modo mais candente pareçam fornecer paralelo com os danos mencionados no capítulo 2 desta pesquisa (por oposição), e com a narrativa sobre Paulo, Onésimo, e Filemom (por consonância). Nossa consideração tende a ser breve, evitando-se, em especial, uma espécie de reescrita do capítulo anterior. Mostraremos alguns rastros, franqueando ao leitor a escolha de quais trilhas seguir.

4.2 Os Lopes, e o contato com o mundo

Seis da manhã, e as poucas galinhas da pequena casa já se põem a correr pelo pátio, na folia costumeira. Isadora (5), Manuela (5) e Stéfani (2 anos e 3 meses)

despertam e disparam de suas camas, na expectativa de encontrarem algum ovinho posto durante a noite; Rafaela, sua irmãzinha de apenas três meses, ainda não está apta a arriscar seus ensaios como criadora de aves na pequena propriedade. Precisa crescer.

“Eu queria criar uma criança solta, brincando, falando com os vizinhos, cumprimentando como eu fui criada [...]. Coisa que ‘cê’ mora num município maior, na correria do dia-a-dia você não tem. Como eu escuto delas: oh, mãe, olha que sol lindo! Oh, mãe, olha: a florzinha da mãe abriu! O fato de vim pra cá, de tá saindo com elas, de mostrar a vaquinha, de ter uma galinha pra elas poder pegar um ovinho, né, de mostrar o passarinho, de botar um bebedor pro beija-flor vim tomar água, é que elas deem valor pro simples”²⁴⁸.

Entende a senhora Lopes que as meninas estão sendo preparadas para darem “valor pro simples”; segundo Bowlby, há mais benefícios, como, por exemplo, o desenvolvimento físico saudável! Ela e seu esposo possibilitam os estímulos motores, sensoriais e cognitivos fundamentais ao bom estado de ânimo e à saúde física das filhas adotivas, em lugar da depressão e limitação física comuns à institucionalização. Essa liberdade mantém paralelo com a história do ex-escravo Onésimo. A adoção paulina lhe traria liberdade. A adoção não é apenas ampliação do espaço vital de quem adota; é vida liberta, livre do estreitamento institucional, para os adotados.

A nova disposição, a ativação cognitiva conferida não apenas aos bebês mas às crianças desinstitucionalizadas e colocadas sob vínculo materno ainda se exemplifica noutro ponto do depoimento dessa mesma família. Conta-nos a mãe adotiva, acerca da pequena Manuela:

Quando ela veio pra cá, ela foi... ela foi conhecer o que era escovar um dente, arrumar um cabelo. Ela me olhou pelo espelho do banheiro. Daí ela, assim: ‘oh mãe, sabe que tu devia ter sido primeiro a minha mãe?! [...] É! Porque daí eu já ia tá bem cuidada como a Isadora tá cuidada’. Aí eu disse: mas, filha, daqui pra frente a mãe vai cuidar de ti. [...] Meu Deus! O que essa criança iria esperar da vida?

²⁴⁸ A senhora Lopes é, juntamente com seu esposo, mãe adotiva das quatro meninas. CAMPANHA Adoção - Laços de Amor - Filme 6 - versão estendida. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=g00XGGpe7AE>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

A menina vivia refém do desamparo. Não nos é dito se Manuela estava no convívio da família natural, ou institucionalizada; o que se sabe, entretanto, é que lhe faltavam cuidados pessoais.

A pergunta de sua mãe adotiva corresponde à que deveríamos fazer no relato de Onésimo: Se Paulo não o tivesse “adotado”, o que ele ‘iria esperar da vida’? Se para a vida de um adulto, Onésimo, a adoção significou uma profunda ressignificação cultural e grande libertação, como medir o impacto social só desta família, na qual se encontram quatro filhas adotivas? Essas meninas detêm, com muito maior probabilidade que crianças institucionalizadas, os meios para, na fase adulta, situarem-se no mundo. Mais ainda: o mundo poderá ser beneficiado com a influência delas quatro!

Esta dissertação não objetiva o desmerecimento dos profissionais nas instituições de abrigo. Não se ignora a contribuição de inúmeros trabalhadores remunerados e voluntários que, nessas instituições, ensinam crianças a “escovar um dente, arrumar um cabelo”. O próprio pesquisador, juntamente com sua esposa, prestou voluntariamente esse tipo de serviço em uma instituição em *Pedro Juan Caballero*, no Paraguai. Ensinamos crianças a lavarem seus cabelos e usarem xampu contra piolhos. Entretanto, melhor será para a criança receber, como ocorre na adoção, o cuidado integral dentro de uma perspectiva de vinculação. Manuela sabia estar, não diante de uma professora, psicopedagoga ou psicóloga, mas diante de sua mãe.

O mesmo entendimento, aliás, está impresso no coração de sua mãe. A relação natural fora sublimada. A mamãe Lopes afirma: “Eu olho pra elas, eu digo: são minhas filhas! Elas só não saíram... não tem um filme que mostrou que elas saíram de dentro de mim. Mas eu sinto que elas são uma extensão de mim”. O milagre da adoção faz as meninas serem, de todo, tomadas por filhas, despontando a nova intimidade, em que o outro é outra parte de mim, e eu, outra parte dele, ambos necessários à mútua plenitude. Falando desse milagre, o pai adotivo conclui: “Tu muda. Muda na tua essência.”.

Em decorrência dessa vinculação profunda, desse “favor que liberta” do abandono, as meninas sonham, e sonham alto. Não demonstram “deficiência da capacidade exploratória”. Uma diz: “Eu vou ser veterinária, cantora, professora...”; a outra, com sua gramática própria, infantil, e muita alegria: “Depois que eu terminar de

ser médica, eu vou ser... cantora! E depois, sabe o que eu vou ser? Cuidador de animais!”.

4.3 Gabriel: prognósticos revertidos

Numa praia em Santa Catarina, o menino Gabriel, de 13 anos, sobe na prancha auxiliado por seu instrutor e, deitado, desliza pela superfície da água revelando um enorme sorriso²⁴⁹. No dizer do próprio menino, uma só emoção: “Felicidade!”. Para Gabriel, bem mais que um esporte, surfar é um milagre de superação a partir de estímulo. Gabriel sofre de paralisia cerebral.

Hoje, passados seis anos de sua adoção, o garoto demonstra enorme progresso nos movimentos e na fala, fruto da perseverança de sua mãe, a aposentada Íria da Rocha, de 58 anos.

O vínculo entre eles se deu quando Íria

[...] começou a trabalhar como voluntária no Lar Recanto do Carinho, em Florianópolis. Lá ela conheceu Gabriel, na época com dois anos de idade. Como era uma criança com necessidades especiais e que precisava de muita atenção, o trabalho de Íria na instituição foi, aos poucos, se concentrando somente em Gabriel.

A voluntária passou a frequentar o Recanto do Carinho três tardes por semana, ficando todo o tempo com Gabriel. Ademais, conta-nos,

Levava ao médico, à fisioterapia, brincava com ele. Nos fins de semana, trazia-o para a minha casa. Foi surgindo então um laço muito forte entre nós. Ficamos tão ligados que chegou um dia que eu não consegui mais deixar ele lá. Foi quando decidi adotá-lo²⁵⁰.

Resta claro que essa relação foi sendo vivida como amor e missão. A adoção legal foi parte do processo, quando a mamãe Íria pôde se dedicar com mais intensidade à luta para que Gabriel tivesse uma vida normal. O menino hoje faz natação, surfe, joga futebol, e está matriculado em uma escola normal. Num trecho dramático do depoimento, sua mãe nos revela:

²⁴⁹ CAMPANHA Adoção - Laços de Amor filme 3 versão estendida. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=WEpBWVtwDtl>>. Acesso em: 01 jun. 2014. Para o pesquisador, talvez o mais belo vídeo citado nesta dissertação.

²⁵⁰ TERCEIRO filme da campanha fala sobre adoção especial. Disponível em: <<http://portaladocao.com.br/noticias/terceiro-filme-da-campanha-fala-sobre-adocao-especial/>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

“Eu não tinha nem intenção de adotá-lo, e já estavam dizendo que eu não me iludisse, que ele estaria estacionado, que não falaria, que não andaria. [...] Foram-se perdendo as limitações dele, porque ele tinha estímulos. [...] Mas tem que estar todos os dias sempre alimentando essa força que a pessoa tem.”.

Faltava a intenção, não a sensibilidade. Com o passar do tempo, Íria perceberia a angústia do menino, e sua necessidade de que alguém se dispusesse a investir a própria vida na vida dele. E ela o fez! Íria nos oferece importantes considerações:

Eu acreditei no que o coração de mãe dizia: ‘Ele pode, ele consegue!’ Quando tu encontras uma pessoa, uma criança com necessidades especiais, a gente sente que falta muita coisa, que precisa muita força, que precisa se desprender de tantas outras.

Poderíamos, a esta altura, condensar dois dos tópicos apontados como efeitos possíveis da institucionalização: incapacidade de reação e atraso na fala. Ambos, na história de Gabriel, são superados. Especificamente sobre a fala, o próprio menino sinaliza: “Com quatro anos eu comecei a falar. E eu comecei a falar ‘mãe!’”. Lembremo-nos que o cuidado de Íria se iniciara quando Gabriel tinha 2 anos. Sobre o caminhar, e sobre o papel fundamental de sua mãe, ele nos conta:

Antes, quando eu era pequenininho, não conseguia nem andar. Eu arrastava. Agora eu vou caminhando [para a escola, com uso de andador]. [...] A minha vontade é falar normal. A minha vontade é caminhar normal [...] jogar bola igual aos outros garotos [...] correr, brincar, e eu não consigo. Mas a minha mãe disse sempre pra eu tentar.

O vínculo materno, carregado de estímulo, afeto e renúncia de si, “humanizou” Gabriel. Se hoje ele quer falar, caminhar, brincar como os outros garotos, é por saber ser tão humano quanto eles. Afinal, sua mãe alimenta essa força, esse potencial humano de superação que ele tem. Ela sempre o encoraja a tentar.

Gabriel faz clara conexão do papel de sua mãe com seu progresso motor. Ao afirmar “minha mãe disse sempre”, ele se refere tanto à antiga vitória do deixar de se arrastar e passar a andar, quanto à possibilidade de atuar como os outros meninos. O vínculo lhe diz quem é e aonde pode chegar; dá-lhe identidade, revelando potencialidades. O mesmo se dera entre Paulo e Onésimo. A adoção também revelara

novas potencialidades, e o inútil ex-escravo passou a ser magnamente útil! A adoção revelara, como aqui, o real valor de Onésimo enquanto humano.

Em trecho bucólico do vídeo, as cenas se sucedem em câmera lenta: Íria, Gabriel e seu instrutor de natação estão dentro da piscina. Enquanto o menino “nada” agarrado às costas do professor, Íria está sorrindo, emocionada ao ver seu pupilo avançar, a superfície da água e a pele de seu rosto brilhando à luz do sol. Em seguida, num dos instantes mais singelos, o simples abraço e o beijo carinhoso do filho em Íria são poesia. Gabriel está livre das mortes. Tudo brilha; tudo é vida!

4.4 Gustavo: alegria de viver

No quarto aconchegante e modesto, com paredes de madeira, Gustavo, um menino de 15 anos, veste o uniforme cuidadosamente passado: camisa amarela com listra branca e preta indo de uma manga à outra, calção preto e chuteira branca e vermelha. Minutos depois, ele estará com seus companheiros de time alongando, aquecendo os músculos e disputando a bola no gramado do campo de futebol. Gustavo é o camisa três de sua equipe.

Do lado de fora, atrás da cerca de arame, Maria de Fátima, sua mãe adotiva, assistirá orgulhosa o treino, vendo o filho chutar, correr, cair, levantar-se, crescer.

Órfão de pai e mãe biológicos, o menino foi adotado por Fátima (46 anos, assistente social) aos 11 anos de idade, após viver um ano e meio em uma casa de abrigo em Araranguá/SC.

É-nos dito no depoimento que “O menino tímido, quieto, inseguro e triste, foi aos poucos ganhando confiança e hoje esbanja alegria”²⁵¹. Fátima nos dá um panorama da história pregressa do menino, comparando-a com a atualidade: “Meu filho hoje consegue sorrir, consegue brincar. Mas quando ele veio, ele não conseguia sorrir. Ele passou por muitas violências psicológicas, físicas, verbais [...]”²⁵².

Em grande medida, a orfandade e a posterior institucionalização seriam suficientes para que Gustavo ficasse sem um “lugar” aonde ir, sem referência existencial; como visto: sem referência no mundo, deslocado.

²⁵¹ CONHEÇA mais sobre a família do quarto filme da campanha. Disponível em: <<http://portaladocao.com.br/noticias/conheca-mais-sobre-a-familia-do-quarto-filme-da-campanha/>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

²⁵² CAMPANHA Adoção - Laços de Amor filme 4 versão estendida. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=72MwBkzJQ5g>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

Impressiona, na fala do garoto, o que parece confirmar a proposição de Bowlby acerca da “Contínua insatisfação e sensação de deslocamento no mundo”. Expondo sua própria realidade anterior, entendida por ele como sendo a realidade atual de muitas crianças em abrigos, e também revelando parte de seus sonhos, Gustavo afirma: “Eu também quero ter filho adotivo. Porque... Pra ajudar as pessoas, assim. Porque lá... Eles estão sofrendo lá. Não tem família, não tem companheiro, não tem gente pra... pra acolher. Faz você ter medo, né?”.

Gustavo tem, diante de si, o espelho da nova intimidade. A quem ele vê senão a si mesmo nos outros?! Tal e qual o anseio de Paulo ao falar da dívida filemônica: tanto quanto ele, Paulo, vira a si em Onésimo, e se completara ao adotá-lo, que Filemom se visse no escravo! Afinal, todos somos endividados! Só a partir desse vislumbre é possível sonhar em ser “bom pai ou boa mãe”. Para Gustavo, essa é agora uma realidade possível. É gratidão expressa no cuidar, o mesmo que Paulo requirera de seu filho Filemom.

A adoção, a vinculação propiciou ao garoto, desde seus 11 anos de idade, a substituição dos sentimentos de angústia e medo existenciais por “alegria de viver”. E para sua mãe adotiva, essa cura é mútua, benefício de adotados e adotantes:

É preciso ter compreensão, tolerância e paciência. Sempre vão ter os momentos difíceis. Mas por outro lado, tem muita coisa boa também. O Gustavo é carinhoso, companheiro e me fez mudar a visão de mundo. É muito compensador, um valor incalculável. O Gustavo é incrível, cheio de vida e enche a minha vida de alegria todos os dias.

De fato, o mundo anteriormente vazio, sem sentido e conseqüentemente ameaçador, resultado da ausência de uma figura específica à qual se apegar, foi preenchido, ressignificado. Gustavo passou a ter um endereço de acolhida: sua mãe. Não há mais o que temer; viver agora é seguro. Essa resolução da angústia existencial tácita do Gustavo abrigado vem a lume na expressa afirmação do sentimento de pertença mútua entre mãe e filho: “Pra adotar por adotar não dá, né! Tem que ter amor. Ela me ama, eu amo ela. A minha família é a coisa mais importante, né. É alegria, alegria de viver!”

CONCLUSÃO

Quiséramos guardar silêncio, permitindo que os leitores, após o 4º capítulo, apenas visualizassem (em geral, com pouco interesse) a lista de referências. Não. Não por falta do que dizer, no que refletir. Ao contrário, justamente por termos muito a considerar, muito a ressentir da experiência com o texto e também com os vídeos. Confessa este pesquisador que, revisando a dissertação, reexaminou cada parte (será ele, então, o responsável por todo erro) e, sem conseguir tratar friamente dos dados, novamente se emocionou, e novamente chorou.

Contudo, é devido o epílogo. Ao mais belo espetáculo musical, ao concerto primoroso, ao festim sonoro seguem-se os devidos e simples cumprimentos. As emoções vividas no dia memorável precisam ser revistas, ruminadas quando se recosta o corpo fatigado. Nessa hora solitária o silêncio é sempre o amante inseparável da sabedoria.

As perguntas que nos balizarão são poucas, redutíveis a uma só: no que crescemos? Com o cuidado necessário para não pecarmos pelo excesso, pelas repetições enfadonhas daquilo a que já se reportou, apresentamos em tópicos, como é de nosso feitio, os novos sabores advindos deste banquete:

I - *Há muito que se investigar e divulgar sobre os temas da adoção e da institucionalização.* Não apenas o estado demonstra desconhecimento estatístico e falta de sistematização nos processos. Mais grave, de fato, é a ausência da sociedade, a ignorância quanto à dinâmica da adoção, o distanciamento das crianças institucionalizadas, a alienação, o preconceito.

É habitual, na esmagadora maioria dos relatos de adoção (em nossa pesquisa, beirando 100% dos casos), a necessidade de os adotantes darem explicações, apresentarem argumentos, defenderem a adoção como se ela, eticamente inaceitável, tivesse de ser justificada. Parece haver certa anuência com uma ferida profunda, a inferência equívoca elaborada no “self” de crianças desapegadas quando, passados longos anos de institucionalização, assumem com erro: “Se eu estou aqui, se não tenho família, é porque não mereço”!

Na raiz do problema está, de modo considerável, o desconhecimento. Nossa sociedade, nela obviamente inclusa a Igreja²⁵³, desconhece não só as regras da

²⁵³ Não se refere a este ou aquele grupo religioso, mas, citando Andrade, ao “Corpo místico de Cristo, formado pelos que o recebem como [...]” Senhor (ANDRADE, 1996, p. 152).

adoção, como aventado pelo Senado Federal, mas os anseios, os efeitos e a dinâmica da institucionalização. Rememorando ao menos 27 anos de vida eclesial, este pesquisador enrubesce ao reconhecer que nunca ouviu uma única prédica sobre tal temática. Nunca.

A questão da infância abrigada, em sua maioria crianças oriundas de famílias de baixa renda, interessa aos multiplamente pobres, e merece lugar privilegiado nos púlpitos, nas rodas de debate, na pesquisa. E isto nos remete ao ponto seguinte.

II – *A teologia da adoção é central, basilar, e mesmo sinônima da teologia da graça.* Ao se falar de filiação divina, à exceção de Cristo, fala-se sempre de adoção. A teologia paulina da adoção nos apresenta um Deus que, por sua graça, sonhou com filhos passíveis de adoção: vítimas do pecado, a mais dura realidade, renascendo em todas as idades, tão ou mais escravizados que Onésimo. Mas o sonho divino não é envolto em névoa; não há nuvens coloridas, anjos, trono e luz. O Deus adotante sonhou sua própria morte como preço da adoção. Se o processo civil da adoção é difícil e assustador, se envolve angústias e incertezas, o que dizer de açoites, espinhos, cravos, escárnio, e cruz?

O Deus sonhador é o Deus adotante; não é possível sonhar com Ele, ter o coração dele, sem olhar no meio da escuridão algo como navios negreiros repletos de gente em desamparo e pavor, a ser vendida na feira de vaidades, sem que se clame em seu favor: liberdade! Paulo, em troca da liberdade de seu filho Onésimo, pôs à disposição de Filemom tudo o que tinha; e toda adoção sempre será uma entrega de tudo. Sempre. Pois seu valor é o mesmo que o da vida humana. Em nossa sociedade capitalista, temos claro que é impossível ter tudo às custas de nada. Mesmo a graça teve seu preço!

E a adoção, hoje, é um favor: imerecida por todos, oferecida a cada um; aos mais estranhos, mesquinhos, e indiferentes. O Cristo que os santifica não os lava, não os recebe como irmãos (e filhos) num rio cristalino, ou numa piscina azulada. Entregalhes seu próprio sangue e lhes diz: lavem-se nele, vivam por ele, “bebam dele todos” os sedentos; entrega sua carne, e convida a todos os famintos: “venham e comam”. Esse é o preço da redenção; esse, o preço da adoção; é esse o sonho do Pai!

Somente a adoção nos faz filhos de Deus, e somente nela se revela o Pai; ao sermos adotados, e quando adotamos. Porém, a teologia da adoção guarda outros segredos. Tanto quanto é impossível ao humano saber seu valor até que contemple a cruz, bem assim é impossível ao humano desvinculado descobrir quanto vale até

que o adotem. É a adoção que dita o valor humano. Sempre. No dizer de Bowlby, a criança precisa ser recebida, sentir que é desejada por sua mãe natural ou mãe substituta. Ou seja, mesmo a filiação natural é um processo essencialmente adotivo. Todos somos adotados, ou ao menos deveríamos ser!

Assim, é só pela adoção que sabemos de sociedade, amor, alegria. Sempre traz recompensas maiores do que as que se podia esperar: cura o desamparo (de Manuela), a paralisia e a fala (de Gabriel), o medo e tristeza (de Gustavo), gera sempre vida e esperança. Um preço que, como no exemplo supremo de Cristo, nos exemplos de Paulo e de tantos outros, sempre valerá a pena pagar. Mesmo se porta e caminho estreito, uma jornada que sempre valerá a pena trilhar.

Referências

A BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

A BÍBLIA Sagrada, Edição Contemporânea. Flórida, EUA: Vida, 1995.

A BÍBLIA Sagrada. Revista e Corrigida. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

A BÍBLIA Vida Nova. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1995.

A VIDA em um abrigo. Disponível em: <<http://revistamarieclaire.globo.com/Marieclaire/0,6993,EML1663061-1740,00.html>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ADOÇÃO: frustração das crianças que são devolvidas aos abrigos. Disponível em: <<http://gshow.globo.com/programas/encontro-com-fatima-bernardes/O-Programa/noticia/2012/06/o-caminho-da-adocao-frustracao-das-criancas-que-sao-devolvidas-aos-abrigos.html>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

ADOÇÃO (parte 1). Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/painel-rpctv/videos/t/edicoes/v/adocao-parte-1/3366750/>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

ADOÇÃO por Ascendente. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0CCgQFjAC&url=http%3A%2F%2Fwww.stj.jus.br%2Fpublicacaooseriada%2Findex.php%2Finformativo%2Farticle%2Fdownload%2F180%2F175&ei=qAm8U972O6eksQTS-4GADw&usq=AFQjCNFIduBUfOa24Um9_oJQ6wUE5nxfQ>. Acesso em 08 jul. 2014.

ALBORNOZ, Ana Celina Garcia. *Psicoterapia com crianças e adolescentes institucionalizados*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

ALLEN, Clifton J. *Comentário Bíblico Broadman: Novo Testamento*. Tradução de Adiel Almeida de Oliveira. Rio de Janeiro: JUERP, v. 11, 1985.

AMARAL, Débora Medeiros do. *Era uma vez uma casa de abrigo: os significados e as marcas da instituição na vida das crianças*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006.

ANDRADE, Claudionor Corrêa de. *Dicionário Teológico*. Rio de Janeiro: CPAD, 1996.

ARAÚJO, Paulo Afonso. Nada, angústia e morte em Ser E Tempo, De Martin Heidegger. *Ética e Filosofia Política*. Juiz de Fora, v. 2, n. 10, 2007.

ATEÍSMO: A Breve História da Descrença - Episódio 01 - Sombras da Dúvida. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=iR7gUEzAkxE>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

BARSTAD, Mariana Guerra. *Do berço ao túmulo: A teoria do Apego de John Bowlby e os estudos de apegos em adultos*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Psicologia, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2013.

BENCZIK, Edyleine Bellini Peroni. *A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil*. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000100007&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0103-8486>. Acesso em: 08 abr. 2014.

BERTHOUD, Cristiana Mercadante Esper. *Filhos do coração*. Taubaté: Cabral Editora Universitária, 1997.

BÍBLIA Conselheira: Novo Testamento: Nova Tradução na Linguagem de Hoje. Barueri: SBB, 2011.

BÍBLIA de Estudo de Genebra. 2. ed. Barueri: SBB; São Paulo: Cultura Cristã, 2009.

BÍBLIA de Estudo Vida. São Paulo: Vida, 1998.

BOCHNIA, Simone Franzoni. *Da adoção: categorias, paradigmas e práticas do direito de família*. Curitiba, PR: Juruá, 2010.

BOWLBY, John. *Apego*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. *Cuidados maternos e saúde mental*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. *Perda*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

_____. *Separação*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 04 jul. 2014.

_____. *Lei N. 12.010*. 03 ago. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm>. Acesso em: 08 jul. 2014.

_____. *Lei N. 10.406*. 10 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 07 jul. 2014.

BRASIL tem hoje deficit de 200 mil vagas no sistema prisional. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/01/brasil-tem-hoje-deficit-de-200-mil-vagas-no-sistema-prisional.html>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

CALVINO, João. *A instituição da Religião Cristã*: Tomo 2, Livros III e IV. São Paulo: UNESP, 2009. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=OOXJ63UMjUAC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 04 abr. 2014.

CAMPANHA Adoção - Laços de Amor filme 3 versão estendida. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=WEpBWVtwDtl>>. Acesso em: 07 abr. 2014.

CAMPANHA Adoção - Laços de Amor filme 4 versão estendida. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=72MwBkzJQ5g>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

CAMPANHA Adoção - Laços de Amor - Filme 6 - versão estendida. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=g00XGGpe7AE>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

CARTA-TESTAMENTO de Getúlio Vargas. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Carta-testamento_de_Get%C3%BAlio_Vargas>. Acesso em: 01 jun. 2014.

CARVALHO, Lucas Correia. *Esfera pública e esfera privada: uma comparação entre Hannah Arendt e Jürgen Habermas*. Disponível em: <<http://www.habitus.ifcs.ufrj.br/6arendthabermas.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

CASALEGNO, Alberto. *Paulo, Evangelho do amor fiel de Deus: Introdução às cartas e à teologia paulinas*. São Paulo: Edições Loyola, 2001. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=aGkavlqeMLsC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 04 abr. 2014.

CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE BERTHOLDO WEBER. *Estatuto da Criança e do Adolescente: convenção sobre os direitos da criança*. São Leopoldo, RS: PROAME, 2011.

CHAMPLIN, Russel Norman. *O Novo Testamento Interpretado: Versículo por Versículo...* São Paulo: Hagnos, v. 5, 2002.

COCHLAR, Isabel. *Morosidade na adoção faz crianças perderem o futuro*. Disponível em: <<http://www.portaladocao.com.br/artigos/morosidade-na-adocao-faz-criancas-perderem-o-futuro/>>. Acesso em 17 jun. 2014.

CONHEÇA mais sobre a família do quarto filme da campanha. Disponível em: <<http://portaladocao.com.br/noticias/conheca-mais-sobre-a-familia-do-quarto-filme-da-campanha/>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

CONTEXTO da adoção no Brasil. *Em discussão!* Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/contexto-da-adocao-no-brasil/o-processo-de-adocao-no-brasil.aspx>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

CRISTIANA Mercadante Esper Berthoud. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4782826U6>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

DOUGLAS, J. D. et al. *O Novo Dicionário da Bíblia*. Tradução de João Bentes. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1995.

DICIONÁRIO da Língua Portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 1998. Disponível em <<http://www.priberam.pt/dIDLPO>>. Acesso em: 10 out. 2012.

DICIONÁRIO de Psicologia. *Sublimação*. Disponível em: <<http://www.portaldapsique.com.br/Dicionario/S.htm>>. Acesso em: 17 abr. 2014.

ECHEVERRIA Malu. *Um mundo de sensações*. Disponível em: <<http://revistacrescer.globo.com/Crescer/0,,EFC515103-2215,00.html>>. Acesso em: 21 set. 2013.

ECO, Umberto. *Semiótica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Ática, 1991.

ESCOLA de governo: Desenvolvimento, Democracia Participativa, Direitos Humanos, Ética na Política, Valores Republicanos. Disponível em: <<http://www.escoladegoverno.org.br/index.php>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

FERREIRA, Fernando; PINHO, Patrícia. *Psicanálise e teoria da vinculação*. Instituto Superior Miguel Torga (Portugal). Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0160.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

FONSECA, Claudia. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 1995.

GAEDE Neto, Rodolfo. *Os pais da igreja e a questão social* (Apostila). Disciplina Diaconia e Cuidado, Faculdades EST, Mestrado Acadêmico em Teologia, 1º semestre de 2012. São Leopoldo: EST, 2012. p. 6.

GINGRICH, F. Wilbur; DANKER, Frederick W. *Léxico do Novo Testamento: Grego/Português*. Tradução de Júlio P. T. Zabatiero. São Paulo: Vida Nova, 1984.

GLOAG, P. J.; SPENCE, H. D. M. (Ed.); EXELL, Joseph S (Ed.). *The Pulpit Commentary*. New York and London: Funk & Wagnalls Company, v. 48, [19--].

GLOSBE: suaili-português dicionário. Disponível em: <<http://pt.glosbe.com/sw/pt/Mungu>>. Acesso em: 08 abr 2014.

KAY, Jerald; TASMAN, Allan. *Psiquiatria: Ciência Comportamental e Fundamentos Clínicos*. Barueri: Manole, 2002.

LEVINZON, Gina K. *Adoção*. Coleção “Clínica Psicanalítica”. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

LIBERATI, Wilson Donizeti. *Adoção Internacional*. São Paulo: Malheiros, 1995.

MARTIN, Ralph P. *Colossenses e Filemom*. Tradução de Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova e Mundo Cristão, 1984.

MESQUITA, Raul; DUARTE, Fernanda. *Dicionário de Psicologia*. Lisboa: Plátano Editora, 1996.

NARLOCH, Leandro. *Tal pai, tal filho?* Disponível em <<http://super.abril.com.br/ciencia/tal-pai-tal-filho-443509.shtml>>. Acesso em: 26 set. 2013.

NUNES, Sonia. *Crioterapia: tecnologia não-invasiva de cuidado da enfermeira obstétrica para alívio da dor em parturientes*. 2012. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Enfermagem, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

O COLAPSO do sistema de saúde no Brasil. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/07/o-colapso-do-sistema-de-saude-no-brasil-4199504.html>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

O IPEA – quem somos. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1226&Itemid=68>. Acesso em: 16 jun. 2014.

OLIVEIRA, Célia M. S.; MARQUES, Liliana P. C. *John Bowlby*. Disponível em: <http://gaius.fpce.uc.pt/pessoais/mccanavarro/pdf/trabalhos/principais_autores/John%20Bowlby%20sd.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.

PEFIL dos candidatos a pais adotivos. [sic]. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/realidade-brasileira-sobre-adocao/pefil-dos-candidatos-a-pais-adotivos.aspx>>. Acesso em: 08 jul. 2014.

PENNA, P. Damasco. *Introdução à psicologia da criança*. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1980.

PERFIL das crianças disponíveis para adoção. *Em Discussão!* Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/realidade-brasileira-sobre-adocao/perfil-das-criancas-disponiveis-para-adocao.aspx>>. Acesso em: 08 jul. 2014.

PERJANJIAN Novo Testamento: Versão Fácil de Ler (VFL). World Bible Translation Center, Inc. 1999. Disponível em: <<http://www.bible.com/pt-PT/bible/200/rom.8.vfl>>. Acesso em: 17 abr. de 2014.

PETERSON, Eugene. *A Mensagem: Bíblia em Linguagem Contemporânea*. São Paulo: Vida, 2011.

PINHEIRO, Ana Manuela F. P. *O Crescimento Físico e o Desenvolvimento Mental de Crianças Institucionalizadas: O Impacto do Temperamento e da Qualidade dos Cuidados numa Perspetiva Longitudinal*. 2011. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Escola de Psicologia, Universidade do Minho, Braga, 2011.

PODER familiar. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Poder_familiar>. Acesso em: 09 jul. 2014.

PROFESSOR francês René Kaës comanda simpósio de psicologia na USP. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u137.shtml>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

PUNKY encontra uma lar (parte 1 / 6) Punky a levada da breca 1º episódio. [sic]. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=P3qq37IG_vo>. Acesso em: 13 dez. 2013.

REGA, Lourenço Stelio. *Paulo e sua teologia*. São Paulo: Vida, 2009.

REGIME político. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Regime_pol%C3%ADtico>. Acesso em: 15 jun. 2014.

REGIMES Políticos. Disponível em: <<http://www.escoladegoverno.org.br/index.php/biblioteca/162-regimes-politicos>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

RADMACHER, Earl; ALLEN, Ronald B.; HOUSE, Wayne. *O novo comentário bíblico NT, com recursos adicionais: a Palavra de Deus ao alcance de todos*. Rio de Janeiro: Central Gospel, 2010.

RIENECKER, Fritz; ROGERS, Cleon. *Chave Linguística do Novo Testamento Grego*. São Paulo: Vida Nova, 1995.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro, RJ: Editora PUC-Rio, São Paulo, SP: Loyola, 2004.

RYRIE, Charles C. *Teologia Básica: ao alcance de todos*. São Paulo: Mundo Cristão, 2004.

SENADO FEDERAL. Especialistas defendem modificações. *Em Discussão!* Brasília, ano 4, n. 15, 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/especialistas-defendem-modificacoes.aspx>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (BRASIL). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA, CONANDA, 2004.

SINOPSE dos Resultados do Censo 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

SOBRE Adoção e Sobre Guarda - Algumas Considerações. Disponível em: <<http://denisax.blogspot.com.br/2008/04/sobre-adoo-e-sobre-guarda-algumas.html>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

SOUZA, Hália Pauliv de. *Adoção é doação*. Curitiba/PR: Juruá, 2000.

SOUZA, José Neivaldo. *Por uma teologia da adoção*. III Jornada Interdisciplinar de Pesquisa em Teologia e Humanidades, v.3, n.1, 2013. P. 188. Disponível em <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/3jointh?dd99=anais>>. Acesso em: 04 abr. 2014.

STERN, David H. *Bíblia Judaica Completa: o Tanakh [AT] e a B'rit Hadashah [NT]*. São Paulo: Vida, 2010.

STRECK, Gisela I. W. (Org); LAUX, Núbia M. *Manual de normas para trabalhos científicos: baseado nas normas da ABNT*. 2. ed. São Leopoldo: EST/ISM, 2009.

TAYLOR, William Carey. *Introdução ao Estudo do Novo Testamento Grego: Dicionário*. 6. ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1980.

TEORIA DO APEGO. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_do_apego>. Acesso em: 27 nov. 2013.

TEORIA Psicanalítica. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_psicanal%C3%ADtica#A_fase_oral>. Acesso em 11 jun. 2014.

TERCEIRO filme da campanha fala sobre adoção especial. Disponível em: <<http://portaladocao.com.br/noticias/terceiro-filme-da-campanha-fala-sobre-adocao-especial/>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

TRANSTORNO de personalidade limítrofe. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Borderline#cite_note-Luiz-2>. Acesso em: 28 nov. 2013.

TRINDADE-SALAVERT, Ivonita; NAZAR, José. *Os novos desafios da adoção: interações psíquicas, familiares e sociais*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2010.

UM SONHO incompleto 50 anos depois: de volta ao palco de discurso de Luther king, negros ainda sofrem efeitos de discriminação, apesar de avanços. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130828>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

UOL NOTÍCIAS. *Há 5,4 vezes mais pretendentes do que crianças aptas à adoção, aponta CNJ*. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/05/25/ha-54-vezes-mais-pretendentes-do-que-criancas-aptas-a-adocao-aponta-cnj.htm#fotoNav=2>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

VINE, W. E.; UNGER, Merril F.; JR. William White. *Dicionário Vine: O significado exegético e expositivo das palavras do Antigo e do Novo Testamento*. Rio de Janeiro: CPAD, 2006.

WONDRACEK, Karin H. K.; REHBEIN, Mattew L.; CARTELL, Leticia N. *Desenvolvimento humano na lógica do espírito: introdução às ideias de James E. Loder*. Joinville: Grafar, 2012.

AGRADECIMENTOS

A Ti, meu Deus, meu Pai, meu amor. Pela Graça, e por sonhar comigo. Meu Jesus, meu amor. Por morrer em meu lugar. Meu Espírito Santo, meu amor. Por sua constante e poderosa companhia. Obrigado por me adotar como filho.

A Aline Ligiane, minha princesa, minha esposa, meu complemento. Pelo incentivo diário, pelos cafés na cama, almoços no escritório, por se alegrar e chorar comigo, por parar e me ouvir tendo tanto a fazer. Sem você eu não teria chegado aqui.

Aos meus filhos Victória, Gabriel, Nicholas e Jonathan, por ouvirem leituras que faziam pouco sentido, por me amarem e ainda assim tolerarem minha ausência.

À minha igreja, a PIBAUA, a qual pastoreio, e na qual sou cuidado com muito amor. Pelas orações e pelo constante apoio em minhas viagens e licenças.

A minha mãe Nazir, que até hoje me mima, encoraja, intercede por mim. A meus irmãos Denise, Lenice, e César, por se alegrarem comigo. A meus sobrinhos/as, cunhados/as, e a meus sogros Antonio e Maria, pelo grande apoio.

A meu pai Mário. Já faz um ano e meio. Que alegria quando soube do mestrado! Ah, pai, como o senhor faz falta; mas chegará o dia do reencontro!

Ao meu orientador, Dr. Rodolfo Gaede Neto, meu pai na academia. Brillhante, terno, amigo. Suas instruções foram preciosíssimas em todo o tempo.

À Dra. Karin Wondracek, pelas lágrimas curadoras que derramei em sua inesquecível aula em Porto Alegre. Ao Dr. Arno Scheunemann por prontamente aceitar compor a banca examinadora.

Ao Dr. Flávio Schmitt e à Dra. Laude Brandenburg pelo norteamento e incentivo na qualificação.

À Faculdades EST e à CAPES, pelo investimento e pleno suporte à pesquisa.